



Fabíola Salvador da Costa

**Projeto Ético-Político do Serviço Social:
hegemonia colocada em xeque?**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Rio de Janeiro
Maio de 2024



Fabíola Salvador da Costa

**Projeto Ético-Político do Serviço Social:
hegemonia colocada em xeque?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Orientadora
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Carla Cristina Lima de Almeida

UERJ

Profa. Rita de Cássia Santos Freitas

UFF

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2024

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Fabíola Salvador da Costa

Graduada em Serviço Social Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA). Assistente social no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) em Volta Redonda, RJ. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Costa, Fabíola Salvador da

Projeto Ético-Político do Serviço Social : hegemonia colocada em xeque? / Fabíola Salvador da Costa ; orientadora: Ana Elizabeth Lole dos Santos. – 2024.

114 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Serviço social. 3. Projeto Ético- Político do Serviço Social 4. Hegemonia. 5. Conservadorismo. I. Santos, Ana Elizabeth Lole dos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico esta dissertação ao meu pai Ayrton (in memória),
Eduarda e Ricardo,
amores da minha alma.

Agradecimentos

“Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau-de-arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Eu penei, eu penei
mas aqui cheguei [...]”
Luiz Gonzaga

O trabalho que ora apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio é obra de um esforço coletivo, materializando as marcas dos ensinamentos diários de todos aqueles que me acompanharam durante a realização desta pesquisa. Cada indivíduo partilha a responsabilidade pelo culminar desta jornada, caracterizada por um intenso crescimento pessoal, intelectual e político, que é registrado neste trabalho. A cada um de vocês expresso meu sincero sentimento de gratidão por ter superado os desafios enfrentados ao longo do caminho e reconhecer que todo o esforço investido até aqui valeu muito à pena.

Por isso, meus agradecimentos se estendem à minha família e aos meus gatinhos (Bebê, Gordofredo, Ana, Zendaya, Charlotte e Feio), que estiveram ao meu lado durante todo esse percurso, oferecendo suporte, força, carinho e piscadinhas.

À minha filha, pela sua existência, sem a qual, nada disso faria sentido. Como eu sempre digo: “você é o amor da minha vida, é o meu abrir de olhos no amanhecer, verdade que me leva a viver [...]”.

Gostaria de agradecer ao Ricardo e a sua mãe Sueli, a família criada a partir do amor mútuo pela minha filha Eduarda. Agradeço imensamente também ao Ricardo por todas as vezes que me buscou em Barra Mansa e me levou até ao Rio para estudar. Por comprar folhas, levar notebook para manutenção, dar atenção à

Eduarda nas minhas ausências e principalmente por atender minhas ligações de socorro a qualquer instante.

Sou profundamente grata às irmãs Fernanda de Castro Alvarenga e Lara Júlia dos Santos Campos Bafa, por dividirem comigo suas risadas e choros, ouvindo pacientemente minhas queixas e proporcionando conforto em momentos de estresse e ansiedade. E sobretudo, por entenderem minhas ausências nesses últimos tempos.

Às minhas amigas Andreia Gonçalves, Vanessa Juliana, Talana Guimarães, Elísia Silva e Marcella Ziliotto e ao meu amigo Victor Dotta, pessoas “crescidas de coração”, que a Saúde Mental me deu de presente!

À coordenação, equipe multidisciplinar e pacientes do Caps Ad Espaço Reviver, pelas inúmeras trocas de horários que me possibilitaram estar presente nas aulas do mestrado, principalmente pelo encorajamento e trocas diárias, pela partilha mútua e, sobretudo, por compreenderem a necessidade da minha saída do serviço para terminar esse trabalho.

Às irmãs Juliana e Aurélia Fernandes, por me fazerem acreditar que isso tudo seria possível e principalmente, por me ajudarem em tempos difíceis.

Gostaria de expressar meu carinho e admiração as colegas de turma Mariana, Maria e Fabiana, que compartilharam comigo as dificuldades e as alegrias do nosso mestrado.

À minha querida Dra. Lorena, com quem a vida, generosa, permitiu o reencontro.

Às amigas Margarida e Flavinha, pelas intensas trocas sobre os casos, sobre o Serviço Social, o espiritismo, a política e os nossos animais. Enfim, obrigada pelo companheirismo e pelas eternas discussões na Doceria Tea Time, até sermos praticamente expulsas.

Uma menção especial vai para minha querida amiga Paula Almeida, que não só foi minha colega no mestrado, mas também minha companheira de viagem, ativista do CRESS, parceira de oração e vizinha. Ao longo desses anos, ela esteve

ao meu lado quase todos os dias, me apoiando nos momentos difíceis, como acordar às 3 horas da manhã no inverno para assistir às aulas no Rio de Janeiro.

Ao Degase, especialmente ao Criaad Volta Redonda, na honrosa pessoa de Danielle Cabral e toda a equipe, por me acolherem num momento tão difícil, por dividir comigo os desafios do exercício técnico na socioeducação e, dela, todas as emoções.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por me proporcionar a oportunidade de prosseguir meus estudos.

Gostaria de agradecer à coordenação, aos docentes e a secretaria, que desempenharam um papel significativo na formação do meu conhecimento e foram fundamentais no desenvolvimento desta dissertação.

Ao grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pela produção de conhecimento coletiva e de potência.

Quero expressar meu carinho e amizade a minha orientadora Ana Lole, a quem eu deposito minha eterna gratidão e profunda admiração. Obrigada por ter investido em mim e por ter sido incrivelmente generosa e compreensiva, reconhecendo minhas limitações e ao mesmo tempo incentivando minhas potencialidades. Obrigada por ter aceitado o desafio desta pesquisa, por sua orientação atenta e qualificada. Porque, verdadeiramente, tenho certeza de que sem sua presença eu não cumpriria esse desafio. Obrigada por ser essa referência intelectual em minha vida.

Gostaria de expressar minha gratidão à Profa. Carla Cristina Lima Almeida e Profa. Rita de Cássia Santos Freitas, pela honra de suas participações como membras da Banca Examinadora e suas pertinentes contribuições.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Costa, Fabíola Salvador da; Santos, Ana Elizabeth Lole dos. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: hegemonia colocada em xeque?** Rio de Janeiro, 2024. 114p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como objetivo analisar o conservadorismo que se coloca como um movimento contra-hegemônico ao que está estabelecido no Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social brasileiro da contemporaneidade. Busca apresentar as contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) para o projeto de hegemonia; compreender o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, indicado pela aproximação com o marxismo; e compreender se o conservadorismo coloca ou não a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social em xeque na atual conjuntura. A questão norteadora desta pesquisa é que o avanço do conservadorismo no cenário contemporâneo coloca em xeque as bases ideopolíticas do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social. Tendo em vista que o Serviço Social se gesta em uma conjuntura bastante conservadora e, hoje, esse conservadorismo vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, faz-se necessário refletir sobre as bases desse conservadorismo e, ao mesmo tempo, sobre as formas de enfrentamento deste pela profissão. O estudo é pautado pelo método crítico-dialético, por considerar que o mesmo permite captar a totalidade dos fenômenos, e pela pesquisa bibliográfica. Como fonte de dados, elegemos os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nas edições de 2016, 2019 e 2022, respectivamente. A escolha destas edições dos anais do CBAS deu-se por entendermos que tais períodos representam o momento de reatualização do conservadorismo no Brasil, considerando sobretudo o crescimento da extrema direita. E também, por compreendermos que o CBAS é um espaço onde assistentes sociais apresentam reflexões de seu trabalho em distintos espaços socio-ocupacionais. Os estudos realizados revelam o avanço de pautas conservadoras na contemporaneidade, bem

como a luta e a resistência do Serviço Social em prol de uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão.

Palavras-chave

Serviço Social; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Hegemonia; Conservadorismo.

Abstract

Costa, Fabíola Salvador da; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (Advisor).
Ethical-Political Project of Social Work: hegemony called into question?
Rio de Janeiro, 2024. 114p. Dissertação de Mestrado – Departamento de
Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present master's thesis aims to analyze the conservatism that stands as a counter-hegemonic movement to that established in the hegemonic Ethical-Political Project of Brazilian Social Work in contemporary times. It seeks to present the contributions of Antonio Gramsci (1891-1937) to the hegemony project; understand the process of Social Work breaking with conservatism indicated by its approach to Marxism; and understand whether or not conservatism puts the hegemony of the Social Work Ethical-Political Project in check in the current situation. The guiding question of this research is that the advancement of conservatism in the contemporary scenario challenges the ideopolitical bases of the hegemonic Ethical-Political Project of Social Work. Bearing in mind that Social Work is created in a very conservative situation and, today, this conservatism is being updated and strengthened by some societal determinations, it is necessary to reflect on the bases of this conservatism and, at the same time, on the forms of confronting this by the profession. The study is guided by the critical-dialectic method, considering that it allows capturing the totality of phenomena, and by bibliographical research. As a data source, we chose the proceedings of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), in the 2016, 2019 and 2022 editions, respectively. The choice of these editions of the CBAS annals was due to our understanding that such periods represent the moment of renewed conservatism in Brazil, especially considering the growth of the extreme right. And because we understand that CBAS is a space where social workers present reflections on their work in different socio-occupational spaces. The studies carried out reveal the advancement of conservative agendas in contemporary times, as well as the struggle and resistance of Social Work in favor of an emancipated society free from all forms of exploitation and oppression.

Keywords

Social Work; Ethical-Political Project of Social Work; Hegemony; Conservatism.

Sumário

1 Introdução	15
2 Projeto de hegemonia de Antonio Gramsci e os processos de “revolução passiva” na formação socio-histórica brasileira	21
2.1 Projeto de Hegemonia de Antonio Gramsci	21
2.2 Formação socio-histórica, processo de “revolução passiva” e o conservadorismo no Brasil	32
3 História do Serviço Social e Projeto Ético-Político profissional	41
3.1 Serviço Social: surgimento de uma profissão	41
3.1.1 Serviço Social no Mundo	41
3.1.2 Serviço Social no Brasil	44
3.2 Renovação do Serviço Social brasileiro, intenção de ruptura e conservadorismo	49
3.2.1 Movimento de Reconceituação na América Latina e a Renovação do Serviço Social no Brasil	49
3.2.2 Da origem, maturação e hegemonia da Intenção de Ruptura	56
3.3 A direção sociopolítica do projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo no horizonte da emancipação humana	60
3.3.1 As categorias teleologia, ontologia do ser social e o trabalho: finalidades, causalidades da práxis social	61
3.3.2 A relação entre Projeto Profissional e Projeto Societário: a direção sociopolítica da profissão	64
3.3.3 O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: sua constituição socio-histórica	66
4 Expressões do conservadorismo na cena contemporânea: rebatimentos no Serviço Social	71
4.1 A gênese da tradição conservadora e suas expressões	72
4.2 Expressões do conservadorismo no Brasil contemporâneo	77
4.3 Pautas conservadoras na atualidade	86
4.4 Conservadorismo e Serviço Social: mapeando os anais do CBAS (edição de 2016, 2018 e 2022)	94
5 Considerações finais: hegemonia em xeque?	100
6 Referências bibliográficas	105

Lista de quadros

Quadro 1	Trabalhos aprovados no CBAS (edições 2016, 2019, 2022)	95
Quadro 2	Trabalhos com a temática conservadorismo no CBAS (edições 2016, 2019, 2022)	96
Quadro 3	Trabalhos por eixos temáticos	96

“Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência.
Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo.
Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força.”
Antonio Gramsci

1

Introdução

“Sempre no mesmo engano outro retrato.”
Carlos Drummond de Andrade

A presente dissertação, intitulada *Projeto Ético-Político do Serviço Social: hegemonia colocada em xeque?*, traz resultados do estudo desenvolvido durante o curso de Mestrado Acadêmico no âmbito da linha de pesquisa Trabalho, Políticas Sociais, Sujeitos Coletivos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Toma como tema a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social em contexto do conservadorismo social e político do nosso tempo histórico, uma vez que nosso recorte temporal é o período compreendido entre 2016 e 2022.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se gesta enquanto um projeto profissional crítico de ruptura com o conservadorismo, que busca se afirmar constantemente enquanto direção hegemônica e enquanto fruto de uma construção coletivamente histórica, que – articulado a um projeto societário de emancipação humana com base em referenciais teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam – se inscreve no âmbito das relações sociais de luta de classe e na relação destas com o Estado. Este Projeto carrega um peso valorativo importante, prezando pela democracia e pelo pluralismo, em favor da liberdade e da igualdade, da ética e da política, de caráter laico e crítico, conforme veremos no segundo capítulo desta dissertação.

Considerando que o Serviço Social se gesta em uma conjuntura bastante conservadora e, hoje, esse conservadorismo “vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, sem as quais não seria possível entender esse avanço” (Boschetti, 2015, p. 639), refletir sobre as bases desse conservadorismo e, ao mesmo tempo, sobre as formas de enfrentamento deste pela profissão nos remete a análise da construção do Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social. Segundo Boschetti (2015, p. 642):

[...] nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise

mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa.

Sabemos que desde a década de 1970 a profissão intensifica a resistência à herança conservadora, porém:

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador [...] (Boschetti, 2015, p. 642).

Diante desse cenário, buscaremos promover uma reflexão acerca das “ameaças” postas à hegemonia do projeto profissional crítico, que se coloca como hegemônico. Para tanto, trabalharemos a categoria de “hegemonia”, desenvolvida a partir do pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937), que se apresenta como categoria explicativa da práxis transformadora. A “hegemonia” foi absorvida enquanto construção histórica decorrente da luta política dos sujeitos sociais organizados, na construção de um novo bloco histórico, numa relação dialética entre estrutura e superestrutura, na transformação das relações de produção que implica a criação de uma nova ideologia, base da hegemonia da classe dominada.

Essa categoria gramsciana foi incorporada pela categoria profissional de forma gradual (ideológica, epistemológica e ontológica). E foi através da aproximação com a teoria social crítica que o Serviço Social conseguiu articular uma direção estratégica para o seu projeto de ruptura com o conservadorismo orgânico da profissão e se posicionar a favor do projeto societário vinculado aos grupos subalternos¹. Estratégia, porque existe um compromisso de transformação societária fora do jugo da exploração e da alienação, propiciando à categoria condições de “*dar novas respostas a velhas e novas questões: gênese, fundamentos e significado social do Serviço Social*” (Montaño, 2006, p. 153).

No entanto, após marcar a presença do conservadorismo como elemento societário central enraizado na cultura profissional, o sincretismo² foi decorrente do desenrolar da trajetória profissional, que incorporou ecleticamente “novas” teorias para subsidiar não apenas o trabalho profissional, mas também a produção do conhecimento. Segundo Netto (2007, p. 14), a tese do sincretismo foi pensada

¹ Para Gramsci (2002, p. 135), “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação.”

² Para aprofundamento sobre a tese do sincretismo no Serviço Social consultar a obra “Capitalismo monopolista e Serviço Social” de José Paulo Netto (Cf. Netto, 2007).

para refletir a dimensão teórico-prática da profissão “das suas origens aos anos 1960”. Para Souza:

[...] o sincretismo da prática aparece no âmbito da produção de conhecimento (como tendência) como ecletismo, ou seja, como coletânea acrítica de teorias, categorias e conceitos por vezes contraditórios, tudo em nome da captura de fragmentos de teoria que sejam capazes de explicar, também fragmentariamente, a realidade setorial com que se defronta o profissional, sem uma preocupação fundamental quanto às suas consequências ideopolíticas. Contudo, a produção de conhecimento não é um reflexo passivo e mecânico do sincretismo da prática (Souza, 2014, p. 536).

O autor, em seu texto, também colocou que é possível superar o ecletismo, porém: “Superação, sublinhe-se, não significa cancelamento. O ecletismo mantém-se, como tendência limiar do pluralismo e do sincretismo da prática, tensionando o sentido e a direção social da produção de conhecimento” (Souza, 2014, p. 536).

No Brasil, o *desenvolvimento de comunidade*³ e o *movimento de reconceitualização*⁴ exemplificam esse sincretismo na profissão. Não houve estranhamento algum à mistura de várias referências teóricas, por encaixarem-se perfeitamente ao ideário pós-moderno. Apresentou-se o caráter de ocultamento da dinâmica de acumulação capitalista e destacou-se um jogo de relações sociais aleatórias, que se limitaram à esfera da relação do ser humano com a natureza e consigo mesmo. Excluiu-se, mais uma vez, a premissa da totalidade, alienando-se devido à fetichização das relações sociais.

Foi a partir da ruptura teórica e política com o conservadorismo e com o tradicionalismo que na profissão engendrou-se a construção das bases ético-normativas, jurídico-legais e teórico-político-profissionais na forma de um projeto profissional que se tornou hegemônico ao longo dos anos 1990, no Serviço Social brasileiro.

No entanto, nos anos 2000, após o advento da política neoliberal, de acordo com Braz (2007), este Projeto Ético-Político do Serviço Social se apresentou ameaçado em suas bases efetivas, o que o colocou à beira de uma crise. Isso se deu, sobretudo, pelas alterações processadas na formação profissional, com forte

³ Desenvolvimento de Comunidade (DC) concebe-se com base em supostos acríticos e aclassistas, sobretudo na década de 1950. Para aprofundamentos ver: Ammann (1980).

⁴ O movimento de reconceitualização ocorre no período de 1965 a 1975 e é considerado um marco importante no Serviço Social latino-americano. Foi através deste movimento que se propôs a ruptura das práticas tradicionais. De acordo com Iamamoto (2017, p. 25): “De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas *teorias desenvolvimentistas*, e no início da década de 1970 ocorrem as *primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista*, a partir de manuais de divulgação”.

presença de instituições de ensino superior meramente mercantis, e no mercado profissional, com a centralidade da política de Assistência Social como política estratégica do Estado.

Partindo dessas premissas iniciais, o objeto desta pesquisa de mestrado busca responder à seguinte indagação: o projeto hegemônico do Serviço Social materializado pelo Projeto Ético-Político está em xeque frente à “onda conservadora”? Já a hipótese é que: o avanço do conservadorismo no cenário contemporâneo coloca em xeque as bases ideopolíticas do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social.

O objetivo central desta dissertação é analisar o conservadorismo que se coloca como um movimento contra-hegemônico ao estabelecido no Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Já os objetivos específicos são: apresentar as contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) para o projeto de hegemonia; compreender o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, indicada pela aproximação com o marxismo; e compreender se o conservadorismo coloca ou não a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social em xeque na atual conjuntura.

A dissertação de mestrado é pautada pelo método crítico-dialético que deu sustentação teórico-metodológica para a realização da pesquisa de cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, entendendo que o real se faz na teia de complexas contradições e que seu conhecimento não se dá na arena da imediatez – pois, para acusar o seu inverso, é necessário um esforço da consciência, uma vez que a essência é ocultada pelos fenômenos sociais – fica justificada a escolha do método.

De acordo com Kosik (1986, p. 12), “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência”, o fenômeno que sinaliza a essência e a esconde, como um movimento de “claro e escuro”. A realidade, tal qual a Esfinge, desafia: “decifra-me ou te devoro”. E para não sermos todos “devorados” pela realidade, é preciso analisá-la e compreendê-la, decifrar seus enigmas e seus mistérios. Se a realidade manifestasse a essência das coisas em si, toda a ciência seria supérflua, conforme citou Marx (1984).

Nosso esforço percorre a proposição de realizar uma revisão de literatura qualificada de livros, artigos, resenhas e documentos pertinentes ao tema, promovendo um diálogo crítico entre autores e autoras que investiram e contribuíram analiticamente no campo do Serviço Social. Através dessa revisão de literatura, poderemos mapear as produções com o debate sobre o avanço do

conservadorismo no interior da Serviço Social no contexto contemporâneo, bem como as produções sobre a hegemonia do Projeto Ético-Político da profissão.

Para atender a tais proposições, optou-se por realizar um levantamento da produção nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nas edições de 2016, 2019 e 2022, respectivamente. A escolha destas edições dos anais do CBAS se deu por entendermos que tais períodos representam o momento de acirramento e reatualização do conservadorismo no país, considerando sobretudo o crescimento da extrema direita. A nossa ideia é mostrar em dados como o Serviço Social tem dado respostas a essas pautas conservadoras e com base em qual perspectiva teórica-metodológica.

Assim, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “Projeto de hegemonia de Antonio Gramsci e os processos de ‘revolução passiva’ na formação socio-histórica brasileira”, apresenta o projeto de hegemonia para Gramsci e como podemos analisar a realidade brasileira através desta lente. Ao escrevermos sobre a formação socio-histórica, trazemos para cena a categoria de “revolução passiva” de Gramsci, bem como o debate sobre o conservadorismo no Brasil, debate este importante para o objeto de nossa pesquisa.

No segundo capítulo, “História do Serviço Social e Projeto Ético-Político profissional”, apresentamos o debate sobre o surgimento da profissão no país, sua relação com o conservadorismo da época, bem como o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a intenção de ruptura e a consolidação do Projeto Ético-Político profissional, que teve como marco o 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979⁵.

No terceiro capítulo, “Expressões do conservadorismo na cena contemporânea: rebatimentos no Serviço Social”, abordamos a perspectiva do conservadorismo contemporâneo e suas expressões como processo de elementos de antítese ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Apresentamos algumas pautas expressivas deste momento de onda conservadora e como o Serviço Social vem enfrentando esse desafio. Neste capítulo trazemos, também, os dados do levantamento da produção nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nas edições de 2016, 2019 e 2022.

Nas considerações finais, buscamos responder se a hegemonia do Projeto Ético-Político da profissão está em xeque, através dos resultados de nossa pesquisa.

⁵ 3º CBAS aconteceu em São Paulo em 1979 e foi denominado o “Congresso da Virada”, que segundo Abramides (2019, p. 22) teve essa denominação por “romper coletivamente com o conservadorismo ao assumir o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora”.

Por mais desafiante que seja esse momento de “onda conservadora” no Brasil, não podemos deixar que o pessimismo da análise se sobreponha ao otimismo da vontade.

2

Projeto de hegemonia de Antonio Gramsci e os processos de “revolução passiva” na formação socio-histórica brasileira

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.”
Antonio Gramsci

2.1

Projeto de Hegemonia de Antonio Gramsci

Para Marx e Engels (1989), o conceito de ideologia corresponde a um aspecto ilusório e aparente, uma falsa consciência, como uma série de ideais e valores que podem omitir e obscurecer circunscrições da realidade. Seria uma espécie de “conjunto de ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência” (Stoppino, 2007, p. 585).

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material... Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc. mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. (Marx; Engels, 1989, p.36).

Assim, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política, intelectual em geral” (Marx, 1983, p.24). No pensamento marxista, o conceito de ideologia é o conjunto de ideias da classe dominante que, através da filosofia, da escola, do direito etc., contribui para a formação de consciência dos indivíduos. Segundo Marx, o conceito de ideologia se restringe ao conjunto de ideias determinadas pela classe dominante, pois tem um “peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas” (Simionatto, 1995, p. 73).

Para Marx, segundo Löwy, a ideologia é “um conceito pejorativo, um conceito crítico, que implica ilusão ou se refere à consciência deformada da

realidade que se dá através das classes dominantes: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade” (Löwy, 1985, p. 12). Ainda segundo Löwy, para o revolucionário russo Lênin, o conceito de ideologia ganha um aspecto diferente do caráter pejorativo compreendido por Marx. Na visão de Lênin, o termo ideologia designava teorias e ideias políticas que estivessem associadas a algum interesse e representação de classe. “Para Lênin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece, então, a utilização do termo no movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideológico, de reforço ideológico, etc.” (Löwy, 1985, p. 12).

Gramsci resgata Marx, quando reconhece a ideologia como um conjunto de comportamentos e formas de agir, que são resultados de uma construção histórica e que sofrem impactos e interferência de uma organização macro e estrutural. Para Gramsci, essas ideologias⁶ tomam corpo nas chamadas crenças populares, que expressam uma forma de dever ser. Segundo as ponderações de Liguori:

A relação de Gramsci com a ideologia estava muito vinculada à religião (popular), ao folclore e ao senso comum. Ele vaticaniza uma ‘consciência coletiva’ que, para tanto, seja necessária uma ação organizada que saiba levar em conta dialeticamente o ‘senso comum’, mas com o fim de superá-lo. E ‘cada camada social’ tem ‘sua consciência e sua cultura’, isto é, sua ideologia. (Liguori, 2007, p.89).

Conforme Coutinho (2007), Gramsci, influenciado pela concepção de Lênin e Marx, objetivamente realizou uma superação dialética, ou seja, assim como o conceito de ideologia, ele a apresentava como um conjunto de ideias e representações que estavam intimamente vinculadas a uma classe social. Sendo assim, existem ideologias antagônicas que expressam o ponto de vista do burguês e do proletariado.

Para Gramsci, a ideologia toma o corpo de visão social de mundo, em que todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações e ideias são base de consentimento de um processo hegemônico que se manifesta na vida individual e coletiva da sociedade. Entende-se então que, para Gramsci, as transformações ideológicas na visão social de mundo são a base da hegemonia. Portanto, a visão social de mundo pode servir tanto para legitimar e defender ideologicamente a ordem social vigente, como para se expressar de forma utópica numa perspectiva crítica e subversiva, que sinaliza a construção de outra forma de organização societária.

⁶ Para aprofundar em detalhes sobre o conceito de ideologia nos *Cadernos do cárcere*, ver: Liguori, 2007, p. 86-91.

E o que significa ideologia para Gramsci? “Uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” cujo significado é o de cimentar e unificar o bloco social. O autor confere às ideologias uma validade psicológica, enquanto “superestrutura necessária de uma determinada estrutura”, vez que elas “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” Desta ideologia, de significado mais alto, ele distingue aquelas “ideologias arbitrárias, racionalistas”, que não criam senão movimentos individuais – embora até elas sejam úteis, na medida em que “funcionam como erro que se contrapõem à verdade e a afirma” (Ammann, 1980, p.21).

Conforme Gramsci (2004), uma análise dessa visão de mundo mostra que ela é muitas vezes “ocasional e desagregada”, por não ser crítica nem expressar a realidade. Ocasional, posto que focalizada, limitada, midiaticizada, regrada de preconceitos que, de forma automática, pacificamente aderem a uma visão social de mundo imposta. Desagregada, por estar desarticulada de um contexto real.

Para o filósofo italiano, todas as pessoas são filósofas e todas deveriam desconstruir os preconceitos que envolvem a filosofia e a capacidade de construção do pensamento atrelado a um determinado grupo social privilegiado e detentor de conhecimentos especializados. No entender do autor, em todas as pessoas estão contidas infinidades de ideias, opiniões, valores morais, conceitos, tabus, construídos ao longo da vida em sociedade e que se expressam através da linguagem, da cultura, na construção de um senso comum.

Segundo Gramsci (2004) todas as pessoas têm capacidade e potencial para travar questões e produzir conhecimento crítico. O que poderia ser posto como uma variável seria o fato de que a visão social de mundo está intrinsecamente vinculada às classes sociais e sua capacidade de reflexão. Pensar criticando sua própria visão de mundo, muitas vezes imposta por outros grupos e classes sociais que dominam hegemonicamente, é o ideal pensado por Gramsci. Em suas palavras: “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilhem um mesmo modo de pensar e de agir” (Gramsci, 2004, p. 94).

Esse movimento, que supera o imediatismo dos valores socialmente construídos de forma massificada e não contestatória, pode determinar uma consciência crítica e por isso a formação de sua própria autonomia. Sendo assim, “somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homens massa da qual fazemos parte?” (Gramsci, 2004, p.94).

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído.

Significa também, portanto, criticar toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. (Gramsci, 2004, p. 94).

Não nos resta dúvida de que a visão social de mundo de nosso autor sardenho propiciou elementos fundamentais para a construção de suas categorias analíticas vinculadas aos interesses das classes subalternas ao longo de sua trajetória de vida política. Sua origem pobre, conhecendo desde tenra idade as dificuldades da vida da classe trabalhadora, contribuiu para a constituição de seu ponto de vista, ao qual nunca traiu, conforme alertou Florestan Fernandes: “É preciso não esquecer: Gramsci ligou-se intimamente aos comitês de fábricas ou comitê operário em Turim e converteu-se em um dos líderes de estatura internacional do Partido Comunista Italiano” (Fernandes, 1980 apud Ammann, 1980, p.21).

O pensamento de Gramsci sofreu influência direta da experiência revolucionária Russa e, como primoroso teórico, ele se voltou para estudos que tinham como ponto de partida também outros grandes eventos da história contemporânea: a Revolução Francesa e o Risorgimento⁷.

Gramsci foi um político, um teórico, um revolucionário e acima de tudo um marxista por excelência, que articulou as lutas sociais dos trabalhadores no Ocidente, na perspectiva da sua emancipação, e da construção de uma outra forma de sociedade possível.

Todo revolucionário quer, acima de tudo, fazer a própria história. Agarrar o momento pelos cabelos, como diria Lênin. Fazer agora em vez de esperar um amanhã incerto. Como todo jovem socialista que acompanhava os acontecimentos da Rússia de 1917, Antonio Gramsci (1891-1937) não queria apenas escrever sobre a revolução. Queria fazer uma. (Secco, 2006, p. 9).

O pensamento gramsciano desenvolveu novas categorias de análise da realidade sobre aspectos políticos do marxismo. Esse foco central no político revela que Gramsci tem um olhar dialético por todo o ser social via política.

⁷ Trata-se de um processo histórico, caracterizado pela dissolução do antigo regime, que, através de sucessivas transformações ocorridas na cena política, econômica, cultural e social, foi responsável, no período entre 1815 e 1870, por desempenhar um papel crucial na unificação e constituição do Estado moderno italiano. Sobre o Risorgimento, Gramsci identifica a formação de um bloco histórico conservador forjado “pelo alto”. Ou seja, uma “Revolução Passiva” orquestrada pela fusão de um bloco “agrário-industrial”, formado pelas alianças entre as elites dos setores industriais do Norte com os grandes latifundiários do sul, mantendo excluídos os operários e os camponeses dos espaços decisórios. Portanto, a Revolução Italiana inaugura uma nova nação que, embora apresente base material para a constituição de uma programática capitalista, conserva resíduos de uma organização feudal.

Coutinho (2007, p. 90) citou o pensador católico A. R. Buzzi, que diz: “É a política que forma o núcleo central do pensamento de Gramsci, aquilo que dá sentido e articulação a todas as investigações históricas e reflexões filosóficas”.

Sua superação em busca da renovação do marxismo constituiu aspectos que conjugam perspectivas tradicionais e contribuições originais. Manteve o tratamento que Marx realizou sobre a Economia e seguiu contribuindo com a Sociologia e Ciência Política.

Sua principal contribuição reside na crítica histórico ontológica de duas esferas do ser social, ou se preferirmos, de duas ciências sociais particulares: a sociologia e, sobretudo, a ciência política. São essas as duas ciências sobre as quais prioritariamente se exerce – no sentido marxiano da palavra – a crítica contida na obra de Gramsci. (Coutinho, 2008, p. 103).

Fugindo do dogmatismo marxista tão em voga naquele momento, seguiu como numa espécie de continuação e superação dialética do marxismo, através de críticas feitas a respeito do liberalismo e do economicismo característicos do marxismo vulgar, de clara influência positivista. Debruçou-se sobre questões que precisavam ser decifradas e traduzidas, tendo em vista novas determinações históricas impostas pelo amadurecimento do capitalismo nos países ocidentais. As transformações ocorridas com o surgimento do operariado, enquanto classe, no cenário mundial exigiam mudanças estruturais na compreensão da formatação do Estado, além de meios novos e métodos mais adequados para pensá-lo e compreender a realidade complexa, articulada, mediada, processual e contraditória.

[...] a teoria social de Marx não é constituída por dogmas e sim por propostas que precisam ser compreendidas a partir de diferentes momentos do movimento histórico. Isso porque o marxismo é pensamento e ação; ou seja, a história é um processo dialético de conservação/renovação. Repetir mecanicamente Marx, Engels ou Lênin como uma cartilha é ser, antes de tudo, antimarxista. A reflexão gramsciana explora, portanto, novos campos de pesquisa, que avançam além do terreno da análise marxiana mas, ao mesmo tempo, nesse processo conservação/renovação, entende que os pressupostos teóricos do marxismo devem continuar a ser o fio condutor de uma proposta de caráter revolucionário. (Simionatto, 1995, p. 36).

Entendemos que a história é vista como arena da atividade consciente da vontade coletiva, da intervenção subjetiva e da iniciativa política. A maior contribuição de Gramsci para o Marxismo foi, conforme alega Acanda (2006), a interpretação da cultura como dimensão essencial da política e a visão da política como sendo a tarefa de estruturação e desenvolvimento da hegemonia (mais do

que simples dominação pela força) de uma classe em relação à sociedade. Como destacou Hobsbawm:

Gramsci não entendeu o domínio burguês apenas como uma imposição, mas percebeu a capacidade dessa classe de estabelecer e preservar sua liderança intelectual e moral mais para dirigir do que para obrigar. A essa capacidade Gramsci chamou de 'hegemonia', e dedicou parte considerável de seu esforço teórico ao estudo de suas condições e possibilidades de existência. (Hobsbawm, 1981, p. 35 apud Acanda, 2006, p. 173).

A partir do princípio da totalidade, foi capaz de resgatar e aprofundar, através de um conjunto de categorias analíticas, uma teoria política crítica marxista. Essa análise da realidade do ponto de vista da totalidade só foi possível porque, “Marx julgava que o ponto de vista do proletariado era agora o mais favorável à apreensão da sociedade como totalidade” (Coutinho, 2008, p. 94).

Só assim foi capaz de realizar uma atualização contextual do marxismo ao desvendar uma autenticidade sobre a “filosofia da práxis”⁸. Consoante Semeraro (2003) que, através do processo de tomada de “consciência plena das contradições” e buscando “caminho totalmente novo”, potencializou novos grupos éticos-políticos progressistas, tendentes “a unificar toda a humanidade” de uma forma única e coerente. Foi capaz de mostrar que os subalternos são capazes de se tornarem protagonistas de sua história.

Gramsci, na construção de uma nova hegemonia, nos trouxe instrumentos para uma direção moral e intelectual libertadora, muito diferente do que o simples “fato de despojar a burguesia do controle dos meios de produção, transferindo-o para o Estado” (Acanda, 2006, p. 193).

Isso significa transformar a dinâmica societária de forma inclusive que permita a “apropriação desalienante da realidade” (Acanda, 2006, p. 193). O conceito de hegemonia está intrinsecamente ligado à transformação econômica, que só pode exercer um papel libertador se concentrar-se na democracia. Sendo assim, “o programa de reforma econômica e intelectual é precisamente a maneira concreta de toda reforma intelectual e moral se apresentar” (Gramsci, 1962, p.31 apud Acanda, 2006, p. 193). Seu pensamento estava centrado em torno da atividade humana e seus resultados materiais e espirituais, que vão até as organizações coletivas. Esse eixo analítico conjuga análises tanto na estrutura quanto na superestrutura, ou melhor, no bloco histórico:⁹

⁸ Pseudônimo utilizado por Gramsci para designar materialismo histórico e marxismo, numa tentativa de driblar a censura fascista.

⁹ “Vemos assim, mais uma vez, a sociedade que se apresenta como totalidade e como uma totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis. É, mais uma vez, o conceito de bloco

A base econômica do homem coletivo: grandes fábricas, taylorização, racionalização etc. Porém, no passado, existia ou não um homem coletivo? Existia sob a forma da direção carismática [...], ou seja, se alcançava uma vontade coletiva por meio do impulso e da sugestão imediata de um “herói”, de um homem representativo; mas essa vontade coletiva era devida a fatores extrínsecos e se compunha e descompunha continuamente. O homem coletivo moderno, ao contrário, forma-se essencialmente de baixo para cima, com base na posição que a coletividade ocupa no mundo da produção. (Gramsci, 1962, p.185 apud Acanda, 2006, p. 191).

Para romper com a classe dominante e construir uma direção ideológica e política das classes subalternas na consolidação de uma hegemonia, acreditou na construção coletiva como estratégia da “guerra de posição”. Esse termo “‘guerra de posição’ indica na política o conceito de hegemonia” (Gramsci, 1975b, p. 973 apud Acanda, 2006, p. 196). Portanto, ele acreditava que a “tomada de poder” no ocidente seria algo a ser muito mais trabalhado na forma de se fazer “política” pela estruturação da sociedade civil desenvolvida. Portanto, o papel da hegemonia se torna uma questão que exige uma maior compreensão dos mecanismos de elaboração de valores, hábitos e comportamentos, além de, principalmente, do consentimento das massas.

O exercício normal da hegemonia [...] se caracteriza por uma combinação de força e consenso, que se equilibram de diferentes maneiras, sem que a força predomine demais sobre o consenso e buscando que a força apareça apoiada na aprovação da maioria, expressa por meio dos chamados órgãos de opinião pública. (Gramsci, 1975, p. 1.638 apud Acanda, 2006, p. 174).

É necessário ter noção clara que a hierarquização e estrutura, assim como o surgimento da classe operária, são fruto do capitalismo. E que a subalternidade das classes operárias é funcional a esse sistema hegemônico. Para a desconstrução dessa estrutura capitalista, era necessária uma revolução não somente política, mas também cultural, acreditando que a relação entre política e cultura está permeada pelo conceito de poder muito importante no processo hegemônico.

[...] a essência de sua ruptura com a episteme liberal e, ao mesmo tempo, estabelece uma perspectiva dialética para a interpretação da política, afirmando o caráter orgânico da relação entre política e cultura, entre poder e saber. Essa tese

histórico. A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes, e tende a conservá-las juntas através da concepção do mundo que ela traçou e difundiu. A estrutura e as superestruturas – diz ele – formam um bloco histórico. A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica” (Gruppi, 2000, p. 78).

nos faz compreender que o conhecimento não deve ser entendido a partir da filosofia, mas da política. (Acanda, 2006, p. 201).

E nesse sentido, enfatizou os mecanismos culturais que, exercidos através das relações de poder, compactuam para os processos de dominação. “A cultura é sempre politicamente funcional para os interesses das diferentes classes. A classe dominante é hegemônica porque controla a produção cultural” (Acanda, 2006, p. 201). Por isso, para Gramsci, a cultura está mais relacionada à capacidade de criticar e como se processa esse ato de pensar do que necessariamente como acúmulo de conhecimento. Para ele, “toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de entrecruzamento de ideias” (Gramsci, 1973, p. 16 apud Acanda, 2006, p. 200). Para isso, é necessário entender que poder é relação de forças, como nos explicou:

O poder e relação de forças é atividade. Implica confrontação permanente, conflito, contraposição de vetores. O conceito gramsciano de ‘relação de forças’ é revelador nesse sentido, pois enfatiza a necessidade de uma compreensão dinâmica do poder, de assumi-lo na complexidade dos encadeamentos, vínculos, superposições e imbricações de forças que se potencializam ou se debilitam. É necessário estudar esse conjunto de relações, essa rede de “relação de força”, para entender como sua hegemonia existe e se manifesta. Não é possível isolar uma linha de força das demais, pois nunca se trata de um vínculo entre um simples par de elementos. (Acanda, 2006, p. 203).

Desta feita, para construirmos um projeto de direção nacional, é necessário rompermos com essa cultura imposta e de interesse do bloco capitalista para construir uma nova cultura crítica, a única capaz de fomentar uma mudança revolucionária. Neste sentido, é necessário criticar o senso comum, conceito que expressa uma visão de mundo conservadora, alienada e passiva, que favorece a resignação e conformação da ordem social estabelecida. Acanda apresentou, neste trecho abaixo, as características do senso comum ao qual Gramsci se refere:

Entende-se por “senso comum” a consciência cotidiana, a concepção de mundo popular e tradicional própria do homem médio, a “filosofia dos não-filósofos” (Gramsci, 1966), ou seja, uma filosofia espontânea, imposta pelo meio e conformada pela absorção acrítica de resíduo de diversas correntes culturais. Caracteriza-se por conter em si uma concepção do mundo ingênua, desarticulada, caótica, desagregada, dogmática e conservadora. Sua estrutura interna leva a uma consciência dividida, alienada e rígida que favorece a passividade e a aceitação da ordem social. (Acanda, 2006, p. 206).

O autor estabeleceu ainda a diferença entre senso comum e bom senso, este último como um conceito de pensamento crítico e contra-hegemônico. Por este motivo, toda construção da hegemonia revolucionária requer um tato pedagógico. Gramsci defendeu uma visão de mundo baseada no bom senso, conjugada ao processo de “consenso ativo”. Porque é através de um posicionamento crítico individual que o consenso ativo ganha forma e maturidade na conquista pela reforma cultural que garantirá a hegemonia revolucionária. Para tanto, defendeu as seguintes ideias: dominação do território nacional; conhecimento e dominação dos mecanismos da reprodução global e da forma econômica e social, os quais se desejam transformar.

Para Gramsci, a política operacionaliza a mediação que se estabelece entre as classes simples e os intelectuais, ou melhor, o senso comum e a filosofia superior. A concentração de Gramsci nos aspectos políticos da teoria marxista se deveu ao fato de que a análise econômica já havia sido desenvolvida por Marx e Lênin.

Em Gramsci, analisou Coutinho (2007), as esferas do ser social são analisadas a partir do ângulo de sua relação com a política. É frequente nos cadernos o fato de que “tudo é política”, seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral.

Conforme Coutinho (2003), Gramsci foi provavelmente o único a utilizar de modo positivo do termo “ciência política” ou “ciência da política”, destacando nos cadernos o nexos central dialético na política, a gênese de suas análises sobre a sociedade. Pôde assim observar a veia política na constituição das suas categorias de análise sobre a ação e as instituições políticas (hegemonia, vontade coletiva, Estado, Sociedade civil, partidos etc.). Com efeito, Gramsci examinou todas as esferas do ser social partindo da relação com a política. Esta serve como elemento central abstrato capaz de desvelar a complexa dinâmica do todo.

O empenho de Gramsci em afirmar o papel criador da práxis humana na história, sua percepção das “relações de força” como momento constitutivo do ser social, levam-no a privilegiar o estudo do fenômeno político em suas várias determinações. Por outro lado, foi a importância atribuída por Lenin à política uma das principais razões do permanente fascínio de Gramsci pela obra teórica e prática do grande revolucionário russo, um fascínio que o fez até mesmo ignorar ou minimizar os indiscutíveis pontos de ruptura entre sua reflexão e a do autor de Estado e revolução. (Coutinho, 2003, p. 68).

Ainda conforme Coutinho (2003), partindo de um ponto de vista central na política, desvelam-se então as relações de poder contidas nas relações sociais, há continuidade da filosofia da práxis sobre os aspectos políticos e confirma-se o

posicionamento de classe na sociedade, reforçando e renovando elementos analíticos que envolvem a luta. Gramsci mostrou a historicidade da Itália, a relação entre governantes e governados, que têm sua construção na sociedade de classe e, portanto, uma possibilidade de desconstrução e superação da “sociedade regulada” para uma sociedade sem classes, isto é, o comunismo.

Desta forma, como crítica da política, Gramsci designou-a tanto na sua forma “ampla quanto na sua forma restrita”. No sentido amplo, a política se torna em um significado de “catarse”.

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se, assim parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis, o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético (Coutinho, 2003, p. 70).

A política utilizada no processo de superação do senso comum exclui os interesses corporativistas de classe para atingir uma unidade coerente e única, universal, no campo ético-político, capaz de romper com a obscuridade ideológica. No momento em que atravessa o senso comum, desalienante das classes subalternas dos processos construídos nas relações da sociedade burguesa, a política propicia o caminho para a liberdade, a construção de um bloco intelectual e moral de resistência e direção hegemônica. Este movimento ultrapassa a passividade individual, há transformação para uma vontade coletiva, em que cada indivíduo toma consciência e se torna um sujeito histórico. Tal momento “catártico” é o “equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” para “classe si” (Marx) ou da elevação da consciência sindicalista à consciência político-universal (Lênin)” (Coutinho, 2003, p. 71). Isso significa que, se uma classe não passar por esse momento catártico, não se pode tornar uma classe dirigente, justamente por não conseguir representar uma classe em nível nacional com interesses coerentes e universais, conseqüentemente, conquistar a hegemonia de sua classe num bloco histórico, afirmando, assim, o seu comprometimento com a dialética marxista, ou seja, sem as chamadas “novas iniciativas” não é possível conquistar a direção de classe, tampouco conquistar a hegemonia do bloco histórico.

Num sentido mais restrito da política, o ser social se envolve neste momento catártico, porém, na transição de um momento da passividade à tomada de

consciência, ou seja, na passagem da consciência “egoístico-passional” à consciência “ético política”.

Por isso mesmo, dedicou seus maiores esforços à formação de “novos sujeitos políticos”, de “novos dirigentes” provenientes do próprio seio das organizações populares, numa passagem que vai do econômico-corporativo ao ético-político, ou seja, de uma visão social do imediato e da busca do interesse particular a uma visão global da realidade, a um projeto capaz de articular os interesses locais, as culturas e as diferenças com a hegemonia mundial dirigida pelos trabalhadores, superando a contradição entre o cosmopolitismo da economia e o nacionalismo da política. E ele nos lembra que embora os grupos subalternos sejam mantidos à margem das estruturas econômicas e políticas dominantes, podem, por meio de um complexo processo de criação, “encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em liberdade o que hoje é necessidade. (Semeraro, 2003, p. 269).

Neste caso, foi além da análise econômica já trabalhada por Marx – e que foi deturpada e fragmentada através de marxismos economicistas, mecânicos e vulgares – que Gramsci criticou em sua trajetória política os seus companheiros do Partido Socialista Italiano (PSI) na Segunda Internacional, com o objetivo da construção de uma concepção de mundo autônoma e coerente, que enfrenta todas as nuances filosóficas, artísticas e culturais plasmadas pelo pensamento das classes dominantes.

A batalha cultural apresenta-se, portanto, como elemento central na construção da hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológico por parte das classes subalternas. Possibilita a construção de uma nova concepção de mundo e de uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo”, fazendo com que toda uma classe participe de um projeto radical que “envolva toda a vida do povo e ponha cada qual brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis”. (Gramsci, 2002, p. 268). (Simionatto, 2009, p. 46).

Este processo social envolveu disputas de interesses de classes antagônicas pela conquista da hegemonia do bloco histórico, ou seja, conquista que conjuga direções na base econômica e na superestrutura política ideológica. “A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo” (Gruppi, 2000, p.73).

Na perspectiva das classes subalternas, para Marx, havia muito mais que um “interesse universal numa ação política, não defendendo somente seus interesses de classe, mas tem como ‘missão histórica’ a construção de uma sociedade sem classes, efetivamente igualitária, capaz de produzir a verdadeira emancipação humana” (Coutinho, 2008, p. 94).

Segundo Gramsci, como a realidade é composta de dirigentes e dirigidos, todas essas contradições de interesses hegemônicos, na representação das

classes em disputa, deviam se apresentar no papel do partido político, que para ele era o “moderno príncipe”¹⁰, organismo capaz de aglutinar “germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 1976, p. 3 apud Gruppi, 2000, p. 74). Considerava-os também a maior iniciativa criadora de vontade coletiva na forma de resistência à dominação que seja capaz de propiciar emancipação humana, conforme o ponto de vista das classes subalternas, numa forma crítica e num sentido totalizante. Conforme Gruppi (2000), o príncipe moderno é para Gramsci um unificador, um grande reformador intelectual e moral, organizado como um partido político, que não é um indivíduo; é, na realidade, uma expressão de uma vontade coletiva dirigida para um determinado fim político.

Trata-se de um novo projeto de sociedade tendo como base uma racionalidade social sem a qual não se cumpre a máxima de Marx e Engels: “que o livre desenvolvimento de cada um fosse a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos” (apud Coutinho, 1979, p. 37).

2.2

Formação socio-histórica, processo de “revolução passiva” e o conservadorismo no Brasil

Partindo da premissa de que, ao se explorarem trajetórias históricas, é de extrema importância pensar questões contemporâneas. Diante disso, podemos examinar criticamente o desenvolvimento e a formação da sociedade brasileira, a organização do poder estatal e a sociedade patriarcal (oligarquias, clãs, família, casa-grande, parentesco etc.). Conforme Aliaga (2016), ao analisar estas características através de uma perspectiva gramsciana, chegamos ao conceito de revolução passiva, que denota um tipo particular de regime, caracterizado por uma contrarrevolução preventiva e orquestrada por frações dominantes da classe burguesa e do Estado; isto é, “pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (Gramsci, 2007, p. 95).

Uma leitura atenta do pensamento social brasileiro nos permite identificar o conjunto de fatores que se articularam, na formação social, com as particularidades da dinâmica do capitalismo mundial. Segundo Netto e Braz

¹⁰ “Moderno príncipe” é como Gramsci nomeava o partido revolucionário, atualizando a função do “príncipe” desenvolvida por Maquiavel.

(2006), através desses acordos, os grandes monopólios (que são também impropriamente conhecidos como “empresas multinacionais”) realizaram uma espécie de partilha econômica do mundo. Simultaneamente, os Estados onde o capitalismo monopolista se desenvolveu e cujos interesses representam (que se tornam, pois, Estados imperialistas) promoveram uma partilha territorial do mundo.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificadamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base do poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (Fernandes, 1975, p.204).

Foi neste contexto que a economia brasileira se relacionou com o capitalismo monopolista. Quando este atingiu a periferia, segundo Fernandes (1975), a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil ocorreu por caminhos que fogem ao modelo universal de democracia burguesa. Este processo de expansão de mercados se apresentou numa forma de dominação burguesa que Fernandes (1975) ainda se referiu como “democracia restrita”¹¹.

A forma política brasileira continua sendo um Estado burguês que tem por principal característica organizar o domínio de uma pequena parte da sociedade (na origem uma aliança burguesa oligárquica que se desenvolveu para um bloco burguês monopolista em aliança com o imperialismo e o latifúndio, culminando num bloco monopolista em seus diferentes segmentos com o capital imperialista) sobre a maioria da população, dos trabalhadores e demais segmentos explorados pela ordem capitalista burguesa, que só podem chegar a uma inserção precária na ordem democrática, nos termos de uma democracia de cooptação ou restrita (Iasi, 2019, p. 420).

Neste sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição do capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular.

Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa típica manobra pelo alto”; a classe dominante do Império

¹¹ Restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia.

foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela proclamada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do velho bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio, etc. (Coutinho, 1979, p. 41).

Esse processo de transição sob a égide do capital aconteceu em pleno amadurecimento dos centros urbanos. A forma que foi constituído o desenvolvimento econômico no país reforçou as relações de dependência com o mercado internacional e agravou ainda mais a subordinação da exportação da produção agrária brasileira. De acordo com Iamamoto:

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do país têm sido uma de suas particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-la, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira (Iamamoto, 2008, p. 128).

A classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade, em nome do desenvolvimento econômico e da modernização, teve que incorporar a privação de direitos sociais, trabalhistas e sociais. Este processo é resultante dos objetivos da burguesia como estratégia para sobreviver enquanto classe dominante, processo no qual o Estado desempenhou um papel importantíssimo para a unificação dos interesses da burguesia, bem como a manutenção de sua ideologia como forma de dominação e direção do bloco dominante. Destacou-se, assim, o caráter classista do Estado. Desta forma, o fortalecimento do Estado como comitê executivo da burguesia tem como tendência a subordinação da sociedade civil¹².

Tal processo histórico pode ser analisado pela categoria analítica que Gramsci denominou de “revolução passiva” – processo pelo qual as mudanças na forma de renovação/restauração são realizadas “pelo alto”, quando as classes dominantes, precedendo a crise que lhes afetará, constituem mudanças para se preservar em poder.

¹² Gramsci diria da sociedade política em sentido restrito, isto é, dos aparelhos militares e burocráticos de dominação e coerção. A sociedade civil é compreendida enquanto o conjunto dos aparelhos “privados” de hegemonia, que supõe adesão voluntária e através dos quais o bloco do poder imprime uma direção política e moral ao conjunto da sociedade. Tais organizações tem a função de elaboração e difusão das ideologias, meio de criação de um consenso que atribui legitimidade à direção política imprimida, ampliando o arco de alianças em que se sustenta o poder: o sistema escolar, as organizações profissionais, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação de massa (Coutinho, 1989 apud Iamamoto, 2008, p.134).

Devemos sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática velhas camadas dominantes). (Coutinho, 2007, p. 198).

Contudo, essas mudanças não visam a nenhuma transformação radical, apenas superficiais, com o objetivo de se conservar a velha ordem social e perpetuá-la com a ampliação do processo de acumulação capitalista. Mesclando coerção e consenso, o bloco dominante impõe mudanças que conjugam os objetivos do capital internacional e modernização econômica.

A burguesia realiza uma recomposição de suas frações internas, preservando a aliança com a grande propriedade territorial e uma sólida união com o grande capital internacional, tendo no Estado o eixo da recomposição do poder burguês, apartado do conjunto da nação (Fernandes, 1975, p. 259).

Processos assim não denotam uma revolução democrática burguesa, as classes populares são excluídas dos momentos de decisão. Conforme Iamamoto (2008), a transformação capitalista teve lugar graças a acordos entre as frações de classe economicamente dominante, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

Este processo antidemocrático e coercitivo, realizado via Estado forte, reprimiu as iniciativas populares. Segundo Iamamoto (2008), a burguesia, marcada por um forte conservadorismo sociocultural e político trazido do mandonismo oligárquico, teve seu domínio marcado pela ideologia do “mando e do favor”. Esta revolução burguesa¹³ se apoiou nas alianças com os grandes proprietários da terra, ou melhor, “foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital no âmbito do comércio e da indústria”. Ainda, conforme Fernandes (1975), uma espécie de combinação entre a ordem tradicional e as concepções de mundo de cunho liberal sustentou, no nível ideológico, o ordenamento competitivo da economia.

É uma sociedade marcada pelo coronelismo, populismo, por formas políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder. Esta sociedade é presidida por uma tradição autoritária e excludente, que

¹³ Pensar a revolução burguesa no Brasil é saber que esta foi realizada diferentemente dos moldes democráticos e revolucionários. Como explicou Fernandes (1975), tratou-se da passagem da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, numa clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático.

se condensa no “autoritarismo social”, isto é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo “mando e pela obediência” – quando as pessoas se reconhecem como desiguais –, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos. (Chauí, 1995 apud Iamamoto, 2008, p.141).

Com isso, as elites burguesas, sob preceitos de “homens livres”, tentaram se adequar às novas ordens do mercado, porém sem romper com as relações sociais de produção antigas, conservando as relações de dominação pautadas no mando, no favor e na obediência. Coutinho (2007) identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa complexa articulação de progresso (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem). Por fim, um conceito orientador da análise do Brasil é o de *desenvolvimento desigual e combinado*¹⁴, que se configura como “[...] uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”, parecendo um “caleidoscópio de muitas épocas” (Ianni, 2004, p. 60 e 61).

No entanto, como forma de resistência a tamanha opressão e exploração, no campo e nas cidades, observam-se várias formas de iniciativas populares¹⁵. Como bem destacou Iamamoto:

¹⁴ A hipótese que funda esta teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial tornou-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conheceram uma mudança qualitativa: “O capitalismo [...] preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão [...]” (Trotsky, 1962 apud Löwy, 1998, p. 76-77). As sociedades menos desenvolvidas tiveram a possibilidade, ou, mais exatamente, foram obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: “Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. [...]. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (Trotsky, 1962 apud Löwy, 1998, p. 77).

¹⁵ “O decênio (1870-1880) não está isento de revoltas, a do quebra-quilos, em 1874, no Nordeste, a dos Muckers, no Rio Grande do Sul, em 1874-1875, ambas rústicas, de influência religiosa ou messiânica, nem de inumeráveis bandos que lutam no interior, nem tampouco de insurreições negras. Em Mossoró (Rio Grande do Norte), em 27 de janeiro de 1879, a população paupérrima de indigentes e retirantes, que pedia apenas gêneros alimentícios, sofreu das autoridades policiais as maiores violências de que resultaram seis mortos e feridos. Sob vários aspectos, a brutalidade do Estado foi a contrapartida das reivindicações, protestos e lutas de forças populares, no campo e na cidade. [...] Muitos padeciam a violência oligárquica, sob a forma estatal e privada: os seguidores de Antonio Conselheiro, em Canudos, os seguidores de João Maria, no Contestado, colonos nas fazendas de café quando realizavam greves, protestando contra as condições de trabalho e remuneração, operários das fábricas e oficiais, por ocasião de assembleias e greves, seringueiros na Amazônia, quando tentavam escapar das malhas da escravidão organizada no sistema de aviação, populares, no Rio de Janeiro, em 1904, quando protestavam contra a vacina obrigatória”. (Ianni, 1984, p. 14).

[...] o amadurecimento político de lutas, expressas nos quilombos, nas greves do colonato, cangaço, nos movimentos messiânicos, nas ligas camponesas, no sindicalismo rural, nas greves dos assalariados permanentes e temporários e na luta pela terra dos posseiros, parceiros e arrendatários. Essas lutas se unem à história do movimento operário urbano e do sindicalismo brasileiro, que remontam aos primórdios da industrialização. (Iamamoto, 2008, p. 140).

Com a modernização conservadora, estruturou-se o Estado e alavancou-se a economia, no entanto, os direitos sociais não acompanharam esse desenvolvimento. Muito pelo contrário, mostrou-se ao longo desta trajetória uma frequente exclusão das classes trabalhadoras dos processos decisórios do Estado, restando a elas serem reprimidas pelo poder político local. Portanto, o processo de modernização capitalista brasileiro não passou por uma revolução democrático-burguesa de tipo jacobina.

Conforme Ianni (1992), com o agravamento da “questão social”, intensificaram-se as lutas por melhores condições de trabalho, por direitos fundamentais e cidadania. O trabalho encontrou-se no meio da “questão social”, tanto as formas de trabalho quanto a apologia do trabalho, ou seja, sua louvação ou beatificação expressa na “ética do trabalho”. Assim, fica muito clara a relação trabalho e “questão social”.

A estruturação capitalista nos moldes monopolistas, quando atingiu a periferia, inaugurou condições históricas que trouxeram novas nuances à Questão Social, determinadas por novas formas de sociabilidade, devido à produção e radicalização do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil. Esse contexto mundial demarcou os novos processos de acumulação e organização e o caráter de dependência econômica entre as nações. Alterações e transformações atingiram não só a economia e a política, mas a cultura e suas relações de poder, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo do país. Segundo Iamamoto: “O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas, que cria riquezas para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação” (2008, p. 107).

Portanto, a estruturação capitalista nos moldes monopolistas criou uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trouxeram o selo da particularidade histórica nacional (Iamamoto, 2008, p. 156).

O que está sendo colocado em questão é o modo como os sujeitos históricos traçam as estratégias de transformação social. Segundo Carlos Nelson Coutinho

(1979), a evolução do pensamento é marcada por várias controvérsias e uma delas é a relação que se questiona entre o socialismo e a democracia dentro do processo de formação do pensamento marxista. A crítica da democracia representativa já era alvo de estudos de Marx desde de sua juventude, como parte da construção da crítica política. “A ideia dessa articulação entre democracia representativa e democracia direta já faz parte do patrimônio teórico do marxismo” (Coutinho, 1979, p. 38)

Coutinho (1979) nos disse que a relação entre o entendimento de democracia e o socialismo, desde as primeiras experiências no leste Europeu no chamado socialismo real, sempre foi alvo de inúmeras reflexões. Essa relação exige uma análise dialética sobre a identificação entre a democracia política e dominação burguesa.

Para Coutinho (1979), as estratégias de transformação social visando à instauração de um modelo de sociedade socialista não podem ser realizadas de forma imediata e direta, mas num “combate árduo”, no qual são travadas disputas políticas e ideológicos que se constroem como um terreno tendencioso à conquista de direção social.

Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade (Coutinho, 1979, p. 37).

Buscando analisar a renovação democrática na formação nacional, Coutinho (1979) apontou alguns elementos estratégicos, necessários para a conquista do socialismo, entendendo essa busca como um processo que deve ser construído de “baixo para cima”. Ou seja, o avanço “superior” deve alcançar níveis de consciência.

Segundo o método de Lênin, o conjunto das liberdades democráticas foi gestado nas revoluções burguesas que, através das lutas entre as classes antagônicas, determinaram contextos políticos necessários à consolidação e reprodução da economia capitalista.

Entende-se que o desmonte do Estado Burguês é realizado incorporando elementos germinais de novas formas de uma democracia, baseados na oposição aos burgueses, ou seja, uma gestão realizada a partir de frentes de massas de representação popular. Constituem-se dos chamados sujeitos coletivos (partidos, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc.).

Não seria difícil mostrar como a formação desses sujeitos políticos coletivos – não previstos pela atomista teoria liberal clássica – corresponde aos processos de socialização da produção que se acentuam no capitalismo e, em particular, no capitalismo monopolista de Estado. Portanto, é a própria reprodução capitalista enquanto fenômeno social global que impõe essa crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados politicamente na defesa dos seus interesses específicos (Coutinho, 1979, p. 37).

Todavia, para que tal projeto socialista se torne possível, é necessário a superação da alienação econômica e também política, ampliando o grau de representatividade dos vários sujeitos políticos coletivos (articulação entre as formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta).

Para isso, a teoria socialista coloca claramente a questão da hegemonia como questão central de todo poder de Estado. As classes populares devem se fazer presentes e atuantes no cenário político, mesmo que na sua pluralidade, disputando poder com a burguesia.

Mas, se socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode (e não deve) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe “de cima para baixo”; a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta essa tendência à burocratização e à alienação do poder (Coutinho, 1979, p. 40).

Para Coutinho, a democracia é o pressuposto imprescindível para os sujeitos políticos estabelecerem a dominação do poder popular. Para isso, põe-se uma tarefa aos representantes da massa popular, de empenhar esforços permanentemente para inverter as forças econômicas e políticas que tencionam sobre a égide do domínio burguês.

A luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira; essa renovação aparece, portanto, não apenas como a alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país, mas também – e precisamente por isso – como o processo da criação dos pressupostos necessários a um avanço do Brasil no rumo do socialismo (Coutinho, 1979, p. 45).

Para isso é necessário instaurar, dentro do processo geral de renovação democrática do país, um programa econômico antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista, com vistas a transformar as superestruturas de bases econômico-sociais “que não só tornaram possível a emergência da ‘via prussiana’ elitista e oligárquica, mas que contribuem para reproduzi-la (de modo ampliado) permanentemente” (Coutinho, 1979, p. 34). Esse programa deve ter o objetivo de empoderar as camadas trabalhadoras, levando-os a se colocar como sujeitos

ativos do governo da economia para o processo geral de renovação democrática do país.

Para tal desafio, como estratégia de renovação democrática, coloca-se um exercício que exige a emancipação política dos sujeitos individuais, elevando o nível da democracia através da atuação permanente no combate de viés anti-“prussiano”. Diante disso, os sujeitos históricos devem construir as alianças, organizarem-se contra as ações de base antimonopolista e anti-imperialista.

Portanto, as categorias gramscianas, através da metodologia da tradutibilidade, nos proporcionaram compreender o desenvolvimento capitalista, combatendo persistentemente a estagnação apoiada em estruturas de poder de inspiração fascista, associadas ao poder do mando, ao coronelismo, ao nepotismo entre outras.

3

História do Serviço Social e Projeto Ético-Político profissional

“A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma,
o poder material tem de ser derrubado pelo poder material,
mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.
A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra ad hominem,
e demonstra ad hominem, tão logo se torna radical.
Radical é agarrar a coisa pela raiz.
Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.”
Karl Marx

3.1

Serviço Social: surgimento de uma profissão

3.1.1

Serviço Social no Mundo

Após as grandes transformações sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social”¹⁶ ficou posta definitivamente para a sociedade. Com a expansão do padrão fordista/taylorista¹⁷ e sob a forma de regulação estatal do modelo keynesiano¹⁸, o Serviço social como profissão, conforme aponta Martinelli (1997), se fez necessário como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, a garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. Sendo assim, a profissionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos ocorreu no mesmo período

¹⁶ De acordo com Iamamoto e Carvalho (1982, p. 77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

¹⁷ “Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos [...]. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. [...]. Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA e depois para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas” (Antunes, 2002, p. 37).

¹⁸ Baseado no modelo keynesiano “que visava a integração dos trabalhadores à sociedade capitalista, caracterizando-se pela expansão econômica e do ‘Welfare State’”, o Estado é chamado a intervir para manter a ordem social, fazendo algumas concessões à classe trabalhadora, “[...] o que favoreceu a ampliação do Estado de direito liberal capitalista e a consequente conquista de direitos de cidadania até então inexistentes” (Pontes, 1999, p.22).

histórico, compreendido entre a fase final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, através de escolas de formação de profissionais para a atuação no campo da assistência social e da filantropia¹⁹. Surgiram, em 1899, escolas em Nova York (Escola de Filantropia Aplicada) e em Amsterdã, impulsionadas e mediatizadas pelas Sociedades de Organização da Caridade (europeia e americanas) e pela ação e doutrina social da Igreja Católica, principalmente. Seguiram-se a essas escolas a primeira escola inglesa de Serviço Social (1903) e duas na França (uma em 1911, de orientação católica, e outra em 1913, de orientação protestante), proliferando-se nas décadas seguintes nesses contextos e na América Latina.

De acordo com Abreu, “os fundamentos dessa iniciativa se traduzem na necessidade do estabelecimento de um *conformismo social*²⁰ no seio da sociedade” (2008, p. 43). Esse conformismo social era necessário para a recomposição dos padrões de acumulação comprometidos com a queda tendencial da taxa de lucro do período.

Para tanto, era necessário forjar um novo tipo de homem, condizente com as novas organizações do processo produtivo e de controle social, conforme as exigências da nova cultura – descritas claramente nas análises de Gramsci no notável texto “Americanismo e fordismo”²¹, escrito em 1934 em seu caderno 22 (Cf. Gramsci, 2011). Iamamoto (2008) descreveu o americanismo como geração de uma nova ideologia²² formadora de uma consciência social e do senso comum. Já o fordismo, ao configurar um novo modo de produção com exigências na eliminação de tempos e movimentos supérfluos, exigia uma nova antropologia –

¹⁹ As práticas de assistência social, “deitam raízes antes mesmo da idade Média, como forma de ajuda aos pobres, prosseguindo durante o feudalismo e atravessando o período capitalista” (Simionatto, 1995, p. 208).

²⁰ “Assim, sob o ponto de vista das exigências da produção fordista/taylorista, esse conformismo supõe um equilíbrio psicofísico puramente mecânico. Trata-se, de um conformismo mecânico, base da formação do trabalhador fordiano – o chamado ‘gorila amestrado’” (Abreu, 2008, p. 43).

²¹ “O líder comunista italiano Antonio Gramsci, jogado numa das prisões de Mussolini umas duas décadas mais tarde, extraiu exatamente essa implicação. O americanismo e o fordismo, observou ele em seus *Cadernos do cárcere*, equivaliam ao ‘maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem’. Os novos métodos de trabalho ‘são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida’. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador ‘adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo’” (Harvey, 2008, p. 121-122).

²² Ou seja, formação de uma visão de mundo massificada aos interesses dos grupos detentores dos meios de produção. Conforme citou Simionatto (2002), com o processo de organização do trabalho, o americanismo não buscou rearticular apenas o mundo da produção; imbricou-se, também, na esfera da reprodução da vida social, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas implica, ainda, o consentimento e a adesão das classes à nova ideologia. A hegemonia que nasceu da fábrica, escreveu Gramsci, foi acompanhada por uma moral dos produtores e por uma ética do trabalho, destinadas a produzir formas de passividade e adaptação das classes trabalhadoras às estratégias de dominação capitalista.

uma humanidade nova – nos planos da ação prático-laborativa, ideológico-cultural e da auto-representação política, conseguindo centrar toda a vida do país na produção. O fordismo foi além do uso da força de trabalho, exigindo transformações na forma de vida, na moral, no comportamento da força de trabalho, no tempo do não-trabalho (questão sexual, puritanismo, lei seca etc.).

O novo homem fordiano corresponde, na verdade, a complexo humano (o trabalhador coletivo), isto é, componente de uma empresa como “uma máquina que não deve ser desmontada com frequência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas ingentes”. (Gramsci, 1976, p. 397 apud Abreu, 2008).

Segundo Abreu (2008), o processo de organização da cultura perpassou também pela formação de novos profissionais para exercerem funções intelectuais de organização da produção (administração, planejamento, gerência e supervisão) e da cultura (elaboração de uma nova concepção de mundo e sua difusão plasmando novos padrões de sociabilização), campos interventivos nos quais se situavam as necessidades que impulsionaram a profissionalização do assistente social e as requisições postas em relação às suas funções pedagógicas e intelectuais.

Portanto, foi no bojo de uma nova ordem moral e intelectual, comprometida pelos avanços da perspectiva revolucionária mundial, que a assistente social²³ se apresentou como “intelectual orgânico[a] da burguesia típico[a] da sociedade industrializada” (Simionatto, 1995, p. 210), sob uma perspectiva conservadora de vertente norte-americana aliada ao pensamento católico, sobre a influência neotomista, nos moldes do americanismo.

O americanismo, segundo a análise gramsciana, caracterizou uma modalidade e hegemonia do capital, como forma histórica de concreção de uma revolução passiva. O fordismo, associado às técnicas organizacionais tayloristas, como elemento de organização da estrutura, constitui-se como um “ponto extremo do processo de tentativas sucessivas da indústria para superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro. (Gramsci, 1976, p. 176 apud Abreu, 2008, p. 44).

Sendo assim é importante dizer que as exigências da produção fordista/taylorista determinaram a função pedagógica – persuasiva e coercitiva – para a qual foram requisitadas as assistentes sociais que se inseriram nas formas de organização do consentimento e da adesão das classes subalternas à “nova” ordem do capital. Ou seja, conforme alude Abreu (2008), vinculou-se a intervenção profissional ao conjunto de mediações que concretizaram a

²³ Neste trabalho usaremos a assistente social, no feminino, já que o Serviço Social é uma profissão majoritariamente feminina (Cf. CFESS, 2022).

articulação orgânica entre a produção material e a reprodução física e subjetiva da força de trabalho. Conectaram-se, portanto, a prática profissional com estratégias e mecanismos sociopolíticos, culturais e institucionais, necessários para o enquadramento da reprodução social aos padrões morais de sociabilidade e do controle político sobre os subalternos, o que implicou, assim, novas formas de reprodução das relações sociais, pautadas pelo padrão do consumismo, sob a luz de um puritanismo e do proibicionismo. As palavras de ordem moral foram resumidas na monogamia e no combate ao alcoolismo. Conforme Gramsci:

Que o homem-trabalhador não desperdiçasse as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação (Gramsci, 1976, p.399 apud Abreu, 2008, p. 57).

Então, é possível visualizar no Serviço Social a confluência que assinala a base teórico-ideológica do americanismo, sob forte suporte positivista articulado à filosofia humanista cristã. Resultou desse amálgama um arranjo teórico-doutrinário que se mostra bastante moralizador, compatível com a perspectiva conservadora que impregnou a função pedagógica da assistente social.

3.1.2 Serviço Social no Brasil

No Brasil²⁴, o Serviço Social surgiu, conforme Iamamoto (2007), no seio dos movimentos e frentes de mobilização da Igreja Católica para o desenvolvimento da formação doutrinária e social do laicato. Essa iniciativa visava à qualificação de seus intelectuais para a recuperação moral do operariado, face às influências consideradas malélicas dos ideais socialistas e do liberalismo econômico. Combatia veementemente o socialismo e substituiu o liberalismo pelo comunitarismo cristão no começo do século XX.

A igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária do liberalismo e ao comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade. O movimento de “reação católica” é respaldado em uma vasta rede de organização difusora de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do

²⁴ A crise do capitalismo internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representaram um marco importante na trajetória da sociedade brasileira.

comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A igreja luta, ainda, pela legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do aparato de Estado. (Iamamoto, 2007, p.18).

No desejo de superar a postura contemplativa, a igreja procurou mobilizar seus intelectuais para as tarefas missionárias e evangelizadoras na sociedade. Esse movimento chamado de “reação católica” foi responsável por um projeto que visava a estabelecer e organizar um processo de recristianização da sociedade por meio de um projeto de reforma moral, numa perspectiva da recuperação da hegemonia (ideológica) cristã²⁵, encarregando-se, durante muito tempo, da formação de assistentes sociais. Com isso, a questão social foi enfocada, fundamentalmente, como questão moral, na busca de estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano (Iamamoto, 2007, p. 19).

A implantação do Serviço Social surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 127).

Segundo Iamamoto (2007), a Igreja Católica da Ação Social procurou fortalecer-se defensivamente e reconquistar a influência ideológica e privilégios²⁶ perdidos em face da crescente laicização da sociedade e das tensões presentes nas relações que estabelecia com o Estado. Buscava, com este movimento, atender os “problemas sociais” de forma individualizada, numa forma de contrapor o movimento anarco-sindicalista no proletariado urbano. As intervenções eram exercidas com uma conotação ideológica sobre as classes trabalhadoras, no sentido de enquadrá-las às novas relações sociais vigentes, numa forma de colaboração ao capitalismo. Nesse momento, o Serviço Social²⁷ trabalhou nos

²⁵ A Igreja Católica perdeu sua importância na filosofia, no movimento intelectual em geral, no controle dos movimentos sociais e na sociedade civil, vindo evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 150).

²⁶ A primeira Constituição republicana (1891), de fachada ardorosamente liberal, estabeleceu a laicização do Estado, separando-o da Igreja. Esta, desde 1872, quando do “episódio dos bispos”, vinha reclamando sua independência, para liberar-se da tutela exercida pelo regime de padroado. (redução do clero ao papel e situação de um funcionalismo civil). O projeto de constituição sob influência positivista, dado a público em junho de 1890, estabelecia o casamento civil obrigatório, a laicização do ensino público, a proibição de subvenção a qualquer culto religioso, a secularização dos cemitérios, a proibição de se abrirem novas comunidades religiosas e a inelegibilidade para o Congresso de membros do clero (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 144).

²⁷ As expressões da “[...] ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escola, a incapacidade física etc.) e assim são enfrentadas” (Netto, 2007, p. 32).

problemas sociais sobre um forte viés educativo²⁸, envolvendo tanto a perspectiva de cura quanto de prevenção.

A igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*), fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos “problemas sociais”. Para a igreja, a “Questão Social”, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa (Iamamoto, 2007, p.18).

Propunha-se ainda uma mobilização entre os trabalhadores, numa estratégia de cooptar as lideranças operárias que não aceitavam o associativismo católico. Sendo assim, o “Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (Iamamoto, 2007, p. 21).

Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças (Iamamoto, 2007, p. 19).

Com o aprofundamento do modelo corporativista do Estado e por uma política favorável à industrialização, a burguesia industrial adquiriu supremacia no poder em alianças com os grandes proprietários rurais, fomentando, assim, o crescimento do proletariado urbano, reforçado pelos fluxos populacionais possibilitados pela capitalização da agricultura.

Naquele momento, com a consolidação da dominação burguesa e da expansão capitalista, a classe trabalhadora experimentava o agravamento da desnutrição, doenças infecciosas, aumento da taxa de mortalidade infantil e dos acidentes de trabalho. Ou seja, verificava-se a miséria instalada entre a população. “A ‘Questão Social’ passou então a mesclar ‘repressão e assistência’, como condição de preservação da ‘paz armada’ imposta pelo poder” (Iamamoto, 2007, p. 83). Segundo Iamamoto:

O tratamento da “Questão Social” através de repressão e da Assistência, subordinada aos preceitos da segurança e da acumulação monopolista, implica não só o agravamento das tensões sociais como a ampliação do processo de pauperização absoluta e relativa dos trabalhadores e das sequelas daí derivadas. A “crise do milagre” econômico brasileiro permite o reaparecimento, na superfície da cena política, da presença fortalecida e reorganizada dos trabalhadores em seus movimentos sociais, apesar da assistência e da repressão. (Iamamoto, 2007, p.86).

²⁸ Tratavam-se os problemas sociais como problemas a serem superados com educação individualizada.

Sendo assim, foi necessária a realização de políticas assistenciais para atendimento às massas, com intuito de reprimir e despolitizar os movimentos reivindicatórios do proletariado e manter a ordem. Acentuaram-se, então, mecanismos repressivos e de disciplinarização das relações sociais.

Para garantir esta fonte de legitimação, o Estado tem necessariamente de incorporar parte das reivindicações populares, ampliando as bases de reconhecimento da cidadania social do proletariado, através de uma legislação social e sindical abundante no período. Emerge, nesta fase, novas instituições, como o salário mínimo, a justiça do trabalho e uma nova legislação sindical etc. (Iamamoto, 2007, p. 92).

Simultaneamente, segundo Silva e Silva (2009) o Estado passou a intervir investindo na construção de grandes instituições²⁹. O mercado de trabalho da assistente social se expandiu, cooperando para que sua base de atuação sofresse uma movimentação, da Igreja para as ações do Estado e do empresariado, a partir daquele momento, como um profissional assalariado. “O que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, *a condição do agente e o significado da sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa relação de *assalariamento* [...]” (Netto, 2007, p. 72).

Significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho). (Netto, 2007, p. 72).

Segundo Netto (2007), a assistente social se integrou aos mecanismos de execução das políticas sociais para enfrentamento da “questão social” emergente no contexto do desenvolvimento urbano-industrial. Sendo assim, a profissionalização do Serviço Social só se consolidou quando os agentes se laicizam, a partir de sua legitimação pelo desempenho de papéis, atribuições e funções, consumada com a ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa firmada e madura.

Quando esta profissão se independentiza do confessionalismo e/ ou particularismos.[.] Os indicadores efetivos da laicização são, por um lado, a regulamentação compulsória e pública (estatal) da formação e do desempenho

²⁹ Surgiram: em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social; em 1940, a Legião Brasileira de Assistência; em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; em 1946, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII (Silva e Silva, 2009, p. 25).

profissional e, por outro, a diferenciação ideal (teórico cultural, ídeo-política) interna da categoria profissional (Netto, 2007, p. 74).

Assim cresceram significativamente as demandas. Nesse quadro, o Serviço Social deve capacitar-se a favorecer uma resposta que se atualize, em face dos novos desafios que lhe são postos pela conjuntura político-econômica. A esse respeito, Silva e Silva (2009) afirmou que o Serviço Social passou a ter uma presença significativa no projeto de desenvolvimento nacional durante a década de 1950, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais se empenharam em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidades (DC)³⁰ como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Num contexto que o Brasil vivenciava de ampla luta política, o governo de João Goulart, que assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, tentou promover o nacionalismo desenvolvimentista, enfrentando o processo de internacionalização da economia brasileira e abrindo espaço para os processos de mobilização e lutas pelas mudanças de base.

De acordo com Netto (2009), a erosão do Serviço Social “tradicional” implicou um dimensionamento técnico-racional no nível de legitimação das práticas. No curso deste processo, mudou-se o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho, cujas novas condições, postas pelo quadro de configuração autocrática burguesa, faziam surgir. Exigiu-se uma assistente social “moderna” – aquelas com um desempenho “tradicional” foram substituídas por procedimentos “racional”. Produzir esta profissional “moderna” implicava uma mudança nos mecanismos da formação de assistentes sociais e, assim, assumiu-se a política da ditadura civil-empresarial-militar. Sendo assim, essa reformulação das agências de formação de assistentes sociais rompeu de vez com o confessionalismo, o paroquialismo. Para Netto, “tais refuncionalização e expansão (na verdade, os dois processos são indissociáveis, no caso do Serviço Social) foram alcançadas praticamente no mesmo lapso em que se consolidou o mercado de trabalho nacional” (2009, p.124).

O Serviço Social ingressou no circuito da universidade justamente no momento de vigência da autocracia burguesa. As escolas isoladas, mantidas por organizações confessionais ou leigas, com escassos recursos materiais e humanos, funcionavam sob dedicação de profissionais e docentes estimulados

³⁰ Safira Bezerra Ammann (1980) fez uma análise crítica do papel dos intelectuais do desenvolvimento de comunidade brasileiros sob o referencial teórico de Antonio Gramsci.

por valores morais e contavam com alunos em número reduzido. “Estas pequenas agências da formação convertem-se, em pouco tempo, em unidades de complexos universitários” (Netto, 2009, p. 125).

[...] propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais, é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. [...] contudo, dada esta mesma característica, registra-se o largo flanco aberto na formação aos traços mais deletérios deste influxo, residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas sociais possíveis na universidade da ditadura. (Netto, 2009, p. 126).

Como afirmou Netto (2009), com o recrutamento do novo docente ao enquadramento na universidade em tempos de autocratismo burguês, a permanência nos padrões acadêmicos possibilitou a dedicação intelectual, permitindo assim acumular forças e conceber uma massa crítica, antes inexistente. Quando se superaram as restrições ditatoriais, o acúmulo realizado por este componente profissional veio à tona com significativa ponderação.

3.2

Renovação do Serviço Social brasileiro, intenção de ruptura e conservadorismo

3.2.1

Movimento de Reconceituação na América Latina e a Renovação do Serviço Social no Brasil³¹

Conforme Netto (2009), até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social no Brasil não apresentava polêmicas de realce; pelo contrário, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas ações interventivas, sinalizava uma forma de aversão à participação político-partidária e necessitava de uma elaboração teórica expressiva.

A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas suas instancias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.) [...] tal laicização, com tudo o que implicou e implica, é um dos elementos caracterizadores

³¹ Neste tema assumimos a direção apontada pelo autor José Paulo Netto no livro “Ditadura e Serviço Social” (Cf. Netto, 2009).

da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa. [...] foi precipitada decisivamente pelo desenvolvimento das relações capitalistas durante a “modernização conservadora” e só é apreensível levando-se em conta as suas incidências no mercado nacional de trabalho e nas agências de formação profissional. (Netto, 2009, p. 128).

De acordo com o autor, é possível resumir rapidamente os quatro pontos de vista que sinalizam as conexões mais decisivas do processo de renovação do Serviço Social³², sintetizando feixes de resultados que rebatem para além do seu esforço de validação teórica.

- A) A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal,
- B) A crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivadas do recurso diversificado de matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;
- C) A sintonia da polêmica teórica-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultura contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas;
- D) A constituição de segmentos de vanguardas, sobretudo mas não exclusivamente, inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa. (Netto, 2009, p. 135).

Netto (2009) atribuiu à autocracia burguesa a função que apressa o processo de erosão do Serviço Social “tradicional” que lhe é anterior. Na entrada dos anos 1960, segundo o autor, esse mercado se expandiu e não pode haver dúvidas acerca da conexão desta expansão com o andamento da já vista industrialização pesada. A reorganização do Estado, “racionalizado” para gerenciar o processo de desenvolvimento sob a hegemonia dos monopólios, equacionou profundamente não só o sentido das políticas setoriais, mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las. O Estado como o tradicional grande empregador das assistentes sociais

³² “[...] atribui à autocracia burguesa e função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social “tradicional” que lhe é anterior, e a cujo desfecho, como se verá, ela conferiu uma direção particular (Netto, 2009, p137). Entretanto, nos anos imediatamente seguintes, a erosão das formas consagradas do Serviço Social ganha uma dinâmica mais intensa [...]. Possuem um rebatimento profissional, pela mediação diversa de quatro condutos específicos, embora com óbvias vinculadas entre si. O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais, sociais: grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (Núcleo administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se ao desgarramento de segmentos da igreja católica em face do seu conservantismo tradicional, a emersão de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espriar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares (Netto, 2009, p.139).

reformulou, a partir de 1966-1967, as instituições nas quais se inseriam aquelas profissionais, na abertura de uma série de reformas que, atingindo primeiramente o sistema previdenciário, haveria de alterar de cima a baixo o conjunto de instituições e aparatos governamentais através dos quais se interferiria na “questão social”. O crescimento industrial que se operou, especialmente nos anos do “milagre”, permitiu falar propriamente de um Serviço Social de empresa (ou do trabalho). Os fenômenos da pauperização relativa e, nalguns casos, absoluta da classe trabalhadora como decorrências do desenvolvimento orientado para privilegiar o grande capital, os processos de migração que inflaram as regiões urbanas etc. demonstraram o quadro próprio do “modelo econômico da ditadura”³³. Sendo assim, compartilharam também do movimento de reconceituação que Netto (2009) explicou ter sido a crise do Serviço Social “tradicional” em meados dos anos 1960. O pano de fundo foi dado pelo esgotamento e legitimação do bloco histórico capitalista, o das “ondas longas” de crescimento, que vinham seguras desde o fim da Segunda Guerra Mundial e encontraram seu último momento de vigência precisamente na década de 1960 (Mandel, 1976 apud Netto, 2009).

Observaram-se, então, extensos movimentos apontando a sobrecarga da desaceleração do crescimento econômico mediante as lutas de segmentos dos trabalhadores e as estratégias de reformulação de gestão das políticas sociais dos Estados. Sendo assim, era o momento oportuno para promover contestações às práticas profissionais do Serviço Social “tradicional”: a contestação do funcionalismo, do quantitativismo e da superficialidade que impregnavam as ciências sociais; o deslocamento sociopolítico de outras instituições como exemplo; e o movimento estudantil no marco do Serviço Social – a “rebelião juvenil” foi aí tanto mais eficiente. Segundo Netto (2009, p.145), “a expressão desse processo erosivo [...] foi a que explicitou na América Latina a partir de 1965 e que teve a sua curva ascendente por quase uma década, o chamado movimento de reconceptualização ou reconceituação do Serviço Social”.

De acordo com Netto (2009), este processo de reconceituação está intrinsecamente vinculado ao eixo central que envolvia o momento sociopolítico americano na década de 1960. Primeiramente no Brasil e depois em toda a

³³ Florestan Fernandes esclareceu que este pacto “visava a beneficiar, sem exceção, todas as classes proprietárias: tanto os setores burgueses mais progressistas, quanto os mais avançados, como a burguesia industrial, tanto as ligadas à produção, quanto as ligadas ao comércio e às finanças, tanto as ligadas às mais poderosas, como as empresas multinacionais, quanto às mais débeis, como a pequena e a média empresa nacionais” (Martins, 1977, p. 209).

América Latina, as ditaduras burguesas³⁴ não mantiveram as propostas que consideravam uma superação do subdesenvolvimento do cenário societário latino-americanos. A perspectiva burguesa da “modernização” por meio de Estados ditatoriais acabou por impor-se, derrotando as alternativas revolucionárias e democráticas. Por isso, compete enfatizar dois elementos conexos sobre o movimento de reconceituação, que se extenua por volta de 1975. O primeiro elemento alude à aproximação com a teoria social marxista, como apontou Netto: “é no marco da reconceituação que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista” (2009, p. 148). Porém, essa aproximação ainda se apresentava de forma muito superficial, raramente se apresentavam análises com fundamentação de fontes originais. Versões deturpadas e contaminadas³⁵ acerca do marxismo eram frequentes neste período. Somente depois da reconceituação que “[...] o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais” (Netto, 2009, p. 148).

Já o segundo elemento percorreu a necessidade que gerou uma reflexão acerca da formação de uma nova identidade das assistentes sociais enquanto profissionais da América Latina: forjar uma “unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América latina, uma unidade autonomamente e sem as tutelas imperiais” (Netto, 2009, p.150).

A primeira direção da renovação do Serviço Social no Brasil, a perspectiva modernizadora, teve por objetivo ajustar o Serviço Social às formas de operacionalização das estratégias de desenvolvimento capitalista, ou seja, a cumprir “as exigências postas pelos processos socio-políticos emergentes no pós-[19]64”³⁶ (Netto, 2009, 154). Seu grande marco foram os textos dos seminários de Araxá³⁷ e Teresópolis³⁸. “O núcleo central dessa perspectiva é a tematização do

³⁴ “O bloco ‘militar-tecnocrático-empresarial’” (Faleiros, 2000, p. 47).

³⁵ Netto (2009) trouxe o exemplo de marxismo neopositivista, realizado por Louis Althusser.

³⁶ “[...] de 1964 a 1968, com a definição das bases do Estado de Segurança Nacional, a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado e sua grande crise e 1967-1968, quando o governo militar institui o Ato institucional nº AI-5)” (Silva e Silva, 2009, p. 29).

³⁷ Para Netto (2009), a perspectiva modernizadora foi delineada no documento do Congresso 1967 promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), realizado em Araxá/MG. Nele ficou elencado o imperativo da busca do desenvolvimento associado à promoção humana, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que encontrou um consenso em torno do olhar sobre a profissão; ela é considerada um instrumento profissional de suporte às políticas de desenvolvimento.

³⁸ De acordo com Netto (2009), cinco anos mais tarde, em 1972, no encontro de Teresópolis foi aprovada uma nova metodologia de ensino para formação de assistentes sociais, aferindo cientificidade ao curso com a introdução das disciplinas: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia e Sociologia. Foi Lucena Dantas que defendeu a tese neste encontro de que a prática do Serviço deveria desenvolver-se minimamente com cientificidade. Segundo ele, o método profissional do Serviço Social se constitui a partir de duas categorias básicas, a saber, o

Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (Netto, 2009, 154). Importante destacar que esta perspectiva tinha um claro conteúdo tecnocrático e que propunha um perfil profissional condizente com o exigido pela Ditadura.

[...] é compreensível: a relação subdesenvolvimento/desenvolvimento é pensada como um *continuum*, o subdesenvolvimento aparecendo como uma etapa de um processo cumulativo que, submetida a intervenções racionais e planejadas, ver-se-ia ultrapassada e descolada pela dinâmica que conduziria ao outro polo do *continuum*. Aquelas intervenções seriam direcionadas fundamentalmente para a superação dos estrangulamentos impeditivos do trânsito de um polo a outro, gargalos sobretudo derivado da inércia econômico-social dos setores arcaicos (tradicionais) das sociedades subdesenvolvidas, donde a necessidade de induzir mudanças conducentes à sua compatibilização com dinâmica dos setores modernos (urbano-industriais) – daí a quase identificação de processo de desenvolvimento e processo de modernização. É a esta concepção desenvolvimentista que se conecta a perspectiva renovadora configurada nos documentos de Araxá e Teresópolis: o processo de desenvolvimento é visualizado como um elenco de mudanças que, levantando barreiras aos projetos de reversão das estruturas socioeconômicas nacionais e de ruptura com as formas dadas de inserção na economia capitalista mundial, demanda aportes técnicos elaborados e complexos – além, naturalmente, da sincronia de “governo” e “populações” - , com uma consequente valorização da contribuição profissional dos agentes especializados em “problemas econômicos e sociais” (Netto, 2009, p. 166-167).

Essa perspectiva aceitava, segundo Netto (2009) sem questionar, a ordem sociopolítica fundada pela ditadura sob forte influência dos aportes do *estrutural-funcionalismo norte-americano*. Essa sincronia com a Ditadura permitiu à assistente social a abertura de espaços socio-ocupacionais nas instituições e organizações estatais e paraestatais, submetidas à racionalidade burocrática das reformas produzidas pelo Estado ditatorial. Para Silva e Silva, “a ideologia da integração e do desenvolvimento, pautada pela repressão aberta da sociedade brasileira, com a instituição do AI-5, inaugura uma nova conjuntura, iniciando-se também um novo momento para o serviço social” (2009, p.31).

A crise desta vertente profissional estava conectada também à crise da ditadura civil-empresarial-militar a partir da segunda metade da década de 1970, com a reorganização da sociedade civil (movimento operário/popular). A ocorrência da redução de sua importância intelectual tem a ver com a mudança no cenário sociopolítico da sociedade brasileira e também com a demanda de segmento da categoria profissional.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, como apontou Netto (2009), surgiu no centro da complexa e dialética renovação do Serviço Social, se

diagnóstico e a intervenção planejada. Em relação ao objeto de intervenção do Assistente Social, Lucena advertiu serem as circunstâncias sociais-problemas advindas do processo de desenvolvimento.

posicionou de forma intolerante às mudanças e se apresentou como uma vertente com maior herança profissional. Tal perspectiva foi assumida por parcela da categoria profissional que resistia ao processo de laicização, rejeitando o rompimento com o Serviço Social tradicional. Cabe dizer também que essa perspectiva retomou o Serviço Social de Caso.

Tal perspectiva foi a que melhor sintetizou a renovação compatibilizada com o segmento do Serviço Social mais resistente às mudanças, podendo ser denominada pela perspectiva da reatualização do conservadorismo. Esta “nova proposta” desenvolveu encontros e debates com os profissionais como forma de reciclagem. O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora, ela apenas explorou seu enfoque reformista e se subordinou às novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional.

A Nova Proposta é uma metodologia genérica pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial, de um sentido novo. Uma abertura para a ajuda psicossocial, na consciência, entre concepção de realidade ou de uma das suas partes, e os projetos humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta (Almeida, 1978, p.116 apud Netto, 2009, p. 206).

Esta perspectiva, reatualização do conservadorismo, teve expressamente uma inspiração fenomenológica. De acordo com Yazbek (2000), essa vertente da fenomenologia consistia em trabalhar com o indivíduo para que ele pudesse mudar a sua realidade. Esta vertente não tem abrangência suficiente para fazer uma leitura da totalidade, uma vez que o trabalho se limita muito ao indivíduo³⁹. Pautava-se na transformação social do sujeito, como se ele tivesse a capacidade para alterar os processos sociais por si mesmo. Os sujeitos se transformariam e não a sociedade. Esta vertente, através de uma “nova roupagem”, fez uma reedição dos pressupostos tradicionais, realçando assim, o diálogo na forma de intervenções no âmbito individual e psicológico e trouxe à tona o debate sobre a valorização do trabalho como forma de solução dos problemas sociais.

Conforme Netto (2009), essa vertente surgiu apontando discursos e princípios cristãos que denotam a continuidade com o Serviço Social tradicional e criticando veementemente os postulados positivistas presentes na perspectiva modernizadora. O autor pontuou que houve um recuo ao que existia de tradicional e consagrado no legado conservador do Serviço Social. Para demonstrar como a vertente fenomenológica reeditou o que há de mais conservador, o autor citou que

³⁹ Destaque à dimensão da subjetividade – demanda que surge no meio profissional que se caracteriza por ser fortemente psicologizante (ajuda psicossocial, compreensão).

Anna Augusta de Almeida publicou um ensaio sobre o “princípio da autodeterminação⁴⁰”, inspirado na visão fenomenológica em um momento que diversos profissionais criticavam justamente estes princípios, resgatando, dessa forma, a herança psicossocial do Serviço Social como recurso de enfrentamento⁴¹ às expressões da “questão social”⁴².

Nos seminários de Sumaré (1967) e do Alto da Boa Vista (1972)⁴³, segundo Netto (2009), as elaborações realizadas não apresentaram nenhuma discussão teórica de destaque, demonstrando uma extrema pobreza conceitual em relação ao que já estava posto naquele contexto, o que contribuiu com um tom anacrônico à perspectiva modernizadora e impediu um debate que despertasse e empolgasse os setores principais da categoria profissional.

Para Netto, “quando se examina o material publicado do encontro do Alto da Boa Vista é que se pode avaliar como o simplismo das intervenções dos conferencistas convidados tornou-se mesmo um fato central” (2009, p. 200). Observou-se, assim, nos dois seminários uma evidente abertura à menção distinta do caldo conservador. Essa desestruturação e movimentação das perspectivas modernizadora e reatualização do conservadorismo devem ser entendidas a partir da mudança no cenário sociopolítico da sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 1970⁴⁴, com o surgimento do movimento sindical no ABC Paulista, os movimentos grevistas, o fim do bipartidarismo, etc.

⁴⁰ “O princípio em tela é componente de uma determinada mundividência, fundado no neotomismo, ele remete diretamente ao rebatimento da filosofia de Tomás de Aquino na constituição do bloco católico do Serviço Social e não pode ser insulado do conjunto de outros valores (“princípios”) com os quais mantém uma necessária relação de auto implicação: o valor absoluto da pessoa, a sua dignidade e a sua liberdade” (Netto, 2009, p. 217).

⁴¹ “No período militar, a ‘Questão Social’ foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da doutrina de segurança nacional” (Silva e Silva, 2009, p. 38).

⁴² De acordo com Netto (2009), sabe-se que é traço pertinente das correntes burguesas despolitizar o seu trato da “questão social”, tanto na técnica da perspectiva modernizadora quanto no papel do transclassismo na realização do conservadorismo.

⁴³ Foi nestes seminários que ressoaram as formulações da vertente renovadora a que denominamos reatualização do conservadorismo (Netto, 2009).

⁴⁴ “Esse período cobre os governos dos presidentes Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), sendo marcado pelo reaparecimento da classe trabalhadora no cenário político nacional e pela desmistificação do ‘Milagre econômico’ brasileiro, pelo aprofundamento da crise econômica, principalmente a partir de 1977, no contexto da crise internacional do petróleo, pelo retorno de elevados índices inflacionários e pela elevação da dívida externa brasileira. Começa a se explicar uma crise do Estado que se aprofunda e se estende mesmo com o fim da ditadura” (Silva e Silva, 2009, p. 36).

3.2.2

Da origem, maturação e hegemonia da Intenção de Ruptura

Com o declínio do ciclo autocrático burguês⁴⁵, com a reinserção da classe operária na cena política e a apresentação de uma nova modalidade de enfrentamento e resistência democrática na segunda metade da década de 1970, conforme Netto (2009), a perspectiva da intenção de ruptura se manifestou com a pretensão de rescindir com a herança teórica-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista) e com os paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Recorreu-se, assim, progressivamente à tradição marxista. À medida que avançava a crise da ditadura, o marxismo acadêmico se desenvolveu e se adensou⁴⁶.

Netto (2009) analisou a intenção de ruptura, a terceira vertente do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, ponderando que esta emergiu no quadro do arcabouço universitário na primeira metade dos anos 1970 e alcançou visibilidade nos fóruns e organismos da categoria profissional apenas na década de 1980, após o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Essa vertente criticou e opôs-se à autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural, no plano profissional e no plano político. O fato principal foi que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas concepções, sempre se posicionou e se apresentou num caráter de oposição em face da autocracia burguesa do Serviço Social no Brasil, diferente das outras correntes profissionais. Para Netto (2009), a admissão dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico (graduação e pós-graduação) foi o determinante principal no processo de renovação profissional no Brasil. Centrou-se aí sua resposta a uma das críticas a essa vertente, acusada de produto de professores teoricistas.

Ainda é corrente, entre segmentos conservadores e núcleos da categoria profissional, a tentativa de desqualificar as propostas oriundas desta perspectiva com a “argumentação” de que são frutos de atividades “estranhas” às “práticas de

⁴⁵ De acordo com Silva e Silva (2009), “no contexto da crise de legitimação crescente do regime militar, propiciando a efervescência dos movimentos populares, com a vinculação através de alianças entre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica e inspiradas na Teologia da Libertação, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical emergente, tanto no campo como nas cidades. Destacam-se ainda, o movimento contra a Carestia, que mobiliza principalmente os maiores centros urbanos, e as greves operárias de 1978, 1979, 1980 e 1982, culminando com a grande movimentação pelas diretas-já, permitindo unificar os diferentes movimentos sociais populares, as entidades democráticas e os partidos políticos de oposição contra o inimigo comum, representado pela ditadura militar. [...] e a construção do Partido dos Trabalhadores e centrais sindicais nacionais”.

⁴⁶ “Que negava a prática institucional e enfatizava a militância política [...] encontrando solo fértil na realidade política do autoritarismo da ditadura militar em seu período mais rígido” (Silva e Silva, 2009, p. 35).

campo” do Serviço Social. Aqui, mais que em qualquer outra situação, retoma-se o velho refrão segundo o qual, na “prática”, a “teoria” é outra (Netto, 2009, p. 249).

Essa perspectiva percorreu um processo que se constituiu em três momentos. O primeiro diz respeito ao período entre 1972 a 1975, com o grupo de profissionais na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde foi construído o famoso “Método Belo Horizonte”, assumido como um divisor de águas na história do Serviço Social. A capital mineira “[...] não fora apenas o sítio de elites reacionárias [...] ali também deitavam raízes importantes de movimentos sindicais e populares” (Netto, 2009, p. 262). Essa herança recente propiciou a formação de um caldo cultural em Belo Horizonte que abriu possibilidade de um local adequado para essa renovação do Serviço Social. Netto (2009) citou que os protagonistas da formulação desse método foram Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. No entanto, foi observada uma forte tendência à partidarização, com expressivo viés tradicional no sentido de testemunho transfigurado em militância, o que trouxe a ideia de vocação para ser assistente social e destacou o cariz messiânico na profissão. O autor apontou que esse primeiro momento operou-se pela via da política⁴⁷. Contudo, cabe sinalizar que nesse primeiro momento a interlocução do Serviço Social com o pensamento marxista se deu através da militância político partidária.

Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc. Quando se repõe no marco profissional, ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancelam as deformações próprias dessa instrumentalização. Nesse primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista [...]. (Netto, 2009, p. 268).

O segundo momento, conforme Netto (2009), se deu em meados da década de 1980⁴⁸ e foi marcado pela dominância de um marxismo acadêmico⁴⁹ que, embora apresentasse ainda fortes traços de redução epistemológica, propunha também um padrão de análise com grande rigor intelectual. A professora Miriam Limoeiro foi a protagonista de tal momento, pois conseguiu realizar análise em

⁴⁷ Crescem os debates de viés político na profissão e consequentemente um questionamento quanto o caráter mistificador e neutro da intervenção da assistente social.

⁴⁸ “No governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) é preconizada uma ampliação da política de liberação, agora denominada “abertura” (Silva e Silva, 2009, p. 37).

⁴⁹ “Em 1981, começa a funcionar a primeira turma do único curso de doutorado em Serviço Social na América Latina, sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em 1982, o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ” (Silva e Silva, 2009, p. 41).

fontes originais, contemplando com historicidade. Foi nesse contexto que a obra de Antonio Gramsci alcançou visibilidade no meio dos debates⁵⁰ da profissão do Serviço Social, sendo muito oportuna sua categoria *Estado Ampliado*. A partir daí, começou a se desenvolver um esforço no sentido de fortalecer a prática institucional, articulada aos movimentos sociais populares.

O percurso do Serviço Social no Brasil, no período 1974-1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão, representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez, com menor intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais (Silva e Silva, 2009, p. 42).

Segundo Silva e Silva (2009), tornou-se visível o nível de criticidade da categoria já nos debates do 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (3º CBAS), também chamado de “Congresso da Virada”, em 1979, quando a direção conservadora foi contestada.

Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis (ABEPSS, s/d, *site*).

O novo cenário colocou o pensamento no âmbito do marxismo, buscando inclusive subsídios no aporte teórico gramsciano para reflexão sobre a profissão frente à conjuntura brasileira ⁵¹. Porém, tentando afastar-se de um marxismo

⁵⁰ Foi criada a revista *Serviço Social & Sociedade*, em 1979, editada pela Editora Cortez.

⁵¹ “As primeiras referências ao pensamento de Gramsci no Serviço Social encontram-se nas produções de Vicente de Paula Faleiros através da categoria da hegemonia e da análise da prática profissional no contexto da sociedade capitalista. Serão, no entanto, as produções de Safira Bezerra Ammann, Alba Maria Pinto de Carvalho, Franci Gomes e Marina Maciel que possibilitaram a efetiva aproximação do Serviço Social ao pensamento gramsciano. O trabalho de Safira B. Ammann é extremamente relevante, uma vez que se constitui na primeira formulação que adota o referencial do pensador italiano para analisar o processo socio-histórico do desenvolvimento de comunidade na transição democrática. A produção de Alba Maria Pinho de Carvalho é extremamente significativa à medida que apresenta um estudo histórico-crítico do pensamento de Gramsci a partir de fontes originais. E, por último, mas não menos importante, o texto de Franci Gomes e Marina Maciel que busca em Gramsci suporte teórico para subsidiar as práticas interventivas do Serviço Social. As produções dessas autoras são marcos significativos no trato de categorias fundamentais como: Hegemonia, Estado Ampliado, Sociedade Civil, classes subalternas, cultura, revolução passiva,

vulgar e economicista, Gramsci foi visto como um autor mais expressivo, que dava respostas “pelo método dialético entre os elementos da totalidade social, ao construir seu conceito de bloco histórico, enquanto uma totalidade concreta, expressa pela articulação das forças sociais numa dada conjuntura” (Silva e Silva, 2009, p. 153). Naquele momento o país vivenciava o processo de redemocratização e de constituição legal do sistema de seguridade social, permitindo-lhe estabelecer um compromisso com a classe trabalhadora.

Foi nessa década que se observou a fase organizativa da categoria que serviu de suporte para o surgimento de um Projeto profissional de ruptura⁵², através do desenvolvimento de uma reflexão ética, demonstrando uma preocupação com o valor humano, com a sua generalidade, e não apenas com as necessidades de classe. Essa década foi marcada principalmente pela “criação de associações e sindicatos por todo o país, culminando com a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1983” (Silva e Silva, 2009, p. 102).

Legítimos interesses da população, um trabalho social com uma abordagem reconceituada, tendo como instrumento o método dialético, no qual teoria e prática, pensamento e ação se determinam reciprocamente, propiciando uma verdadeira prática social transformadora (Abramides, 1980, p. 11).

O terceiro momento, segundo Netto (2009), foi conhecido como o momento da maturação intelectual, teórica, profissional e política da categoria, cujos alguns autores e autoras merecem destaque como Aldaíza Sposati, Maria Carmelita Yazbek, Ana Elizabete Mota, Vicente de Paula Faleiros e Leila Lima Santos, que formularam produções extremamente relevantes para a profissão. Aparentemente, naquele momento reuniram-se os fatores e vetores necessários para a consolidação do projeto de ruptura com o viés conservador e tradicional da profissão.

intelectual orgânico, intelectual tradicional, filosofia da práxis, bloco histórico, dentre outras”. (Simionatto, 1995, p. 6).

⁵² Ao ser transformado numa federação sindical, a ANAS, juntamente com os sindicatos estaduais, o então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), também pressionado a incorporar as novas demandas que os setores populares colocam para a profissão, e a Associação Nacional de Ensino de Serviço Social (ABESS) representava o quadro organizativo, através do qual a categoria dos assistentes sociais não só forçou mudança no quadro da formação profissional e na prática do exercício profissional, como também se articulou com as lutas políticas mais amplas dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

No dizer Netto (2009), ficaram bem claro dois fatores que mereciam destaque com *extrema saliência*, quanto ao seu fundamento e quanto à sua perpetuação. São eles: o método de BH⁵³ e as produções de Marilda Iamamoto⁵⁴.

Foi a partir da ruptura teórica e política com o conservadorismo e o tradicionalismo na profissão que engendrou-se a construção das bases ético-normativas, jurídico-legais e teórico-político-profissionais, na forma de um projeto profissional que se tornou hegemônico ao longo dos anos 1990 no Serviço Social brasileiro.

No entanto, nos anos 2000, após o advento da política neoliberal⁵⁵, de acordo com Braz (2007), o projeto ético-político do Serviço Social se apresentou ameaçado em suas bases efetivas, colocado à beira de uma crise, precisamente por duas razões principais: a continuidade da política conservadora econômica neoliberal sobre uma cultura pós-moderna e seus rebatimentos; e, internamente, um revisionismo teórico-político que abriu lacunas ao tradicionalismo e ao conservantismo. Tal tema é núcleo central desta pesquisa e será abarcado no próximo item.

3.3

A direção sociopolítica do projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo no horizonte da emancipação humana

“Os projetos societários são projetos coletivos, macroscópicos que, na sociedade capitalista, se constituem em projetos de classe.”
(Netto, 1999, p. 143)

Ao abordarmos sobre a formação histórica do Projeto Ético-Político do Serviço Social, avaliamos ser importante tratar a respeito da constituição de

⁵³ “Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo, preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto da ruptura no Brasil” (Netto, 2009, p. 275).

⁵⁴ Segundo Netto (2009, p. 275), o trabalho de Iamamoto “sinaliza a maioria intelectual da perspectiva da intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias [...] é absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto da ruptura no Brasil”.

⁵⁵ O advento da perspectiva neoliberal trouxe consigo: “o enfraquecimento da esfera pública, a intensificação do processo de pauperização das camadas e classes trabalhadoras com o desemprego e o enxugamento das políticas sociais” (Silva, 2009, p.109).

projetos profissionais associados aos interesses e a respectivos projetos societários. Todavia, antes disso, ao pensarmos sobre o ato de projetar previamente o propósito de uma atividade – seja ela individual ou coletiva –, com finalidade de defini-lo de forma idealizada, não podemos esquecer que essa atividade está voltada para variadas práticas exercidas na sociedade capitalista, portanto, “se constituem em projetos de classe” (Netto, 1999, p. 143).

Ao entendermos que toda ação tem em si elementos de interesses e necessidades de ordem social e é perpassada e atravessada por complexas mediações e contradições inerentes à programática do capital, torna-se mais evidente que o trabalho configura-se como atividade criadora e base das relações sociais.

3.3.1

As categorias teleologia, ontologia do ser social e o trabalho: finalidades, causalidades da práxis social

Em termos históricos, foi precisamente na era da modernidade que muito se pensou a respeito da relação ser e consciência. Embora tenhamos acumulado ao longo desses processos históricos variados pontos de vistas, dois se colocaram como grandes tendências, que foram o idealismo e o materialismo. O primeiro baseia-se na conflitiva dialética objetiva e idealista posto por Hegel; e o segundo, o materialismo, proposto por Marx.

O projeto de Hegel, conforme aponta Semeraro (2011), constituiu-se em conjugar o “pensamento materializando-se, o mundo interiorizando-se”. Existe, portanto, uma sintonia entre a realidade objetiva e a mente humana. O ser permite ao ser humano conhecer a realidade e a si mesmo, simultaneamente. Para Hegel, existe uma racionalidade na qual o mundo é materializado pelo pensamento. Portanto, tudo “o que é racional é real e o que é real é racional” (Hegel, 1997, p. XXXVI), pois tudo que é real foi pensado.

Segundo Celso Frederico (1995), é possível identificar uma nítida “expressão de reconciliação com a realidade, própria de quem aceita a realidade existente ou conformada com ela”. Assim como Lukács, Frederico não deixou de criticar a resignação existente nas formulações teóricas de Hegel.

A tese da racionalidade do real precisa ser lida coerentemente com o seu método, valendo-se da sutil diferença entre o real, entendido como um processo, e o

existente, um momento empírico e contingente (e, enquanto tal, falso) do fluxo do real (Frederico, 1995, p. 22).

Essa vertente atualizada defendia que a autonomia e o domínio do pensar (força do pensamento) tivesse efeito automático com a realidade, ficando a cargo das ideias a transformação social e confirmando, ainda em dias atuais, que o pensamento é objetivo e real.

Conforme Celso Frederico (1995), no materialismo o homem é visto como um “ser automediador da natureza” e, através do trabalho, destaca-se da natureza e atinge um nível superior que passa a transformá-la. É por meio do trabalho que os homens constroem uma base material da sociedade e se transformam, o que confere ao fazer humano o seu sentido ontológico.

Conforme Tonet e Lessa (2008), o ser humano, a partir do trabalho, se faz diferente da natureza, se faz autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais.

Será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a consciência? [...] O que prova a história das ideias, senão que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. (Marx, 1984, p.148).

Nessa relação, a natureza precisou ser modificada para responder às necessidades do homem, e essas alterações determinaram e forjaram uma base material sobre a qual a reprodução da existência dos homens também teve que ser adaptada para ser atendida.

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 1989, p. 37).

Na compreensão materialista da história, nesse processo necessário e ininterrupto de objetivações, geradas a partir do desenvolvimento das forças produtivas, é o ser social que determina a consciência e não a consciência determina a vida.

Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele. A atividade (Tätigkeit) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os modos de existência segundo a atividade social e a fruição social. A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é

primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza [se tornou] para ele o homem (Marx, 1984, p.106).

Ainda conforme Marx, a constituição da consciência humana não tem origem na forma como os homens pensam, imaginam, representam a realidade; mas, a partir dos “homens de carne e osso” no exercício do fazer histórico, em pleno processo de vida real, é forjado o desenvolvimento das capacidades humanas, o que reforça, na sua concretização, as ações em busca dos meios necessários para sua subsistência. Portanto, o “homem no desenvolvimento dos meios que permitam a satisfazer suas necessidades de existência, produz a própria vida material, como condição fundamental de toda a história” (Marx; Engels, 1989, p. 39).

Esse processo de constituição da consciência humana se difere dos animais, não estritamente por sua habilidade de pensar, mas, precisamente, pela sua capacidade teleológica, ou seja, a capacidade consciente da prévia ideação de suas ações para atender às suas necessidades e a determinadas finalidades.

Causalidade e finalidade, portanto, são em Marx fatos ontológicos-sociais que necessariamente se relacionam. A tese de sua necessária inter-relação, decerto, só é verdadeira para a sociedade, pois na natureza existe uma causalidade sem nenhuma teleologia (Heller, 1972, p. 2).

A teleologia é o processo pelo qual o ser social materializa o real. Conforme Lukács definiu, “categoria ontológica objetiva”, assim como a causalidade seria o “princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo”. Ou seja, é na processualidade ontológica que a teleologia, na sua interação com o conjunto de causalidades, deriva a objetivação de suas prévias ideações.

A objetivação é, segundo Lukács, o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. A Objetivação opera uma modificação do real sem que, por essa articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas. Nesse sentido, no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese, entre a teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta (Lessa, 2002, p.65).

Assim se constitui, para Lukács, a consciência no seio dos processos de sociabilidade sobre a égide do trabalho, como síntese das mediações estabelecidas pela práxis social. Na efetivação das finalidades postas no processo de produção e reprodução da vida em sociedade, o trabalho caracteriza-se como

elemento responsável pela capacidade criadora do homem, que se coloca para novas possibilidades, estimula-se para tomada de novas decisões e escolhas, orienta-se na busca de novas formas de ser e fazer. Conforme Netto e Braz (2006, p. 43), “mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho”.

Conforme Forti e Coelho (2015), conclui-se que, ao projetar, o homem segue em busca de satisfazer-se em suas necessidade e desejos. Entretanto, isso não necessariamente garante que suas ideias se concretizem automaticamente. O processo que se inicia com uma finalidade consciente, teleologia, não é capaz de se objetivar no real. É imperiosa a manifestação da prática e da ação concreta. Portanto, cabe ao Ser Social, conforme apontam Forti e Coelho (2015), elaborar idealmente a realidade material, reproduzir o concreto no pensamento, na dimensão ideal e, assim, considerando-se as mediações necessárias, produzir, seja de forma prático-material ou no prático-ideal.

3.3.2

A relação entre Projeto Profissional e Projeto Societário: a direção sociopolítica da profissão

Como já afirmado, nas sociedades sob a égide do capital e, portanto, de classe, expressam-se os mais variados e divergentes interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, sendo que, tanto individuais e/ou de grupos sociais, provocam e se constituem em projetos societários. São projetos que apresentam concepções de estrutura e superestrutura da sociedade de formas antagônicas e que vão também ter posicionamentos em relação à manutenção ou à transformação de uma nova ordem social.

Conforme Netto (1999) e Teixeira e Braz (2009), os projetos societários se constituem como projetos macroscópicos e apresentam uma proposta para o conjunto da sociedade, uma imagem de sociedade a ser construída, e que reivindicam por determinados valores e meios para consolidá-la.

Os projetos coletivos, aqui especificamente os profissionais, não alcançam essa magnitude. Todavia, não são forjados de forma indiferentes aos projetos societários; ao contrário, se nutrem das mesmas referências e concepções que norteiam a estes em suas projeções de ideias, objetivos e finalidades profissionais.

Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social (Teixeira; Braz, 2009, p. 5).

Sendo assim, os projetos profissionais também se posicionam conforme sua concepção de desenvolvimento histórico, associados à constituição teórico-prática e ético-política da profissão; reúnem esforços e conjugam frentes de ações, respeitando as balizas de limites e alcance.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de um profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacamento com o Estado ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 1999, p.95).

Em nossa sociedade de produção capitalista, marcada pela desigualdade social e contradições de classes antagônicas como o a burguesia e o proletariado, todo projeto profissional tem o seu posicionamento político. Conforme afirmou lamamoto (2007) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes.

Nesta direção, marcos históricos devem ser indicados: o movimento latino-americano de contestação da dominação norte-americana, somado a outros movimentos que clamam pela libertação nacional, a constituição da geração 65 e os outros encontros Latino-americanos e nacionais, a luta de significativa parcela da categoria contra a ditadura, o que levou a mortes, perseguições, torturas, exílio ou autoexílio, a experiência do método BH, a virada do Serviço Social brasileiro, a participação orgânica da parte da categoria em movimentos sociais, a aproximação com a esquerda marxista cristã, em especial com a vertente da teologia da libertação (1971) e com os partidos, à época, ditos de esquerda. Em âmbito latino-americano a criação do Centro Latinoamericano de trabajo social – CELATS, braço acadêmico da Associação Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social – ALA – ETS, encampou importantes lutas e, entre 1975 e 1985, assume o protagonismo do ensino, pesquisa e produção de conhecimento na área (Guerra, 2015, p. 43).

De acordo com Abramides (2019), o Projeto Ético-Político do Serviço Social, articulado coletivamente pelos profissionais, vincula-se ao projeto societário de emancipação humana, ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e em instrumentos jurídicos que o sustentam. A concepção da totalidade da vida baseada na teoria social de Marx propiciou à categoria profissional conquistar os fios analíticos e condutores das duas

dimensões do projeto hegemônico da profissão: sua utilidade social (teleologia) e fundação socio-histórica (ontológica) na realidade social. E o Projeto Ético-Político se configurou sob um novo ethos profissional, sob a direção das entidades profissionais e estudantis, que o reafirmam em suas instâncias representativas, rompendo com a concepção conservadora da profissão.

3.3.3

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: sua constituição socio-histórica

A crise estrutural do capital eclodiu no epicentro do capitalismo a partir de 1973 e manifestou-se na rápida queda tendencial da taxa de lucro, na crise de superprodução e no processo de estagnação com consequências determinantes para os países periféricos subordinados ao capital imperialista, entre eles o Brasil que, nos anos 1980, viveu sua década perdida na esfera da economia.

O entendimento do conjunto das crises, nos marcos dos projetos societários, diante do projeto do grande capital, é central para assimilar os desafios postos à classe trabalhadora, respectivamente: a crise do capital e do capitalismo em seu interior a crise do Estado de Bem estar social (Welfare State); a crise do chamado “socialismo real existente” (Netto, 1995) ou das sociedades pós capitalistas (Mészáros, 2002), a crise das esquerdas, na perspectivas de retomadas das lutas anticapitalistas, anti-imperialistas e socialistas (Abramides, 2019, p. 28).

“Sintonizando o Serviço Social com a maré-montante da resistência democrática” (Netto, 2009a, p. 33), o Projeto Ético-Político do Serviço Social surgiu nos finais dos anos de 1970, na ânsia de romper com conservadorismo genético na profissão, constituindo-se como projeto hegemônico, como “fruto de práxis profissional e política” (Abramides, 2019, p. 22), na confluência de um cenário de contestação ao Estado, diante da efervescência do protagonismo dos movimentos operários e o ativismo da vanguarda profissional, em pleno sistema ditatorial e do processo de internacionalização do Capital.

É preciso sob o impacto da reinserção do proletariado na arena política, quadro da mobilização de amplos contingentes assalariados, da mobilização de setores pequeno-burgueses e inclusive burgueses, e na sequência quase imediata da decretação da anistia que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social (Netto, 2009b, p.663).

Netto (2009b) pontuou que a ruptura com o monopólio político conservador da profissão decorreu do processo de amadurecimento crítico da categoria, o que fez surgirem novas gerações de Assistentes Sociais. Estas, uma vez identificadas em conjunto com classe trabalhadora na condição de profissionais assalariadas e participantes das lutas sociais brasileiras, colocam-se com uma referência autêntica para os movimentos sociais e sindicais. Com isso, a profissão renovada também é fruto deste contexto histórico brasileiro e das alterações do posicionamento da classe trabalhadora em se reconhecer enquanto classe e reivindicar seus direitos.

[...] que supõe a luta por direitos sociais na conquista da liberdade, da igualdade, no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe, sem discriminação e opressão de gênero, raça, etnia no horizonte emancipatório (Abramides, 2019, p.39).

Conforme Guerra e Ortiz (2009), a chamada “Virada” foi marcada e precedida por fortes mobilizações, tanto no setor urbano quanto no rural. Merecem destaques os movimentos de base, nas fábricas, no campo, nas escolas, nas universidades, nos bairros, nas favelas e mesmo nas igrejas – a revitalização dos movimentos camponeses e o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em 1984; a Constituição do novo sindicalismo e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Portanto, essa foi a arena que possibilitou o estabelecimento de novos vínculos orgânicos e alianças sociopolíticas, para a qual também foram exigidos aportes teóricos que capacitassem à interlocução com outras áreas de produção do conhecimento. A este processo Iamamoto (1996, p. 90) chamou de “travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais para a sua cidadania acadêmica e política”.

Essa inflexão ganhou concretude e projeção maior no evento chamado pela categoria profissional por “Congresso da Virada”, que aconteceu em 1979 em São Paulo. O 3º CBAS foi organizado pelo Congresso Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Regional de Assistentes Social 9º Região (CRAS-SP), hoje Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), com o tema central “Serviço Social e Política Social”.⁵⁶

Conforme afirma Netto (1999), o projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro foi nitidamente vinculado a um projeto de construção de uma

⁵⁶ Sobre o assunto ver a dissertação de mestrado de Ariadne Rodrigues (2023). A autora analisa o processo de “Virada” do Serviço Social e seu comprometimento com as lutas da classe trabalhadora através da leitura dos anais do Congresso.

contra-hegemonia. Seus princípios se remetem a valores socio-históricos que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente para a instauração dos valores da democracia, da liberdade e da justiça social no seu sentido real.

Além disso, por ser coletivo, o projeto vincula-se a movimentos que aspiram a mudanças sociais, com a finalidade de transformar a sociedade. Haja vista, os “Princípios Fundamentais” do Código de Ética de 1993 expressam nitidamente o posicionamento do projeto ético-político a que nos referimos, conforme exposto no princípio VIII: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Brasil, 2012, p. 24).

O projeto profissional, segundo Braz (2004), pode ser observado do ponto de vista político-normativo através do Código de Ética de 1986, que teve seu conteúdo redefinido e aprovado num novo Código de Ética em 1993, conferindo-lhe mais operacionalidade, expressa em direitos e deveres. Tal redefinição possibilitou que o Serviço Social rompesse com posturas simplistas sobre a dualidade de classes e avançasse com uma sistematização da ética como valor humano.

São vários os documentos que expressam de alguma maneira o avanço da categoria: o novo Código de Ética do Assistente Social (de 1993), a nova lei de Regulamentação da Profissão (também de 1993), no âmbito da formação, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (de 1996); e ainda, as legislações sociais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, de 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, de 1993), a Lei Orgânica da Saúde (LOS, de 1990) etc. (Braz, 2004, p. 57).

Nestes documentos concentram-se os princípios que se identificaram com os movimentos sociais progressistas da sociedade, tecendo as bases jurídico-legais da profissão e legitimadas as compreensões teórico-conceituais pactuadas pela grande maioria dos membros do Serviço Social brasileiro. Contudo, cabe lembrar que foi pelas vanguardas do Serviço Social brasileiro que ocorreu a “virada” na profissão, conforme apresentado anteriormente.

Segundo Braz (2004) pode-se entender esse conjunto organizacional como base que fundamenta e constitui o projeto ético-político, que o adotou como parte integrante a lhe assegurar a consolidação e materialização histórico-social. Podemos situar o conjunto organizacional em três níveis/dimensões que concretizam o projeto profissional em questão: A) *uma dimensão teórica*, que abarca a produção de conhecimentos no interior da profissão, no seu instante reflexivo-investigativo, tendo como “parâmetro a afinidade com as tendências

teórico-críticas do pensamento social”; B) *uma dimensão jurídico-política*, que conjuga um aparato de leis, resoluções, documentos e textos políticos ratificados no meio profissional, que se expressam no Código de Ética, na Lei de Regulamentação e nas Diretrizes curriculares (Aparato jurídico-político restritamente profissional) e no conjunto de leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, tais como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Saúde (LOS), dentre outras; e C) *uma dimensão político-organizativa*, determinando “tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão”, que se constituem como os espaços deliberativos e consultivos da profissão, tais como o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, no âmbito do movimento estudantil, a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Consequentemente, o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo se consolidou, tornou-se hegemônico na categoria profissional, o que é “muito diferente de afirmar sua completude, nem sua exclusividade no campo profissional” (Silva, 2009, p.111). Se entendermos o conceito de Hegemonia⁵⁷, veremos que “este conceito não se confunde com supremacia, nem tampouco com maioria. Além de pressupor dimensões muitas mais qualitativas que quantitativas” (Braz, 2007, p. 5).

Após as configurações de dois momentos importantes na trajetória do Serviço Social como profissão, considerando que, em 1980, avançaram em conjunto as lutas sociais e, nos anos 1990, consolidou-se o Projeto Ético-Político. Portanto, são delineados a gênese e o desenvolvimento do projeto de ruptura como processo, que adquire maturidade a partir dos anos 1990, com seus avanços teóricos e políticos. Aqui podemos apontar o novo aparato legislativo: o Código de Ética Profissional de 1993, a lei de regulamentação da profissão de 1993, as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social de 1996. Estes configuram-se como instrumentos que norteiam a formação e o trabalho profissional, assim como as entidades representativas que dão a direção social da profissão.

Conforme Abramides (2019), no entanto, a partir da década de 1990 surgiu a nova configuração capitalista, como o neoliberalismo, que se instaurou no Brasil e se consolidou nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a

⁵⁷ Lembramos que o debate sobre hegemonia realizamos no primeiro capítulo da dissertação, com inspiração gramsciana.

2002; nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, e de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016 – que desde 2008 se referenciam no neo ou social-desenvolvimentismo, mas que mantém os pilares centrais do neoliberalismo. A partir do golpe institucional parlamentar de direita, em 2016⁵⁸ – que culminou com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff –, posteriormente, com o governo de Michel Temer – que permaneceu no poder até 2018 e intensificou as contrarreformas do Estado – e com a eleição do presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, o país apresentou uma série de retrocessos em termos de direitos e muita resistência pelo conjunto das lutas da classe trabalhadora.

No desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil se implantam as contrarreformas do Estado, do ensino superior, trabalhista, sindical e da previdência, e se verificam os desastres daí advindos para as massas trabalhadoras, no período de 1989 a 2018. As análises nas esferas do mundo do trabalho, do Estado e da Cultura desvendam desafios a serem enfrentados na direção sociopolítica do processo de ruptura (Abramides, 2019, p. 28).

Frente aos avanços do neoliberalismo, do reacionarismo e do conservadorismo na sociedade brasileira e seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional do Serviço Social, buscaremos dar uma tratativa mais específica no próximo capítulo.

⁵⁸ O golpe jurídico-parlamentar teve sua aprovação no dia 31 de agosto de 2016, que foi realizado contra a presidenta Dilma Rousseff, sob alegação jurídica fundamentada em um “suposto desrespeito às leis orçamentárias e de improbidade administrativa, configurando as chamadas ‘pedaladas fiscais’”. No entanto, conforme Bastos (2017), o referido golpe deitou suas raízes sob vários fatores, derivadas desde 2011, com a crise econômica em razão da queda nos preços das commodities, como a ascensão de um movimento de extrema direita sustentados pelo empresariado e pelo ataque político-judicial, intitulado Operação “Lava Jato”.

4

Expressões do conservadorismo na cena contemporânea: rebatimentos no Serviço Social

“A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição
é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões.”
Karl Marx

Neste capítulo buscaremos abordar a perspectiva do conservadorismo contemporâneo e suas expressões como processo de elementos de antítese ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, na luta de classes e nas disputas por hegemonia política dos projetos societários no Brasil. Para isso, partiremos da premissa acerca do conceito de ideologia, não conforme a visão da tradição positivista, que defende o entendimento dela como um complexo de ideias que se relacionam numa falsa aparência, ou ainda, pela manipulação dos elementos constitutivos de uma dada realidade. Discutiremos sobre o prisma de Gramsci, o qual, conforme apontou Celso Frederico (2022), “[...] desenvolveu uma concepção política de ideologia, pensando-a como o espaço em que os homens tomam consciência dos conflitos sociais e travam suas lutas”.

A concepção gramsciana de ideologia nos parece ser adequada e consistente o suficiente para enfrentar o debate tanto filosófico/ontológico quanto ideopolítico, especialmente ao delimitarmos a formação ideológica do conservadorismo como uma das tradições de pensamento e ação política. Isso nos permite acessar com maior nitidez uma compreensão maior sobre os seus contornos na atualidade, conferindo importância às mutações, adaptações e transformações que tiveram essas formações ideológicas, observadas nas passagens para grandes revoluções europeias, principalmente no processo de transição ao capitalismo.

Neste capítulo, também abordaremos como as pautas conservadoras no contexto recente brasileiro reverberam na formação e no trabalho do Serviço Social. Diante deste cenário, precisamos refletir e fortalecer as formas de enfrentamento destas pautas pela profissão, em prol dos valores defendidos pelo Projeto Ético-Político profissional.

4.1

A gênese da tradição conservadora e suas expressões

O Conservadorismo moderno como um “sistema de ideias”, de acordo com Souza (2015), ocorreu na passagem dos eixos históricos do século XVII para o século XIX, assumindo várias formas desde o seu início como resposta ao Iluminismo e às consequências da Revolução Francesa. Seus fundamentos foram usados para justificar a posição política contra a burguesia e que se postaram de forma reativa às ideias republicanas, modernas e liberais. Enquanto a França revolucionária procurava estabelecer um conceito de liberdade associado à igualdade política, a argumentação conservadora tomou um caminho contrastante ao abraçar a desigualdade como um aspecto natural.

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (Ferreira; Botelho, 2010, p. 11-12).

Portanto, as raízes do conservadorismo são datadas da modernidade, em pleno período crítico de alteração das forças produtivas e das relações de produção que determinaram mudanças importantes na organização da sociedade francesa. Esse conceito foi cunhado e suas conformações foram estruturadas e difundidas na célebre obra de Edmund Burke⁵⁹ intitulada “*Reflexões sobre a Revolução em França*” (Cf. Burke, 2014), bem como o foram seus pressupostos teóricos filosóficos e seus desdobramentos político-institucionais. Nela, o autor enfatizou sua preocupação com a avanços dos processos revolucionários na França, influenciando e alcançando toda a Europa. Suas críticas às passagens do feudalismo ao capitalismo motivaram suas elaborações e reflexões, o que acabou conformando uma espécie de protoforma antirrevolucionária do pensamento

⁵⁹ O parlamentar britânico mencionado não era apenas um autor e protestante, mas também o fundador do conservadorismo. Ele era afiliado aos Whigs, um partido político de tendência liberal, e era conhecido por seu firme apoio a uma monarquia constitucional.

conservador, cujas características são marcadamente irracionalistas e, muitas vezes, com tons de saudosismo.

Burke criticou veementemente a orientação da razão abstrata dos revolucionários, por se mostrar avesso às mudanças em curso e por apostar nas tradições feudais. Opôs-se radicalmente contra o racionalismo iluminista, bem como à construção do pensamento enquanto sujeitos, ao uso da razão.

Amantes do antigo regime no sentido de prezar de forma sistemática, naquele momento histórico (mas atualmente esse elemento se apresenta não tão intensamente), os conservadores resistiram às mudanças e defenderam a lógica do feudalismo bem como toda sua dinâmica de poder e autoritarismo através das instituições específicas. Para Burke, negar hábitos e costumes estabelecidos e começar uma organização política a partir de abstrações não era apenas um equívoco, mas uma opção que só poderia gerar “calamidades” (Burke, 2014, p. 73).

Ainda segundo Burke, aplicar cálculo para atender às questões políticas foi um erro grave. Ele achou absurdo sugerir que a maioria numérica deveria sempre prevalecer sobre a minoria, destacando que esta abordagem desconsidera as qualidades essenciais dos governantes, como honra, virtude e sabedoria. Na sua opinião, as eleições não podem conferir estes atributos a indivíduos que ainda não os possuem.

[...] aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão (Burke, 2014, p. 70).

Contra os conceitos de República e democracia, Burke defendeu firmemente a superioridade da sociedade medieval em termos de valores, tradições, culturas, costumes e organização política, particularmente na forma de absolutismo e monarquia.

Conforme descreveu Dombrowski (2020), no entendimento de Burke, os franceses estavam abandonando o caminho natural e seguro em favor de um caminho alternativo, feito pelo homem. Todavia, ao assumirem o papel de criadores, colocaram-se numa consequência perversa, quase como uma penalidade divina. É importante reconhecer que, neste contexto, “natural” refere-se à criação divina, proporcionado assim à ideologia conservadora, de cunho religioso, que inevitavelmente entraria em conflito com o laicidade defendida pelo Iluminismo. Joseph de Maistre (2010) e outros conservadores afirmaram com

grande ênfase que a autoridade provém unicamente de Deus, na confiança à Igreja, à família e aos governos, cada um com a sua esfera de influência distinta e bem definida. Embora o argumento de Burke não se referisse explicitamente a Deus, é evidente que ele se opôs veementemente ao conceito de soberania popular adotado pelos revolucionários. Ao apresentar e endossar a noção de superioridade do Cristianismo, reforçou a crença de que esta fé religiosa não era apenas superior, mas também mais adequada para a coexistência humana harmoniosa.

Podemos afirmar com segurança que o conservadorismo, nas suas fases iniciais, possuía uma propriedade distintamente reacionária, posicionado como um adversário ferrenho da modernidade, do capitalismo, do iluminismo e da racionalidade.

Segundo Burke (2014), foi um erro grave aplicar aritmética racional a questões políticas, por considerar que neste caso, a maioria numérica deveria sempre prevalecer sobre a minoria. Na opinião do autor, as eleições não podem conferir estes atributos a indivíduos que ainda não os possuam, agindo “[...] como se pudessem refazer tudo a partir do nada” (Burke, 2014, p. 71). O autor defendeu a preservação das instituições intermediárias dentro do sistema feudal, reconhecendo o seu papel crucial na salvaguarda das liberdades individuais.

Essencialmente, a ideologia de Burke gira em última análise em torno do seu firme apoio à existência natural da desigualdade e ao conceito de liberdade limitada. Porém, ao denunciar o processo de construção revolucionária, criticou os princípios que historicamente lançaram as bases para o surgimento da democracia liberal na sociedade moderna. Em resumo, Burke apegou-se às memórias de um passado feudal em ruínas, num esforço de preservá-lo e de resistir às mudanças conjunturais.

Sobre as transformações do conservadorismo e a decadência ideológica da burguesia, Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 21), em “O estruturalismo e a miséria da razão”, disse que o declínio do pensamento burguês, ocorrido entre 1830 e 1848, foi marcado por uma deterioração gradual e pelo abandono parcial ou total das conquistas alcançadas durante a fase anterior. Este abandono incluiu conceitos importantíssimos como humanismo, historicismo e razão dialética, que já foram vitais para a humanidade. À medida que a burguesia assumiu o controle das instâncias de poder, ela abandonou as causas progressistas que outrora defendera e concentrou-se, em vez disso, na defesa do *status quo*, deixando de buscar a verdade para provocar mudanças. Isto marcou a era do declínio ideológico.

Coutinho (2010, p. 23) afirmou que a fase de decadência do pensamento burguês consistiu precisamente em negar ou em limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. Em muitos pontos, decerto, verificou-se uma relação de continuidade entre a filosofia da decadência e a filosofia vulgar (pseudomarxista e burguesia), que estabeleceu inúmeras falsas identificações. Esse rompimento alinhou o desenvolvimento do capitalismo.

Conforme afirmou Souza (2016a), o conservadorismo, ao longo da história, sofreu adaptações, principalmente depois de ter sido abraçado pela emergente sociologia positivista – alinhou-se com o liberalismo, o seu antigo adversário. O sistema conservador de ideias sofreu um impulso significativo com o positivismo, que simultaneamente provocou a sua modificação. O positivismo conseguiu isto forjando uma reconciliação com a sociedade capitalista firmemente estabelecida e o seu quadro institucional. Como resultado, os conservadores mudaram o seu campo de batalha político, transitando de posições anti-burguesas para posições anti-proletárias e, por extensão, adotando uma posição contrarrevolucionária.

Foi neste período, com a ascensão do capitalismo e a reconfiguração das classes sociais, que ocorreram as mudanças mais significativas. É importante notar que estas mudanças estão enraizadas nos debates ideológicos e teóricos em curso, sempre entrelaçados com discussões em torno de classe. A emergência do capitalismo trouxe à tona novas contradições, conflitos e antagonismos de classe. Nessa conjuntura o conservadorismo começou a sua transição: de sua antiga rivalidade e de sua antiga crítica radical ao liberalismo, o conservadorismo passa a fazer várias concessões e adaptações da paisagem em mudança.

Nesse período, o intelectual Alexis de Tocqueville, em plena era de adaptação do conservadorismo a uma sociedade capitalista, ao contrário de Burke, que defendia uma postura anticapitalista melancólica, estrategicamente reconheceu a importância de estabelecer uma constitucionalidade republicana liberal burguesa que pudesse efetivamente defender a ordem social e impedir movimentos revolucionários. Evidentemente, sua perspectiva é muito mais sutil e sofisticada.

Foi nesta esteira histórica que o conservadorismo clássico incorporou um status “científico”. Conforme abordou Souza (2016a), o conservadorismo experimentou um impulso significativo a partir do positivismo, que também trouxe modificações em seu modo de ser, ao articular uma forma de coexistir com a sociedade capitalista estabelecida e suas instituições. O impacto da renovação dos valores conservadores fundamentais no âmbito das “ciências sociais” trouxe

implicações históricas significativas, principalmente às concepções das relações entre o indivíduo, o Estado e a sociedade, que foram repensados pelos princípios da solidariedade orgânica, da harmonia social e da coesão. Essas concepções foram desenvolvidas a partir das teorias sociológicas de August Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917). Ao serem reconhecidos como parte do domínio das "ciências sociais", os valores enraizados na tradição conservadora foram transformados em conceitos abstratos.

A Sociologia como disciplina e "ciência" específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas. Opera essa vocalização por meio de "métodos científicos" que esvaziam a produção de conhecimento sobre a sociedade de suas mediações econômicas e políticas. Esse fôlego renovado que valores conservadores centrais recebem das "ciências sociais" é repleto de consequências históricas (Souza, 2016a, p. 5).

Conforme Souza (2016a), os anos entre 1789 e 1914 foram considerados como um período caracterizado pelo desenvolvimento do pensamento conservador moderno, que pôde ser compreendido pelo período histórico que se iniciou na Revolução Francesa e foi até o início da Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, as elaborações de Émile Durkheim se consolidaram como um clássico da sociologia, avançando do final da década de 1910 até as décadas de 1960 e 1970.

Depois disso, começaram transformações notáveis. Acadêmicos vindos de vários campos de estudo construíram estruturas intrincadas para lançar luz sobre as complexidades da dinâmica social, com ênfase particular na política, cultura, interacionismo, burocracia, institucionalidade, moralidade e filosofia. Esses intelectuais, representando diversificadas disciplinas, reelaboraram, ampliaram e iniciaram a substanciação de princípios fundamentais dentro da tradição conservadora.

O movimento conservador passou por uma mudança significativa na sua abordagem ao liberalismo, particularmente no Brasil. Esta mudança foi tão profunda que atualmente, os conservadores se identificam frequentemente como liberais em questões econômicas, relegando o conservadorismo a questões restritamente de ordem moral, cultural e política. Estas adaptações dentro do conservadorismo, impulsionadas por mudanças teóricas e ideológicas, também deram origem ao destaque do positivismo. A importância de insistir neste tema se deve ao fato de essa ideologia ter sido eixo fundante que influenciou todo o ordenamento da constituição da nação brasileira.

Interessa-nos ressaltar que através das categorias revolução passiva, hegemonia, revolução-restauração e modernização conservadora, elaboradas por Gramsci, foi possível tão somente identificar alguns elementos e particularidades importantes na constituição da formação socio-histórica brasileira, conforme registramos no primeiro capítulo desta dissertação, que serviu de “chave de explicação para o modelo de desenvolvimento desigual e combinado como problema histórico do país, subscrito e reiterado pelo caráter predatório do Estado burguês e das ‘relações arcaicas’ de sempre” (Oliveira, 1997 apud Gomes; Souza, 2020, p. 300).

4.2

Expressões do conservadorismo no Brasil contemporâneo

Considerando o contexto de mais de três décadas de políticas neoliberais implacáveis, vamos realizar um breve esboço acerca dos elementos que provocaram e permitiram a emergência de expressões do que chamamos de um neoconservadorismo.

Para compreender o papel do conservadorismo e suas expressões nesta última quadra do capitalismo, é necessário observar o nexos causal entre seus elementos ideológicos centrais e o movimento da luta de classes, nexos este que propiciou as bases materiais que se configuraram em retrocessos significativos na sociedade brasileira e na economia, e os movimentos reacionários protofascistas, que desempenharam um papel crucial nessas regressões.

Esta análise ocorre no contexto de uma profunda crise estrutural do capital que, conforme apontou Braga (2016), tratou-se de um cenário que lembra as repercussões da crise do subprime de 2008, em que se esgotou a prosperidade nos preços das commodities e do petróleo e, com isso, ficaram comprometidos os lucros das empresas e o consentimento dos subalternos.

Segundo Fiuza (2020), pode-se afirmar que o capitalismo neoliberal financeirizado atingiu níveis sem precedentes durante a crise de 2008. Isto, por sua vez, abriu caminho para o surgimento de um novo bloco histórico na década seguinte, que visava legitimar esse sistema. Consequentemente, vimos a ascensão de regimes neofascistas em numerosas nações em todo o mundo. A partir da década de 2010, a “configuração hegemônica do neoliberalismo passa a ter uma face reacionária, racista e misógina que retoma sua experiência inicial da ditadura” (Fiuza, 2020, p. 299).

Segundo Fiuza (2020), Dardot e Laval (2019) não utilizaram o termo ultraneoliberalismo, contudo os autores afirmaram que, após a crise de 2008, critérios estabelecidos pelo capital à escala global necessitaram de uma maior adaptação dos princípios neoliberais, conduzindo ao que chamamos de ultraneoliberalismo. Dardot e Laval (2019) acreditam que o neoliberalismo passou por um processo de redefinição e intensificação após a crise de 2008. Os autores identificam a eleição de Donald Trump⁶⁰ como um acontecimento político significativo nessa transformação. Em 2016, os Estados Unidos viveram um acontecimento significativo para tal transformação, com a eleição de Donald Trump; e, na sequência, com a eleição de Bolsonaro no Brasil em 2018. Esta sequência de acontecimentos demonstra que o neoliberalismo não só persiste como também passa por um processo de radicalização, abandonando todos os pressupostos da democracia liberal e dos direitos sociais. Segundo os autores, isso é resultado do domínio do neoliberalismo. A estrutura de poder global prospera com base nos problemas econômicos e sociais que cria, uma vez que as soluções para essas crises servem apenas para consolidar ainda mais o seu domínio, impedindo o surgimento de qualquer alternativa. Assim, dentro desse sistema, a fase do “novo neoliberalismo” explora os próprios desafios à democracia liberal, que são causados pela razão neoliberal, e passam a se expressar de forma nacionalistas, autoritárias e xenófobas.

Conforme Almeida (2018a, vídeo), no Brasil, esses setores sociais recuperam e reavivam a centralidade do racismo e do patriarcado da formação da nossa história. Figuras de autoridade de “homens brancos heterossexuais”, “bons cidadãos” e ideologias de “família tradicional” veem as políticas de reconhecimento para mulheres, gays e LGBT como uma perda de status de classe, legitimam sua violência e transmitem apoio explícito a esses conservadores e neofascistas. Essa renovação do fascismo e dos preconceitos históricos foi liderada pelos setores da burguesia detentores dos meios de produção e dos meios de comunicação, além de manifestar-se nas redes de WhatsApp, nas notícias falsas, nas teorias da conspiração e nas instituições religiosas, que tornaram possível a hegemonia do ultraneoliberalismo.

Alguns determinantes viabilizaram a ascensão do candidato de extrema direita, como resultado inesperado de um golpe político. Jair Messias Bolsonaro chegou à presidência em 2018 através do crescimento do movimento

⁶⁰ Donald John Trump é um empresário e político americano que cumpriu a função como presidente dos Estados Unidos da América (EUA) pelo Partido Republicano no período entre janeiro de 2017 e janeiro de 2021 e que, ao lado de outros personagens, como Bolsonaro no Brasil, representam o movimento de extrema direita, radicalizando como uma nova tendência conservadora mundial.

anticorrupção, do fundamentalismo religioso e por uma suposta ameaça comunista.

Segundo Mota e Rodrigues (2020), em suas análises, o surgimento de uma cultura autoritária, antissocial, antimoderna e fascista pode ser atribuído também à dissolução do pacto de conciliação de classes promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a promoção do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, arquitetado por várias facções da burguesia que se uniram contra um suposto inimigo comum: a esquerda.

O abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao Governo do PT, evidenciado pelas manifestações de 2013, veio acompanhado de um início do descolamento de frações da classe dominante em relação ao mesmo Governo, uma vez que os protestos de massa demonstravam que aquele Governo já não era eficiente em entregar aquilo que prometia (e efetivamente havia realizado nos anos anteriores): a paz social baseada na lógica da conciliação de classes (Badaró, 2022, p. 28).

As diversas representações da elite dominante, que uniram forças para desmoralizar o Partido dos Trabalhadores (PT), a esquerda e acusar a presidenta Dilma Rousseff, não previram a ascensão de um candidato de extrema direita à presidência. O sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro pode ser atribuído ao momento oportuno em que a direita tradicional se desorganizou diante da manifestação da onda de anticorrupção da Lava Jato⁶¹, que enfraqueceu a esfera política. Apesar disso, existem numerosos conflitos entre Bolsonaro e certas franjas da burguesia que, na falta de opções alternativas, uniram-se em torno da sua candidatura.

Com a candidatura, consolidou-se o projeto intitulado bolsonarismo, que Demier (2019) destacou, entre outros elementos, por seu ataque direto aos direitos sociais, a reforma da previdência social, restrição das liberdades civis e democráticas, ofensiva às instituições de ensino e pesquisa, ampliação da violência do Estado contra comunidades marginalizadas – tais como os pobres, os indivíduos negros, as populações indígenas e os movimentos sociais –, o favorecimento ao crescimento das milícias. Konder observou que o regime

⁶¹ A operação “Lava Jato” ficou conhecida como uma “força tarefa”, orquestrada por aparato judicial-policial que, sob o discurso de combate à corrupção, concentrou suas investigações nas relações do governo PT com setores do grande empresariado, na sua maioria empreiteiras do ramo da Construção Civil, que envolveram a Petrobrás. A ação provocou diversos escândalos e extensa visibilidade na mídia por revelar um grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro. Supostamente, tais fundos estariam sendo negociados e utilizados para patrocinar fundos de partidos políticos, como do PT. No entanto, em 2019, após a publicação do jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept, de conversas realizadas via aplicativo Telegram entre o ex-Juiz Sergio Moro e o Procurador do Ministério Público de Curitiba, evidenciou-se a inconsistência de provas contra o ex-presidente Lula e a equivocada condução dos processos judiciais ao longo das ações da Lava Jato.

fascista necessita de um “aparelho repressivo tão amplo que pressupõe, de fato, a militarização da atividade policial, e implica uma tendência interna ao policiamento militar [...]. Não há fascismo sem apoio militar” (Konder, 2009, p. 136).

Portanto, instauraram-se novas ideologias de cunho reacionário, próprio deste movimento conservador, na forma de uma programática política ofensiva das classes dominantes, servindo como respostas estratégicas no enfrentamento da crise econômica e política em curso no país, devido ao crescimento excessivo do capital financeiro e à agressiva agenda ultraconservadora e ultraneoliberal.

Foi assim que uma nova era de domínio burguês emergiu no Brasil, baseada num conservadorismo adaptado à atual conjuntura e à necessidade de se implementar um programa autoritário e antipopulista que, alinhado aos interesses do capital financeiro e rentista, se expressa na forma de um radicalismo reacionário de extrema direita, de ordem fascista, necessário para impor e consolidar uma agenda econômica ultraneoliberal.

Chabalgoity (2020), ao analisar a conjuntura de reformas impostas neste período, disse que o ultraneoliberalismo parece ser a chave preponderante no momento. E ressaltou que o governo de Michel Temer, ao ganhar o poder através de um golpe de Estado, contou com o apoio de grupos evangélicos, mas não recorreu à retórica fascista que hoje prevalece. É crucial recordar que a construção da animosidade contra a esquerda pelos meios de comunicação social e a difamação da política como terreno fértil para a corrupção foram os catalisadores para o surgimento de um moralismo falso que atualmente aflige a nossa nação. Surgiu um tipo não convencional de conservadorismo, misturando modernização com valores históricos. Esta coligação de elementos de ideais reacionários “contra tudo o que existe” defende ao mesmo tempo reformas que transformarão o Brasil numa nação extraordinária. Esses esforços são empreendidos em nome da “família brasileira”, do “futuro” e da “liberdade”. O primeiro é definido dentro dos limites da heteronormatividade e do cristianismo, enquanto os dois últimos são vistos como salvadores das garras do comunismo.

Demian Melo (2020) lembrou que, durante o seu discurso de posse, Bolsonaro prometeu unir o povo, defender os valores familiares, mostrar respeito pela tradição judaico-cristã do Brasil e combater a ideologia de gênero, preservando ao mesmo tempo os valores fundamentais da nação. Bolsonaro frequentemente enfatizou a suposta herança judaico-cristã do Brasil em seus discursos de campanha. Esta afirmação não apenas suprime a existência de

outras influências culturais que moldaram a sociedade brasileira, mas também reafirma o seu teor racista da nacionalidade brasileira.

[...] durante um comício em Campina Grande [na Paraíba], Bolsonaro disse a seus apoiadores: “Como somos um país cristão, Deus acima de tudo!”. No mesmo discurso, completou: “Não tem mais essa historinha de Estado laico, não! É Estado cristão!”. Por fim, o slogan de campanha de Bolsonaro era “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” – adicionando um tom religioso ao slogan nazista *Deutschland über alles* [Alemanha acima de tudo] (Pachá, 2019, on-line).

Uma agenda marcadamente política, moral e econômica da direita: notavelmente, Almeida (2018b) apontou que esta alinha-se perfeitamente com um programa econômico e socialmente regressivo, caracterizado por contrarreformas estatais, ajustamentos fiscais e medidas coercivas, pela desregulamentação, privatização, mercantilização e empreendedorismo, por retrocessos de direitos, pela retórica discriminatória, pela intolerância, pelo hiper individualismo e está enraizada no fundamentalismo religioso e no ultraneoliberalismo.

Segundo Souza (2016b), parte desta conjuntura tem expressão na configuração do quadro parlamentar na política brasileira, além de outras formas, como é o caso das bancadas “religiosas”, “ruralistas” e “armamentistas”:

Do ponto de vista político, no Brasil dos anos 2010, o conservadorismo aparenta estar acumulando forças para disputar a hegemonia nas relações sociais capitalistas. Entre as expressões políticas cotidianas desse acúmulo de forças, está a ascensão da chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”, dos bancos e dos “cartolas do futebol”, uma forma popular de designar o aumento de parlamentares representantes de setores tradicionais das classes dominantes brasileiras, tais como as oligarquias rurais (conhecidos como “ruralistas”) e a alta burguesia industrial, ambos subsumidos ao grande capital internacional (Souza, 2016b, p. 34).

O conservadorismo contemporâneo, conforme apontou Carapanã (2018), não só abraça abertamente os seus valores conservadores, mas também incorpora uma essência reacionária que “flerta” com vertentes do nazifascismo, abriga descaradamente o ódio contra grupos e indivíduos negros, mulheres, povos originais e a comunidade LGBT+, postos como minorias.

A hipótese com a qual se trabalha é a de que, no século XXI, em um contexto de «crise orgânica» muito específico – em que a perda de legitimidade dos projetos hegemônicos centrados nas políticas neoliberais não se confronta com a perspectiva viva da revolução socialista, como ao fim da Primeira Guerra – o hibridismo, a adaptabilidade e a mutabilidade do fascismo se manifestam na (re)emergência de ideologias, movimentos, partidos e lideranças (embora ainda não regimes políticos) que podem ser definidos como (neo)fascistas. O prefixo «neo» serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico, sendo necessário entender tanto as especificidades do

contexto em que emerge, como também as diferenças do fascismo do século XXI (Badaró, 2022, p.30-31).

Esses aspectos apontam, para Demian Melo (2020), que, mediante as experiências dos movimentos fascistas desde o período entre guerras, torna-se evidente que estes movimentos só foram capazes de tomar o poder em tempos de crise profunda. Além disso, defende que o fascismo necessitava de um ambiente propício onde as suas ideologias e emoções pudessem prosperar.

1) “o sentimento de uma crise catastrófica, além do alcance de qualquer das soluções tradicionais”; 2) “a primazia de um grupo, com relação ao qual as pessoas têm deveres superiores a quaisquer direitos, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esse grupo”; 3) “a crença de que o próprio grupo é uma vítima, sentimento esse que serve como justificativa para qualquer ação, sem limites legais ou morais, contra seus inimigos, tanto externos quanto internos”; 4) “o pavor da decadência do grupo sob os efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes e das influências alienígenas”; 5) “a necessidade da maior integração de uma comunidade mais pura, por meio do consentimento, se possível, ou da violência excludente, se necessário”; 6) “a necessidade da autoridade dos líderes naturais (sempre do sexo masculino), culminando num chefe nacional que é o único capaz de encarnar o destino do grupo”; 7) “a superioridade dos instintos desse líder sobre a razão abstrata e universal”; 8) “a beleza da violência e a eficácia da vontade, quando voltadas para o êxito do grupo”; 9) e “o direito do povo eleito de dominar os demais sem limitações de qualquer natureza, sejam elas impostas por leis humanas ou divinas, esse direito sendo determinado pelo critério único do grupo no interior de uma luta darwiniana” (Paxton, 2007, p. 78-79 apud Melo, 2020, p. 18).

Demian Melo (2020) utilizou do conceito de fascismo construído por Griffin (1991), que o define como um “gênero de ideologia política cujo núcleo mítico em suas várias permutações é uma forma palingenética do ultranacionalismo populista”. O termo “palingenético” refere-se ao conceito de regeneração nacional, que pode ser observado em várias formas de fascismo histórico. Estas ideologias promovem a ideia de que o estado de declínio da sociedade pode ser restaurado através de um processo que remonta ao passado glorioso da nação, tal como retratado em reconstruções míticas. E estes mitos servem a um propósito funcional na criação de uma narrativa imaginária que mobiliza apoiantes fascistas.

As ideologias fascistas baseiam-se numa visão romantizada de uma época passada que foi tragicamente ultrapassada. Esse passado mítico pode abranger variados elementos de pureza religiosa, pureza racial, pureza cultural ou uma combinação destes. No entanto, existe um fio condutor comum que atravessa todas as mitologias fascistas. Dentro destas narrativas, uma versão exagerada da estrutura familiar patriarcal reina suprema, ou ainda remonta o passado mítico caracterizado pelos momentos gloriosos da nação, marcados por conquistas lideradas por generais patrióticos e apoiados por exércitos. Conforme defendeu

Stanley (2018), atualmente, a construção destes mitos constitui a base da identidade nacional sob a égide fascista.

Portanto, Demian Melo (2020) identificou como uma variável do fascismo a importância que revisionismo histórico da ditadura militar tem para o bolsonarismo. A batalha cultural do bolsonarismo gira em torno do revisionismo e até mesmo do negacionismo histórico, chegando ao ponto de desqualificar e desacreditar sobre a ocorrência da ditadura militar de 1964. Essa prática de normalização de um passado traumático está diretamente ligada ao seu objetivo de normalizar o atual estado de exceção. Tal metodologia é aplicada também ao passado escravista, juntamente com as lutas e conquistas do movimento negro, das comunidades quilombolas e dos povos indígenas que, através de uma narrativa revisionista, procura suavizar o seu impacto. Em essência, a traumática história da escravidão e da dizimação dos povos nativos no Brasil está sendo normalizada através de um processo de revisionismo histórico.

Neste sentido, o fascismo se move, em um segundo momento, como uma ação (supra) estrutural, política, do capitalismo em crise e em decadência. É esse um último manejo possível antes de uma derrocada, ou seja, já que não se consegue resolver suas contradições nos termos do liberalismo, volta-se ao passado, distorcendo-o, para fazê-lo substituir o liberalismo já ineficaz (Mascaro, 2020, p. 9).

Demian Melo (2020) reforçou, através de Griffin (1991), que, para analisar a ideologia bolsonarista como fascista, é fundamental considerar o aspecto do populismo ao lado da construção de um passado mítico ultranacionalista. O termo “populismo” tem sido utilizado de forma equivocada por muitos estudiosos. No entanto, não se pode deixar de sinalizar que o populismo é uma característica marcante do fenômeno fascista. Em essência, embora nem todos os movimentos populistas possam ser classificados como fascistas, todas as formas de fascismo contêm um elemento populista. Outro elemento desenvolvido pelo autor foi o de liderança carismática que se coloca como uma referência crucial na definição do populismo e é também um componente essencial do fascismo, na forma nacional de personificar as aspirações do povo e da elite dominante. De acordo com esta ideologia, a verdadeira essência da nação ou do seu povo é personificada num líder carismático que, em nome do “renascimento nacional”, tem autorização para desmontar qualquer estrutura democrática. Como assinalou o próprio Mussolini em 1922, a poucos dias de chegar ao poder:

Nós criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que ele seja uma realidade... Nosso mito é a nação, nosso mito é a grandeza da nação! E

a esse mito, essa grandeza, que queremos transformar numa realidade total, subordinamos tudo (Stanley, 2018, p. 21).

Demian Melo (2020) considerou importante pontuar que a presença do discurso pretensamente “antipolítico, antiintelectualismo e a adoção de teorias da conspiração, que foram proeminentes nos movimentos fascistas históricos, são claramente evidentes no bolsonarismo”. Esses aspectos servem de justificativa para o direcionamento aos profissionais da área da educação, bem como às escolas, universidades e instituições de produção científicas. No fascismo, as opiniões do líder fascista não podem ser invalidadas por evidências científicas ou pelas investigações realizadas por jornalistas. Uma dessas iniciativas, a Escola Sem Partido, desempenha um papel central na mobilização da guerra cultural do bolsonarismo. Além disso, a linguagem populista utilizada pelas ideologias fascistas partilha uma característica encontrada em todas as formas de populismo de direita. Esta característica envolve a promoção da ideia de que a esquerda é responsável por “dividir a sociedade”, colocando diferentes grupos uns contra os outros. Ou seja, esta narrativa acusa os movimentos que lutam contra as injustiças sociais – como a exploração capitalista, o racismo, o machismo e a homofobia – de serem divisionistas e de promoverem uma cultura de vitimização. Além disso, isto realça outro aspecto central do fascismo, nomeadamente a glorificação da violência contra os inimigos, uma característica intrinsecamente ligada à sua natureza exterminista. Por fim, a variável nacionalista, ou do ultranacionalismo, tem suas adaptações no Brasil que se expressam na forma de subordinação e o endeusamento das grandes potências mundiais. O nível de subserviência demonstrado pela política externa do governo Bolsonaro em relação aos Estados Unidos não tem paralelo desde o governo Castelo Branco, o regime inaugural da ditadura. A retórica nacionalista, simbolizada pelas cores verde-amarelas e pela camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), significa nada mais do que submissão e dependência econômica das forças dominantes do capitalismo no século XXI. Isto demonstra um sentimento de identificação da população brasileira com o ideal de ser um “bom cidadão” que não só apoia o governo Bolsonaro, mas também se alinha com a administração Donald Trump.

Para Demian Melo (2020), como fenômeno de massas, “o bolsonarismo possui uma natureza fascista também por estar tendo capacidade de aglutinação de várias correntes contrarrevolucionárias em apoio ao governo Bolsonaro”. E foi além: o mesmo autor afirmou que o Bolsonarismo pretende implantar uma ditadura fascista.

Uma caracterização de fascismo, por seu ecletismo exacerbadamente pragmático, resumidamente, não poderia deixar de considerar: a concepção chauvinista de nação-mito, pátria e estado (unidade fictícia, idealizada); o messianismo do líder (“super-homem”); a noção idealizada de povo; a supremacia racial dos “brancos” (racismo como valor); a pauta moral relacionada à família (conjugando esfera religiosa, como na Itália); o combate à cultura emancipatória, aos direitos das mulheres e a todas as manifestações culturais compreendidas como “marxismo cultural” (bolchevismo cultural, identidades e cultura degenerada); o radical antissocialismo e, especialmente, o visceral antimarxismo; o caráter antioperário e elitista; a permanente mobilização e “convocação” das massas populares; e a incorporação de “teorias” da conspiração e de distintos matizes de pensamento mágico. Essas ideologias assumiram, nos anos 1920 e 1930, a forma de práticas políticas, estéticas, símbolos, violências, um caldeirão que exala o pior enxofre, o fascismo (Leher, 2020, p. 48).

Conforme descreveu Löwy (2015), a extrema-direita brasileira tem, entre outros discursos, a questão do combate à corrupção, que não é exclusiva das ideologias de extrema direita, mas tem sido astuciosamente explorada por facções conservadoras na Europa e particularmente no Brasil. No Brasil, os conservadores há muito utilizam a luta contra a corrupção como um meio de defender a autoridade das oligarquias estabelecidas e, em certos casos, de validar golpes militares. Essa tradição remonta à década de 1940.

Outro tema são as ideologias repressivas, o culto à violência policial, os apelos ao restabelecimento da pena de morte: é o caso da extrema direita na Europa e do “banco da bala” no Brasil, fortemente representado no Congresso. Outro tema abordado pelo autor é o culto intolerante às minorias sexuais, especialmente aos homossexuais. Este é um tema que tem sido instigado por figuras religiosas com algum sucesso, sendo levantado pelo catolicismo na França (Opus Dei, Civitas, etc.) e pelos evangélicos neopentecostais no Brasil.

Löwy prosseguiu alertando que o aspecto mais preocupante para a extrema-direita conservadora do Brasil, que não tem na Europa, é o seu apelo aos militares. Os apelos à intervenção militar e a nostalgia da ditadura militar são, sem dúvida, os aspectos mais perigosos dos recentes motins de rua conservadores no Brasil.

Estas ideologias visam glorificar conceitos como família tradicional – monogâmica e cristã –, propriedade e mercado, ao mesmo tempo que demonizam os avanços progressistas e as normas sociais relacionadas com os direitos individuais, sociais e trabalhistas. Promulgam, ainda, a pacificação das classes subalternas, utilizando-se de estratégias tecnológicas de consenso, através de mídias sociais para manter o controle e remover quaisquer barreiras à expansão e manutenção do capital.

A burguesia, moralmente justificada, assume o papel de protetora do Brasil ao defender políticas ultraneoliberais para restaurar a ordem: desregulamentação

e aumento da flexibilidade nas leis trabalhistas, desmantelamento de programas de bem-estar social, abertura da economia ao capital internacional, privatização de empresas estatais, e o faz minando a Segurança Social, desacreditando os funcionários públicos e os serviços públicos, minando o ensino superior e reduzindo o financiamento para setores públicos críticos. Da mesma forma, incluem o combate à corrupção, enfatizando a importância do judiciário, promovendo os valores cristãos e militarizando o governo.

Conforme Netto (2017), a regressão das bases econômicas, sociais e políticas em curso no país desde o golpe de 2016, que culminaram no estabelecimento de um governo autoritário e antipopulista liderado pela extrema-direita em 2018, sinalizam a falência das potencialidades civilizatórias do capitalismo no tardo-capitalismo.

Assertivamente pontuou Badaró (2022, p. 34) ao definir como trágicos os anos Bolsonaroistas, e reforçou com as palavras de Manuel Loff: “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”⁶².

4.3 Pautas conservadoras na atualidade

Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o abuso
Mas não se esqueçam de que o abuso é sempre a regra.
Bertold Brecht

Aliaga (2023) asseverou que o ressurgimento do conservadorismo antidemocrático no Brasil, particularmente durante os anos de 2018 a 2022, coincidindo com a eleição presidencial e o governo de Jair Bolsonaro, tem sido amplamente estudado em uma bibliografia⁶³ que enfoca elementos-chave para a compreensão desse fenômeno de recente re-emergência de movimentos e consensos antidemocráticos no Brasil. Essas pautas que se apresentam, na forma

⁶² Para maiores informações consultar: Viel, 2019.

⁶³ Esta bibliografia aponta, segundo a autora, “[...] um conjunto de elementos fundamentais para a compreensão do fenômeno, entre os quais destacamos: a violência política e os nexos com o fascismo (cf. Boito Jr., 2021; Mazzeo, 2022; Secco, 2022), o fundamentalismo religioso e a mobilização de massas (Burity, 2018; Almeida, 2019; Fonseca, 2019; Gracino Jr., Silva, 2023), as redes sociais e o processo de desinformação (Santos e Santos, 2019), o rápido processo de desdemocratização (Tatagiba, 2021) e o papel dos militares na política brasileira (Barbosa et.al., 2018; Martins Filho, 2021; Couto, 2021; Passos, 2021; Schurster e Silva, 2021).” (Aliaga, 2023, p. 2).

de uma restauração reacionária, entre outros elementos, articulam pautas conservadoras a partir do militarismo, ruralismo, fundamentalismo religioso etc.

Conforme muito bem pontuou Silveira (2019), alguns movimentos conservadores levantaram a bandeira do governo corporativo-militar, usando os lemas como “Pátria, Religião e Família”. Elogiam os torturadores e ressaltam o anticomunismo, veneram a pena de morte alegando que “bandido bom é bandido morto”. Outros apontam a temática da corrupção, obscurecendo sua funcionalidade dentro do domínio burguês no qual as oligarquias agrárias permanecem firmemente atuantes na cena nacional na disputa por hegemonia de forças de classes industriais, financeiras e de serviços. Conforme também afirmou Luís Felipe Miguel (2016), os fundamentalistas religiosos se alinham com vários grupos conservadores no Congresso, incluindo proprietários de terras e defensores do direito às armas.

Segundo Miguel (2016, p. 593), esse fundamentalismo crê que existe uma verdade absoluta que elimina qualquer possibilidade de discussão. O autor observou que este grupo se opõe ao direito ao aborto, apoia uma estrutura familiar tradicional e se opõe a medidas de combate à homofobia.

Partimos da premissa de que, para descortinarmos o mundo da pseudoconcreticidade, é necessário aprofundar sobre o fenômeno para além da sua superficialidade e explorar as suas devidas particularidades. Ao compreendermos as diversas mediações pelas quais ela se manifesta, poderemos também apreender as suas implicações para o campo da atual disputa por Hegemonia. Para isso, abordaremos algumas pautas que tiveram destaque na era do bolsonarismo.

Tendo em vista o avanço dessas pautas conservadoras, abordaremos suas conformações na área de educação brasileira. Segundo Lima et al. (2022) os projetos e ações tais como o movimento Escola sem Partido, a militarização da educação e a educação domiciliar (homeschooling) existem no Brasil desde 2014. Porém, ganharam visibilidade e força no mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), através do projeto Escola sem Partido, do Programa das Escolas Cívico Militares e a educação domiciliar (homeschooling), que são pautas fortemente defendidas pela então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves (Brasil, 2019).

Segundo Lima et al. (2022), a Escola Sem Partido prevê o controle ideológico dos professores e professoras em sala de aula e, conforme Badaró (2022), assume os ataques à educação pública, desenvolvendo o papel de difundir narrativas que denunciariam a ocorrência de uma espécie de “doutrinação

comunista” nos métodos de ensino. Além de expor a declarada promoção de ideologias de esquerda nas escolas, o Escola sem Partido assevera que o ambiente escolar desempenha um papel significativo na propagação de uma “ideologia de gênero”, que contradiz os princípios da “família tradicional”, o que demonstra a sua origem ideológica, “o direitismo político, o conservadorismo comportamental, bem como o reacionarismo cultural” (Demier, 2017, p. 90).

Segundo Miguel (2016), a importância do Movimento Escola sem Partido⁶⁴ no discurso público surgiu quando o objetivo se alinhou com outra faceta do movimento conservador: a batalha contra o que é comumente chamado de “ideologia de gênero”. Anteriormente, o conceito de uma “Escola sem Partido” centrava-se, principalmente, em preocupações de “doutrinação marxista”, um medo que persiste desde a era da ditadura militar no país. No entanto, à medida que os esforços para combater a homofobia e o sexismo nas escolas ganharam força, a apreensão relativa às discussões sobre os papéis de gênero também se intensificou, especialmente entre as organizações religiosas conservadoras.

Silveira (2019) colocou que valores tradicionais como a moralidade, a família e as relações de gêneros, juntamente com a questão da corrupção, são fortemente enfatizados nas discussões político-ideológicas. Esses discursos contribuem ativamente para a criação de um sentimento de pânico moral, que serve como forma de resistência a materiais educativos relacionados a doenças sexualmente transmissíveis (DST's), desigualdades sociais, questões de gênero, homofobia, feminicídio, racismo e uso abusivo de substâncias psicoativas.

Ao incorporar esta questão na sua agenda, segundo Miguel (2016), o Movimento Escola sem Partido se deslocou para a conversa de esfera “moral”, se afastando da “política”, enquadrando-a como um conflito entre instituições educativas e a autoridade dos pais sobre das crianças.

As origens da onda conservadora remontam à década de 1960 (Mészáros, 2004; Bensaid, 2008; Hobsbawm, 2013). Segundo Silveira (2019), foi nesse período que ocorreram vários desenvolvimentos significativos. Tratam-se, dentre outros, do ressurgimento da religião como uma força política poderosa, com a expansão do Islamismo, do Protestantismo e do Pentecostalismo, que levou ao surgimento do neopentecostalismo na década de 1970. Além disso, os intelectuais

⁶⁴ De acordo com Miguel (2016), o referido projeto Movimento Escola sem Partido, fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, funcionou inicialmente em relativa obscuridade até o início de 2010, quando começou a participar ativamente dos debates sobre educação no Brasil. A sua agenda encontrou apoio em todo o espectro de grupos de direita no país. Nagib é autor de diversos projetos de lei que tramitam nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

que trabalham nas universidades, nos partidos políticos e nos sindicatos começaram a aderir às ideologias reacionárias. Eles desenvolveram teses discutindo o aburguesamento da classe trabalhadora, a percepção do fim do trabalho, da ideologia e até mesmo da História. Além disso, os partidos políticos e os sindicatos passaram por transformações e cooptações, deixando de ser combativos.

Rebuá (2017), com base nas teorias gramscianas, disse que o projeto Escola sem Partido revela o eixo articulado e complexo que conjuga direção/domínio, consenso/força, de força antepostas no quadro de disputa pela hegemonia. Silveira (2019) contribuiu ainda, apontando que a base positivista do Movimento Escola sem Partido, ao buscar retirar o conteúdo singular dos professores e professoras em sala de aula, coisifica seu caráter intelectual.

[...] uma simplicidade evangélica: nas ciências sociais, como nas ciências da natureza, é necessário afastar os preconceitos e as pressuposições, separar julgamentos de fato dos julgamentos de valor, [bem como] a ciência da ideologia [...]. As implicações ideológicas conservadoras, reacionárias e contrarrevolucionárias dessa concepção levam ao entendimento de que, a sociedade não pode ser transformada. Contra os sonhos revolucionários utópicos e negativos, o positivismo enaltece a aceitação passiva do status quo social [...] a consolidação da ordem pública, pelo desenvolvimento de uma sábia resignação (Löwy, 1978, p. 9-10 apud Silveira, 2019, p. 26).

O surgimento de um discurso proeminentemente conservador na esfera pública possibilitou a projeção do movimento que acusa as escolas de se envolverem em “doutrinação ideológica” e defende medidas para restringir os professores de expressarem opiniões consideradas inadequadas na sala de aula (Miguel, 2016). Na vanguarda desse movimento está o Movimento Escola sem Partido, que se apresenta como um esforço colaborativo entre alunos e pais que estariam alarmados com a onda de contaminação político-ideológica nas escolas brasileiras em todos os níveis.

Diante disso, podemos dizer que o atual estágio do conservadorismo que se configurou tem em sua base de atuação a fusão de setores do fundamentalismo religiosos e os neoliberais. Portanto, “um processo de disputa de projetos de sociedade, mas também em torno das representações sociais e da educação sobre o papel do professor, gênero, corpo, sexualidade, ciência e religião” (Silveira, 2019, p.36-37).

Outra pauta conservadora que surgiu nesse período foi o conceito de educação domiciliar (homeschooling) que, segundo Lima et al. (2022), é ofertada pelos pais ou por educadores contratados. O ressurgimento do ensino em casa

remonta à época da ditadura nazi alemã, quando as famílias judias procuravam proteger os seus filhos da doutrinação do regime totalitário, retirando-os das escolas.

A análise da rede da educação domiciliar reforça o uso do conceito de aliança conservadora para a leitura do fenômeno em curso no contexto brasileiro. Esse conceito proporciona um olhar mais complexo e relacional para a formação desse movimento. Por meio da aliança relacional, é possível compreendermos que há distintos grupos conservadores, que fazem alianças entre si, mas que nem sempre concordam em sua totalidade. Portanto, o movimento conservador no Brasil precisa ser compreendido como não homogêneo e monolítico, mas, sim, composto e nutrido por diferentes segmentos, e, por isso, permeado por tensões e, muitas vezes, contradições. No caso da educação domiciliar, há atores com argumentos característicos tanto de grupos fundamentalistas religiosos – pregando uma volta à moralidade e aos bons costumes –, quanto de neoliberais – que defendem a agenda por meio do argumento de liberdade de escolha dos pais e de um Estado menos interventor na vida individual (Lima et al., 2022, p. 19).

Outra pauta importante é o Militarismo, que Aliaga (2023) esclareceu se tratar de uma representatividade conservadora de clarins neofascistas, que vem ascendendo desde 2013, e se estabeleceu com representação de fôlego no Congresso Nacional brasileiro. Envolvidos em uma agenda de ordem regressiva, apresenta capacidade de apoiar todas as suas iniciativas e tem potencial de interferir em questões externas. Aliados às representações das atuais oligarquias do setor do agronegócio e com os fundamentalistas religiosos, compõe a conhecida “BBB” (bancada do boi, da bala e da bíblia). Atualmente, a bancada da segurança pública representa 8,57% dos membros da Câmara Federal; e no Senado, 2,5% do total. Aliaga (2023) sinalizou, ainda, que houve mudanças significativas na cultura brasileira nos últimos anos, especialmente após a eleição de Bolsonaro em 2018. Esta mudança assistiu a um aumento na organização e na assertividade política de vários grupos que promovem ideologias reacionárias, intolerantes, de pró-armamento, ao mesmo tempo em que se opõem aos direitos reprodutivos femininos, às liberdades LGBTQIA+, às vacinas e às atividades intelectuais, entre outras coisas.

Segundo Carvalho (2019), o bolsonarismo é um:

[...] fenômeno sociopolítico resultante desta convergência de forças constitutivas da extrema-direita no Brasil, ao final da segunda década do século XXI. A rigor, “bolsonarismo” é uma articulação sociopolítica de extrema-direita, que articula ultraneoliberalismo dependente, militarismo patriótico e autoritário, mesclado com justicialismo da violência e reacionarismo político cultural, eivado de um moralismo religioso (Carvalho, 2019, p. 30).

Aliaga (2023) sinalizou que, no passado, esses membros da chamada bancada da bala, a serviço de Vargas, alinharam habilmente o desenvolvimento da tecnologia e da estratégia militar para complementar as reformas autoritárias do Estado, efetivando uma espécie de Revolução Passiva à brasileira⁶⁵. Durante “os quinze anos em que Vargas esteve no poder, levado por um movimento civil e militar, as Forças Armadas passaram por uma reestruturação fundamental que viabilizou o novo perfil da participação dos militares na política” (Silva, 2018, p. 72).

É evidente que persiste nas Forças Armadas a presença da insubordinação e da autonomia militar, que é muitas vezes considerada como uma força moderadora e protetora dos valores democráticos. Isto serve como uma indicação clara de que os acontecimentos recentes estão profundamente enraizados na cultura autoritária do Brasil e que o militarismo continua a ser um dos seus principais redutos.

Retomando o campo da educação, Santos e Alves (2022) colocaram que o Brasil tem proporcionado um terreno fértil para a implementação de programas e projetos educacionais que se afirmam politicamente neutros e livres de preconceitos ideológicos. Após a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, o projeto conservador de educação baseada em uma pedagogia militarizada ganhou força significativa no Brasil. Isso fica evidente com a criação da Subsecretaria de Fomento das Escolas Cívico-Militar em 2019, da mesma forma com a implementação do Decreto Federal nº 10.004/2019, que institui oficialmente o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militar no Brasil (PECIM).

Santos e Alves (2022) advertiram que é crucial destacar a incompatibilidade entre o envolvimento dos militares na educação e os papéis institucionais atribuídos à Polícia Militar, às Forças Armadas e aos bombeiros militares pela Constituição Federal de 1988. A Constituição designa as Forças Armadas para a defesa nacional, a Polícia Militar para a segurança pública e os bombeiros militares para a defesa civil. E que a subversão dos princípios e objetivos das escolas públicas submetidos à militarização restringe e dificulta a diversidade de ideias, a administração democrática, a independência das escolas e dos profissionais da educação, e a oportunidade de aprendizagem, entre outras questões. Este flagrante desrespeito às leis que regem a educação básica no Brasil agrava ainda mais a oferta de uma educação pública, gratuita, de alta qualidade e socialmente referenciada.

⁶⁵ Sobre revolução passiva, ver capítulo 1 desta dissertação.

Segundo Silva (2022), os conflitos educacionais no Brasil, especialmente em relação à polêmica “ideologia de gênero e kit gay”, tornaram-se cada vez mais evidentes a partir de 2014. Isso porque, nas últimas décadas, o termo “gênero” adquiriu diversas conotações. Com o Projeto de Lei (PL) n. 2.578/2020, que pretendia proibir o uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e documentos escolares em escolas públicas e privadas no Brasil, começou um discurso que defende o modelo mononuclear e cis-heterossexual de família, afirmando que interpretações não biológicas de gênero representam um perigo para a instituição familiar.

Segundo Silveira (2019), a “ideologia de gênero” não se faz sem a “contaminação político-ideológica”, da qual professores e professoras tidos como de comportamento coercitivo, particularmente os da rede pública de ensino, seriam o vetor transmissor. Tal contaminação política-ideológica teria como carro-chefe o PT e um “exército organizado de militantes travestidos de professores”, que se prevaleceriam “da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” e disseminar as ideias comunistas.

Para Miguel (2016), a colaboração entre evangélicos e católicos resultou na remoção bem-sucedida de temas relacionados ao gênero de vários planos nacionais, estaduais e locais (Britto; Reis, 2015; Bergamim Jr., 2015). Não era incomum testemunhar freiras e pastores de igrejas neopentecostais unindo forças durante a avaliação dos planos educacionais, exercendo pressão sobre os legisladores. Na França, a ofensiva predominantemente católica levou a retrocessos e à proibição tácita do uso do termo “gênero” em documentos oficiais. É importante notar que a oposição de indivíduos religiosos conservadores à educação de gênero progressista não tem nenhuma relação com o Movimento Escola Sem Partido.

Sobre esse debate de “ideologia de gênero” é importante salientar que:

O termo “ideologia de gênero” não tem lugar na teoria e prática feminista, mas é formulado por fundamentalistas religiosos, sobretudo católicos conservadores, para desqualificar comportamentos e práticas que advogam direitos e igualdade no campo da diversidade de gênero e sexualidade. Defendem ideais familistas e uma concepção naturalista dos comportamentos, que repõem hierarquias desiguais baseadas em gênero, sexualidade, geração, raça, entre outras (Lole; Almeida, 2020, p. 134).

Simionatto e Costa (2012) argumentaram que, no âmbito do Congresso Nacional brasileiro, pode-se observar uma tendência ao surgimento de “bancadas

temáticas”. Estas bancadas, organizadas independentemente dos partidos políticos, visam representar os interesses de setores específicos da sociedade. Em essência, eles moldam a “presença” e definem as ações desses representantes dentro da “estrutura estatal”. A formação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional serve como mais um exemplo de como grupos poderosos exploram os recursos do governo para manter seu controle e influência.

Segundo as autoras, a Bancada Ruralista é um grupo político abrangente, que opera no âmbito do parlamento buscando ativamente intervenções que possam provocar mudanças nos processos regulatórios e nas decisões tomadas pelo executivo e pelo judiciário. O seu foco principal é salvaguardar os interesses do agronegócio e promover o avanço do capital nas áreas rurais, tudo sob o controle dos proprietários de terras e empregadores rurais. Este grupo é formado por ruralistas que ocupam cargos em diversos partidos políticos, tendo sido eleitos parlamentares. Eles se envolvem estrategicamente em negociações e formam alianças para exercer sua influência nos processos de votação legislativa. Essas práticas são apoiadas pela atuação de lobistas, que trabalham incansavelmente para ampliar o poder e a influência da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

Segundo Silva (2017), a Bancada Ruralista priorizou a implementação de estratégias específicas nos diversos espaços decisórios do Congresso brasileiro. Seu objetivo é propor e garantir alterações regulatórias nos processos de demarcação de terras indígenas, com o objetivo de aumentar a influência do Congresso (especificamente, da Bancada Ruralista) nessas questões. Além disso, procuram promulgar mudanças significativas nas leis que regem o acesso e a exploração econômica dos recursos naturais no Brasil.

De acordo com Silva (2017), a Bancada Ruralista emergiu como uma entidade política significativa que apoia fortemente os interesses do agronegócio. Além buscarem uma flexibilização dos regulamentos para facilitar a expansão da exploração dos recursos naturais e a eliminação das exigências de licenciamento para grandes projetos, contribuem para a escalada da violência contra as comunidades indígenas e agravam os conflitos no campo.

Rathsam (2021) pontuou que o aumento global do conservadorismo deu origem a um poderoso ressurgimento da retórica negacionista, desafiando o consenso previamente estabelecido sobre vários temas e teorias. A recente tese de Calil (2021) destaca especificamente o negacionismo promovido pelo governo Bolsonaro como um exemplo significativo. A adoção do irracionalismo como elemento fundamental do fascismo é um aspecto fundamental da estratégia para promover a fascistização. Na pandemia de Covid-19, o Brasil testemunhou um

aumento preocupante de contágio e de mortes, promovido por um negacionismo (neonazismo, criacionismo, terraplanismo, entre outros), que pode ser motivado por interesses diversos. Tais grupos demonstraram uma rejeição ou minimização da gravidade da doença, resistência à implementação de medidas preventivas, manipulação de dados epidemiológicos, fracasso no desenvolvimento de estratégias nacionais de saúde, promoção de tratamentos não comprovados e tentativas de desacreditar as vacinas, entre outros comportamentos preocupantes. A negação promove a incerteza, prejudica a adesão do público aos protocolos preventivos, dificulta a resposta à pandemia e representa uma ameaça à democracia. O seu objetivo é ocultar interesses político-ideológicos e fazer ataques contínuos às instituições democráticas, conforme já abordamos.

O conservadorismo no Brasil se expressou mais intensamente com a ascensão de um governo de extrema-direita, reacionário e de caráter autocrático. A política neofascista, de base ultraneoliberal, busca a todo momento falsear a realidade para manter-se enquanto classe dirigente e assegurar seus privilégios de classe. Essa não é uma realidade vivida somente pelo nosso País, outros países vivenciaram ou vivenciam também essa experiência, como Estados Unidos com Donald Trump e a Argentina com Javier Milei⁶⁶, para citar alguns.

4.4

Conservadorismo e Serviço Social: mapeando os anais do CBAS (edição de 2016, 2018 e 2022)

Nossa pesquisa de mestrado é pautada pelo método crítico-dialético, por considerar que o mesmo permite captar a totalidade dos fenômenos. Neste sentido, contribui para desvelar as múltiplas determinações dos aspectos do nosso objeto de estudo. Como fonte de dados, elegemos os anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nas edições de 2016, 2019 e 2022, respectivamente. A escolha destas edições dos anais do CBAS, como dito na introdução desta dissertação, se deu por entendermos que tais períodos representam o momento de acirramento e reatualização do conservadorismo no país, considerando sobretudo o crescimento da extrema direita. Também compreendemos que o CBAS é um espaço no qual assistentes sociais

⁶⁶ Javier Gerardo Milei, economista argentino, político de extrema direita e professor, ocupa atualmente o cargo de presidente da Argentina. Foi eleito em 10 de dezembro de 2023, recebendo 55,65% dos votos no segundo turno, tornando-se o presidente mais bem votado pela história recente do país.

apresentam reflexões produtos de seu trabalho em distintos espaços socio-ocupacionais. O CBAS é um dos eventos mais expressivo do Serviço Social, ao lado do Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS).

O 15º CBAS foi realizado no período de 05 a 09 de setembro de 2016, na cidade de Olinda (PE), e teve como tema os “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”. Esta edição foi um momento de celebrar os 80 anos de criação do primeiro curso que marcou o início do Serviço Social no Brasil, 60 anos de fundação da ABEPSS e 20 anos das Diretrizes Curriculares, datas significativas para a trajetória da profissão. Nessa edição de 2016, também, houve mudança na forma de apresentação dos trabalhos, que serão todos no formato de pôsteres. Tivemos um total de 1.427 (hum mil, quatrocentos e vinte e sete) trabalhos aprovados nesta edição.

O 16º CBAS foi realizado na cidade de Brasília (DF) entre os dias 30 de outubro a 3 de novembro de 2019 e teve como tema os “40 anos da ‘Virada’ do Serviço Social”. Cabe destacar que o 3º CBAS, em 1979, ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, tornando-se um marco para o Serviço Social brasileiro. A edição de 2019 foi um momento de comemorar e, sobretudo, de reafirmar a escolha realizada há 40 anos no “Congresso da Virada”, tendo como horizonte uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão. Nessa edição, tivemos um total de 1.733 (hum mil, setecentos e trinta e três) trabalhos aprovados.

O 17º CBAS foi realizado em formato remoto, no período de 11 a 13 de outubro de 2022, com o tema “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”. A opção de realização do Congresso on-line deu-se devido à crise sanitária por causa da pandemia da Covid-19, a qual foi decretada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), devido ao elevado estado da contaminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2)⁶⁷. A edição de 2022 teve um detalhe quanto à inscrição, que foi “gratuita”. Tivemos um total de 1.293 (Hum mil, duzentos e noventa e três) trabalhos aprovados.

Quadro 1: Trabalhos aprovados no CBAS (edições 2016, 2019, 2022)

15º CBAS (2016)	16º CBAS (2019)	17º CBAS (2022)
1.427	1.733	1.293

Fonte: Elaboração própria, 2024.

⁶⁷ O fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19 foi declarada pela OMS no dia 05 de maio de 2023 em Genebra, na Suíça.

O mapeamento dos trabalhos se deu através das palavras-chave “conservadorismo” e “conservador” no aplicativo de busca nos referidos anais. Levantamos um total de 84 trabalhos. A partir desta coleta, resolvemos selecionar aqueles que fizessem menção ao debate do conservadorismo no título, com isso foi possível eliminar 19 trabalhos, perfazendo um total de 65 trabalhos selecionados. Abaixo podemos verificar o quantitativo por edição do CBAS:

Quadro 2: Trabalhos com a temática conservadorismo no CBAS (edições 2016, 2019, 2022)

15º CBAS (2016)	16º CBAS (2019)	17º CBAS (2022)
17	23	25

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Podemos observar um quantitativo relevante de trabalhos sobre a temática do conservadorismo publicado em cada edição do CBAS, o que revela a importância das reflexões trazidas nesta dissertação de mestrado.

Para facilitar a análise dos dados, distribuímos os 65 trabalhos com a temática do conservadorismo em quatro eixos temáticos, sendo: 1) trabalho profissional; 2) formação profissional; 3) fundamentos do Serviço Social; e 4) pautas conservadoras. No eixo 4 reunimos os trabalhos com debate mais amplo sobre pautas conservadoras, sem relacionar diretamente com a profissão. No quadro 3, abaixo, podemos visualizar essa distribuição por eixo:

Quadro 3: Trabalhos por eixos temáticos

EIXO	15º CBAS (2016)	16º CBAS (2019)	17º CBAS (2022)	TOTAL por eixo
Formação profissional	02	05	03	10
Trabalho profissional	06	07	09	22
Fundamentos do Serviço Social	05	05	07	17
Pautas conservadoras	04	06	06	16
Total por CBAS	17	23	25	65

Fonte: Elaboração própria, 2024.

No quadro acima observamos que o eixo Trabalho profissional possui um quantitativo maior de trabalhos que os demais, com 22 artigos. O eixo

Fundamentos do Serviço Social possui 17 artigos; o de Pautas conservadoras possuem 16 artigos, e o de Formação profissional 10 artigos.

Existe um crescente no que tange o eixo Trabalho profissional. Acreditamos que o acirramento e a reatualização do conservadorismo no contexto atual levou as profissionais a refletirem criticamente sobre o trabalho do Serviço Social em diferentes espaços socio-ocupacionais.

A seguir apresentamos o mapeamento das temáticas presentes nos artigos selecionados das últimas três edições do CBAS (2016, 2019 e 2022). A ideia foi fazer um levantamento dos principais temas percorridos pelas assistentes sociais, para observarmos como o ataque do conservadorismo acontece no cotidiano. As formas de enfrentamento pela categoria profissional foram através de análise crítica da realidade. Os artigos foram escritos com base na teoria social crítica.

No eixo **Formação profissional**, os temas mais debatidos pautaram a presença do conservadorismo historicamente nos espaços de formação, já que a profissão nasce no bojo do conservadorismo no país; abordam também o conservadorismo religioso, uma vez que religiosos de diversas correntes estão presentes nos cursos, bem como traz estratégias de enfrentamento como os núcleos de pesquisas e as comissões do CRESS.

No eixo **Trabalho profissional**, os artigos trouxeram um debate sobre os rebatimentos do conservadorismo no trabalho profissional em diferentes espaços socio-ocupacionais: trabalho na política de saúde, no programa Bolsa Família, com violência de gênero, no sociojurídico e na política de assistência social. De um total de 22 artigos neste eixo, 10 analisaram a questão do rebatimento do conservadorismo no trabalho das assistentes sociais e 9 discutiram sobre os impactos do conservadorismo na política de assistência social.

No eixo **Fundamentos do Serviço Social**, os artigos versaram sobre o conservadorismo nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, sobretudo no contexto anterior à reconceitualização. Apresentaram a teoria social crítica como alternativa a esse projeto conservador. Também trouxeram debates sobre o Código de Ética profissional de 1986 como um instrumento de lutas contra o conservadorismo na profissão e como fundamental para o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

No eixo **Pautas conservadoras**, os artigos trouxeram análises sobre a conjuntura atual, sobretudo, sobre o crescimento da extrema direita no país. Apareceram debates em torno da legalização da maconha e do aborto, ideologia de gênero, estatuto da família, movimentos sociais, entre outros – temas esses sob ataques constantes da extrema direita.

Percebemos a presença do conservadorismo não só na esfera da política, mas também no interior da profissão, como o caso do “Movimento Serviço Social Libertário” – movimento que surgiu em 2016 com o objetivo de questionar a hegemonia da perspectiva crítica da profissão. Essa questão fica evidente logo na foto de capa de sua página na rede social *facebook*⁶⁸: “Sou assistente social e não defendo Projeto Ético-Político classista, com orientação societária marxista” e “Serviço Social Livre”. Esse movimento, conforme descrito na sua página de *facebook*⁶⁹, “propõe difundir as ideias liberais, a partir dos principais temas discutidos nas áreas sociais, econômicas, políticas e culturais”. A página do movimento é um espaço de propagação de ideais liberais e possui 6,3 mil (seis mil e trezentos) seguidores.

Também podemos destacar a publicação do documento intitulado de “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante” elaboradas por Edson Marques Oliveira⁷⁰, em 2017 (Cf. Oliveira, 2017). Este documento embasa o debate do “Movimento Serviço Social Libertário”. Segundo Santos et al., o autor das 23 Teses coloca que:

[...] o objetivo do documento é aprofundar a reflexão da profissão no que diz respeito à postura crítica e prática de intervenção, refutando-a. Com isso o autor acredita contribuir para a construção da justiça social, com uso de estratégias objetivas e não apenas ideológicas, agindo de acordo com a “praxipragmalógica”, ou seja, a partir da ação pensada na realidade, expandindo para além do “discurso utópico”. Ainda coloca que se deve articular teoria e prática no sentido de desenvolver projetos que apresentem soluções e tragam aos “clientes” serviços humanos e de qualidade, apartados da militância “político-partidário-ideológica” ilusória filiada aos movimentos sociais (Santos et al., 2019, p. 744).

Além do “Serviço Social Libertário”, existem mais duas páginas no *facebook* que têm como proposta debater o Serviço Social numa perspectiva contrária à hegemônica: “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social e Pluralismo”. Nelas encontramos produções e eventos promovidos com base nos ideários liberal e conservador.⁷¹

Apesar das pautas conservadoras e a reatualização do conservadorismo no interior da profissão colocarem a hegemonia do Projeto Ético-Político em xeque,

⁶⁸ Página de *facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario>. Acesso em: 25 abr. 2024.

⁶⁹ Página de *facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosociallibertario>. Acesso em: 25 abr. 2024.

⁷⁰ O autor é professor do Curso de Serviço Social da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus Toledo.

⁷¹ Sobre essa pauta ver a tese de doutorado de Oliveira (2021). A autora buscou “compreender as expressões do conservadorismo no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade” (Oliveira, 2021, p. 10), realizando uma análise a partir das três páginas no *facebook*: “Serviço Social Libertário”, “Serviço Social Conservador” e “Serviço Social e Pluralismo”.

observamos, através das publicações nas últimas três edições do CBAS, que a perspectiva crítica continua fundamentando os debates da categoria, bem como o crescimento do debate crítico sobre as pautas conservadoras que rebate visivelmente no Serviço Social brasileiro.

O nosso projeto profissional não é um projeto acabado, é um projeto em contínuo movimento, o que corrobora com o projeto de hegemonia defendido por Gramsci, conforme debatemos no primeiro capítulo desta dissertação.

Os resultados apontados nesta pesquisa revelam que o conservadorismo, de acordo com a análise dos anais do CBAS (edições 2016, 2019, 2022), tem se revigorado e reatualizado, sobretudo num contexto de negação à ciência, de crescimento da extrema direita e de crítica ao marxismo, o que coloca em disputa os valores preconizados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. Verificamos que a pauta conservadora tem ganhado espaço na formação profissional através do Ensino a Distância (EAD), modalidade que tem crescido pós-pandemia da Covid-19. E, também, nos distintos espaços socio-ocupacionais de assistentes sociais.

Contudo, os materiais analisados trouxeram reflexões críticas sobre a temática, o que revela tanto o avanço de pautas conservadoras no interior da profissão como respostas críticas diante da realidade. Os valores do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social são colocados à prova o tempo todo, porém, como em qualquer projeto hegemônico, a realidade se torna arena de luta para reafirmação da nossa atuação por uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão.

Os estudos desta pesquisa de mestrado revelaram o avanço de pautas conservadoras na contemporaneidade, o que nos desafia tanto nos espaços de formação profissional como nos espaços socio-ocupacionais. Desta forma, esse momento nos desafia a lutar e resistir em prol de uma sociedade emancipada e livre de todas as formas de exploração e opressão.

5

Considerações finais: hegemonia em xeque?

“É necessário criar homens sóbrios, pacientes,
que não se desesperem diante dos piores horrores
e não se exaltem em face de qualquer tolice.
Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”
Antonio Gramsci

Em síntese, o resgate do aporte categorial gramsciano tem propiciado um enriquecimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e prático-operativa do Serviço Social brasileiro. Os escritos de Gramsci contribuíram para o entendimento acerca da organização do Estado, do fortalecimento da sociedade civil e do dinamismo das relações sociais, bem como as problemáticas vivenciadas pela luta de classes, as funções da ideologia e da cultura. Propiciaram, também, à categoria profissional reflexões sobre a ética, as políticas públicas, o neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho.

Decifrar essas movimentações na realidade contemporânea multifacetada é um desafio aos olhares totalizantes. Proliferam nos dias atuais teorias fragmentadas que ostentam o casual e firmam “a alienação e a reificação do presente”. De acordo Silva e Silva (2009), as categorias de Gramsci contribuem para que o trabalho no real se eleve do concreto ao abstrato, da aparência à essência, do singular ao universal e vice-versa. Sua reflexão teórica apreende a processualidade e a historicidade do social, do jogo das relações que desvela a realidade e suas contradições constitutivas.

Verificamos que o conceito de hegemonia é constituído de um valor filosófico, tendo em vista que determina uma nova estrutura econômica, ideológica e cultural. Este conceito alcança a base econômica, mas também atinge o campo da moral, do conhecimento e da filosofia. Portanto, para Gramsci, a transformação social deverá ser realizada de “baixo para cima”, exigindo uma efetiva reforma intelectual e moral, capaz de determinar novas relações entre a estrutura econômica e social na consciência de todos os homens.

A base dessa transformação social é a formação de uma nova direção ideológica. E não tão somente na tomada do poder pois, muda-se o sistema econômico porém permanecem as relações sociais e as concepções de mundo pertinentes ao esquema de dominação. As modificações profundas na estrutura

social implicam uma nova formação ideológica, que remete a uma nova cultura, a novos valores, a novas concepções de mundo construídas no âmbito da luta das classes organizadas. A hegemonia se gesta e se desenvolve no bojo dessas lutas.

Assim, o conceito de ideologia se constitui numa categoria essencial para o entendimento do processo hegemônico e que, na visão de Gramsci, assume o significado de uma concepção de mundo que se expressa nas mais diversas manifestações da vida individual e coletiva. Assim, a transformação ideológica é a base da hegemonia, de modo que uma classe pode formular uma ideologia própria antes da tomada do poder, constituindo-se, portanto, a ideologia, num instrumento de dominação ou de emancipação.

Esse debate é relevante para compreendermos a construção e o desenvolvimento do Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social. Trata-se de um processo que se dá na luta e se movimenta através dela. A disputa de projetos societários, sobretudo na contemporaneidade com o acirramento e a reatualização do conservadorismo através de pautas conservadoras, é de suma importância a consciência política para criarmos uma nova hegemonia.

Nesse processo, destaca-se a função do intelectual orgânico, definida pela sua atuação junto a um projeto político de classe e pelas repercussões dessa atuação no processo hegemônico. Define-se ainda pelo seu papel de articulador das massas no sentido de formação e fortalecimento de alianças entre diferentes frações de classes, a partir de questões concretas que se desenvolvem na dinâmica social.

O exposto acima evidencia que, a partir do pensamento de Gramsci, os conceitos de totalidade social, bloco histórico, hegemonia, ideologia e intelectual orgânico se apresentam como categorias explicativas da práxis transformadora. Esta é absorvida enquanto construção histórica decorrente da luta política dos sujeitos sociais organizados, na construção de um novo bloco histórico.

Foi diante da aproximação da profissão com o marxismo que o Serviço Social conseguiu articular uma direção estratégica para o seu projeto de ruptura com o conservadorismo orgânico da profissão e se posicionar a favor do projeto societário vinculado às classes subalternas.

Porém, é importante citar que, no processo de renovação do Serviço Social, mais precisamente na década de 1980, as profissionais compartilhavam de condições políticas e econômicas favoráveis ao movimento dos trabalhadores pela democracia. Portanto, foi a partir dos anos 1990 que iniciou a formação do projeto de dimensões éticas e políticas, que normatiza concepções de direitos e

deveres, concepções teóricas e ideológicas da categoria profissional, assim como as condições para a sua efetividade.

Denominado de Projeto Ético-Político, comporta princípios éticos de liberdade, democracia, justiça e igualdade e se constitui numa construção coletiva oposta à lógica do capital. O princípio ético de liberdade, segundo Paiva e Sales (1996), em sua plena realização mediante a cada um, requer a plena realização de todos. Esta concepção de liberdade requer na sua concretude uma sociedade democrática, que propicie autonomia aos indivíduos sociais, a qual preconiza a igualdade e por consequência a justiça social. Portanto, diante deste vínculo dialético, observamos também que essas concepções em sua essência não suprimem um ao outro e sim se legitimam. São esses valores que constituem a utopia que vislumbra a construção de uma nova ordem societária, através de uma reforma moral e intelectual da sociedade. Essa direção social sob os princípios éticos citados ultrapassa as amarras do capitalismo.

No entanto, na atualidade, a radicalização da política neoliberal e o acirramento de pautas conservadoras colocam desafios ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Outra questão que desafia nosso projeto profissional é o embate travado nas suas bases de efetivação, através do sucateamento realizado pela investida neoliberal e conservadora nas suas bases materiais, como a formação profissional e o próprio trabalho profissional. Foram essas mesmas bases que expressaram o conjunto da imagem da profissão, bem como seu posicionamento político e ético na sociedade.

Verificamos um crescimento destemido de vários cursos de graduação à distância, processo que se desvela como uma massificação e, por consequência, uma desqualificação, contribuindo cada vez mais para uma formação profissional fragilizada em seu conteúdo teórico.

As frequentes teorizações centradas na epistemologia satanizam elementos de totalidade na análise da sociedade, sempre malfadada com sua falta de profundidade teórica. Essa profundidade não pode ser publicizada nem explorada, dado que o capitalismo só sobrevive no seio da contradição, na desigualdade, na exploração, alienação, seus elementos sustentadores e garantidores da lógica de acumulação. No entanto, o capitalismo segue propagando sua cidadania “porosa” para indivíduos cada vez mais “vazios”.

Para finalizar, conforme Barroco (2011), entendemos que devemos colocar algumas questões pertinentes ao debate, no sentido de enfrentarmos as investidas do neoconservadorismo no nosso Projeto Ético-Político. Primeiramente, é necessário reafirmarmos nosso compromisso com as classes

trabalhadoras como nossas bases de sustentação de organização política, de modo que as bases de sustentação estejam fortalecidas e renovadas junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino, as profissionais e as alunas. Portanto, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos, com os movimentos populares, com outras categorias profissionais e entidades de defesa de direitos. Lembrando que o nosso Projeto Ético-Político está articulado ao avanço dessas forças sociais mais amplas.

Entendemos que o processo de reatualização do conservadorismo é favorecido na falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, validada muitas vezes pelo Ensino a Distância (EAD). Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão e na sociedade brasileira. Nesse sentido, a conjuntura atual, como vimos nesta dissertação de mestrado, pode favorecer a sua reatualização e seu acirramento, sob novas roupagens e demandas.

É graças ao acúmulo teórico e político conquistado, numa trajetória árdua ao longo desses longos anos – que contou com o trabalho incessante de assistentes sociais, mulheres e homens num duro processo durante a ditadura e depois dela, por profissionais que fizeram a “Virada” em 1979, pelas profissionais que assumiram a direção das entidades – que professoras e estudantes fazem essa luta e a renovam cotidianamente. Hoje dispomos, enquanto categoria profissional, desse legado crítico que nos capacitou a apreender a realidade além de sua aparência, sob os princípios da historicidade e da totalidade; hoje podemos fazer essas observações críticas e buscar formas de enfrentamento que “supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas” (Netto, 2007a, p.40).

Com base em nossa análise, realizada nesta dissertação, chegamos à conclusão de que as pautas conservadoras colocam a hegemonia do Projeto Ético-Político em xeque.

Podemos destacar aqui que temos movimentos no interior do Serviço Social contrários à perspectiva crítica, trazendo pautas conservadoras dos primórdios da profissão para o contexto contemporâneo, conforme sinalizamos no terceiro capítulo desta dissertação.

Apesar de existirem movimentos contra-hegemônicos o Projeto Ético-Político hegemônico do Serviço Social, através de suas bases de efetividade, permanece como um pilar de resistência frente à “onda” conservadora, tanto no campo dos projetos societários como do projeto profissional.

A luta pela hegemonia é constante, pois nada está acabado e sim em construção. A luta se faz no movimento do real e em suas contradições, bem como

nas lutas de classes. E é nesta arena que o Serviço Social se coloca presente: no trabalho e na formação profissional.

Que nossa pesquisa de mestrado possa contribuir para o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional, pois como está escrito na epígrafe dessas considerações finais: o “otimismo da vontade” deve superar o “pessimismo da razão”.

Referências bibliográficas

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Repensando o trabalho social**: a relação entre o Estado, instituição e população. São Paulo: Cortez, 1980.
- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2008.
- ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ALIAGA, Luciana. Gramsci e a crítica a teoria das elites. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 42, p. 26-42, 2016.
- ALIAGA, Luciana. Militarismo e restauração reacionária no Brasil. **Cuadernos del Ciesal**, Rosario, UNR, n. 22, V. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://cuadernosdelciesal.unr.edu.ar/index.php/inicio>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018b, p. 27-32.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo e ressentimento dos brancos pobres. **TV Boitempo**, vídeo, 14 fev. 2018a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FiUwQawuHmM>. Acesso em: 21 mai. 2020.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **História**. Brasília, s/d, site. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 14 out. 2011.
- BADARÓ, Marcelo. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 73, p. 25-39, mar. 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.
- BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do Projeto Ético-Político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia**

Contemporânea, n. esp., p. 1-63, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRRYS4mD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.

BERGAMIM JR., Giba. Câmara aprova plano de educação sem questões de gênero. **Folha de S. Paulo**, 26 ago., p. B-6, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xv3Lm3vQmxLmWNTmbpmBzNt/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-60.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. "Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011".

BRASIL. **Ministra Damares defende educação domiciliar como um direito humano**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/abril/ministra-damares-defendeeducacao-domiciliar-como-um-direito-humano>. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, p. 5-10, 2007.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 78, 2004.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. Planos de educação de 8 estados excluem 'ideologia de gênero'. **Folha de S. Paulo**, 25 jun., p. B-9. 2015.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Trad. José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CALIL, Gilberto Grassi. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Ultraneoliberalismo, militarismo e reacionarismo no Brasil do presente: uma composição de risco, um desafio à luta política. **Anais... IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, realizada em São Luis/MA, em agosto de 2019. Disponível em:

<https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CHABALGOITY, Diego. Cristianismo conservador e ataques a Paulo Freire: apontamentos para um debate necessário. In: REBUÁ, Eduardo et al. (Org.). **(Neo)Fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 186-208.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. CFESS: Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 33-47, 1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Ed. amp. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. A dualidade de poderes e outros ensaios. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andreia de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. **VientoSur**, n. 164, de 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: FIUZA, Juliana; DEMIER, Felipe (Org.). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 223-234, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mtswgxTXpRJRNxfjTN4wtym/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 03: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/SP/UnB, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Org.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

FIUZA, Juliana. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. In: REBUÁ, Eduardo et al. (Org.). **(Neo)Fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 286-306.

FORTI, Valéria; COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Projeto Ético-Político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 15-38.

FREDERICO, Celso. Ideologia e cultura: notas para uma pesquisa. **Matrizes**, São Paulo, v.16, n. 1, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/190498>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx (1843-1844)**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

GOMES, Cláudia Maria Costa; SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. A inovação-restauração das formas democrático-burguesas como característica da revolução passiva no Brasil. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 298-308, maio/ago. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5: o Risorgimento e notas sobre a história da Itália. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism**. Londres: Routledge, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, Valéria;

GUERRA Yolanda (Org.). **Projeto Ético-Político do Serviço Social:** contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “Virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados:** cultura e sociedade no século XX. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilse Aldeodata et al (Org.). **Serviço Social e Ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhJD6LzNSSXWzCvdR/>. Acesso em: 21 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IANNI, Octávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. In: In: REBUÁ, Eduardo et al. (Org.). **(Neo)Fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 47-83.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando; ROSA, Luis Felipe; SANTOS, Gabriel Dias dos. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e21141, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21141>. Acesso em: 22 mar. 2024.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Neofascismo, hegemonia burguesa e agenda antigênero: perspectivas para lutas antifascistas. In: REBUÁ, Eduardo et al. (Org.). **(Neo)Fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 122-146.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, n. 1, p. 73-80, 1998.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.

MAISTRE, Joseph de. **Considerações sobre a França**. Trad. e Introdução de Rita Sacadura Fonseca. Coimbra: Almedina, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo, Cortez, 1997.

MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. O Capital. **Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, t. I, v. 2, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 9-24.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: In: REBUÁ, Eduardo et al. (Org.). **(Neo)Fascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 12-46.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MONTAÑO, Carlos. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Katálisis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HpHhC9qhR7nnrtptLDbvsyJ/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do *Congresso da Virada* em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 199-212, ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/SP/UnB, 1999, p. 91-110.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, 2007a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out./dez. 2009b.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.); CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - S. PAULO (CRESS- 9a. Região), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS), EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO) (Co-Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009a, p. 15-42.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRAZ, Marcelo (Org.). **José Paulo Netto**: ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017, p. 56-88.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reatualização conservadora**: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro**: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Toledo-Paraná, 23 de setembro de 2017. 50p.

PACHÁ, Paulo. Por que a extrema-direita brasileira ama a Idade Média Europeia? **Esquerda Online**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2V6qvHt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea Aldeodata et al. (Org.). **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 1996.

PONTES, Reinaldo Nobre. Os impactos e os desafios para o serviço social ante as transformações de final de século. **Caderno de Textos de Serviço Social**. Belém, v. 4, n. 5, out. 1999.

RATHSAM, Luciana. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. **Cultura e Sociedade**, Unicamp, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia#:~:text=Falsas%20controv%C3%A9rsias%20e%20inverdades%20convenientes,onde%20na%20verdade%20h%C3%A1%20consenso>. Acesso em: 22 abr. 2024.

REBUÁ, Eduardo. A Educação Disputada: democracia e sentidos do público no Brasil hodierno - entre o empresariamento e o (neo)conservadorismo. **Universidade & Sociedade (ANDES-SN)**, Brasília, n. 60, p. 100-111, jul. 2017.

RODRIGUES, Ariadne. **A influência do pensamento gramsciano no “Congresso da Virada” do Serviço Social em 1979**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, Alexandre José dos et al. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 739-762, 2019.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.52, e09144, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9144>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. 1 ed. São Paulo: Alameda. 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Saber Fazer Filosofia: o Pensamento Moderno**. Vol. 2. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2011.

SEMERARO, Giovanni. Torna-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andreia de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17658>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SILVA, Iolani Soares. O projeto ético-político profissional do serviço social: o sentido da ruptura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p.109-123, jan./mar. 2009.

SILVA, Keo. Governabilidades conservadoras e as questões de gênero. **Anais...** 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. Curitiba: Aba, 2022.

SILVA, Lígia Osório. Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1944-1964. In: GONÇALVES, Leandro Pereira et al. (Org.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 67-104.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. In: BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Org.). **Escola sem Partido ou escola da mordada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 17-47.

SIMIONATTO, Ivete. Cadernos de um revolucionário. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/3094>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbqXNC/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzz/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016b. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 531-559, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TJmstk9shW6Np8JMNqrDk3j/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STOPPINO, Mario. Verbete Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13.ed. Brasília: UnB, 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (CFESS/ABEPSS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS; ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIEL, Ricardo. Entrevista com Manuel Loff: O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21. **Publica: Agência de Jornalismo Investigativo**, 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/SP/UnB, 2000.